

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO-PR)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM CONCÓRDIA-SC: O RACISMO  
ESTRUTURALIZADO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E MORADIA  
(2014-2020)

IRATI  
2020

**LEANDERSON CRISTIANO VOZNEI**

**A IMIGRAÇÃO HAITIANA EM CONCÓRDIA-SC: O RACISMO  
ESTRUTURALIZADO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO, SAÚDE E MORADIA  
(2014-2020)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Ancelmo Schörner

Linha de Pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de poder.

IRATI  
2020

Catálogo na Publicação  
Rede de Bibliotecas da Unicentro

V977i

Voznei, Leanderson Cristiano

A imigração haitiana em Concórdia-SC: o racismo estruturalizado nas relações de trabalho, saúde e moradia (2014-2020) / Leanderson Cristiano Voznei. -- Irati, 2020.

xvi, 120 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2020.

Orientador: Ancelmo Schörner

Banca examinadora: Rejane Meireles Amaral Rodrigues, Ana Maria Rufino Gillies, Ancelmo Schörner

Bibliografia

1. Racismo Estrutural. 2. Imigração Haitiana. 3. História Oral. 4. Concórdia - SC. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH  
Área de Concentração – História e Regiões



### TERMO DE APROVAÇÃO

Leanderson Cristiano Voznei

#### A Imigração Haitiana em Concórdia-SC: o racismo estruturalizado nas relações de trabalho, saúde e moradia (2014-2020)

Dissertação aprovada em 28/10/2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

*Rejane Meireles Amaral Rodrigues*  
Dr.<sup>a</sup> Rejane Meireles Amaral Rodrigues  
Universidade Estadual de Montes Claros  
Titular

*Ana Maria Rufino Gillies*  
Dr.<sup>a</sup> Ana Maria Rufino Gillies  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Titular

*Ancelmo Schörmer*  
Dr. Ancelmo Schörmer  
Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR  
2020

**À Marli, Anelise, Katheryne e Khemilly.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência.

A meus pais, Florêncio e Marli, que me possibilitaram chegar até aqui e me transmitiram valores que levarei para a vida toda.

A minha esposa Anelise por estar sempre ao meu lado, tanto nos momentos bons quanto nos momentos de luta ou de dor e também por ter me presenteado com duas filhas lindas, Katheryne e Khemilly.

Ao meu orientador Professor Doutor Ancelmo Schörner, pela parceria neste trabalho, por ter aceitado me orientar e por ter sido muito mais que um professor, ao abrir as portas de sua casa para que eu pudesse pernoitar e, assim, diminuir as custas com hotel e alimentação. Muito obrigado professor, a humildade é sua marca registrada.

Ao Professor Doutor Oséias de Oliveira, à Professora Doutora Ana Maria Rufino Gillies e à Professora Doutora Nádia Maria Guariza por todo o conhecimento repassado durante aulas e eventos do Curso de Mestrado em História da Unicentro, Campus de Irati.

À Professora Doutora Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro) pela participação em minha banca de qualificação de mestrado e à Professora Doutora Rejane Meireles Amaral Rodrigues (Unimontes) pela participação em minhas bancas de qualificação e de defesa de mestrado. Professoras tenham certeza que muitas foram as contribuições que vocês possibilitaram à pesquisa e também a este pesquisador, obrigado.

À Cibele Zwar, Secretária do Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, por todo o apoio e pela educação com que sempre me atendeu, muita saúde para você.

À Professora Doutora Dulceli Tonet Estacheski, pelas dicas, sugestões, e por ter acreditado, neste trabalho, muito antes de ele se tornar realidade.

Ao Professor Doutor Fernando Schinimann, pela amizade, por todo o apoio e por ter me motivado a caminhar em busca do meu crescimento profissional.

Ao Professor Ary Barreiros, da ONG Niara de Concórdia, por todo o apoio, pelo empréstimo de livros, por facilitar o contato com os imigrantes haitianos e, também, pela gentileza e educação que sempre demonstrou comigo e com este estudo.

A todos os colegas do Curso de Mestrado em História da Unicentro, Campus de Irati, em especial ao meu amigo do coração, Leonardo Kroin, pelas muitas conversas intermináveis sobre uma velha motocicleta Kasinski no trajeto Mallet/Irati e Irati/Mallet. Sucesso sempre a você, meu amigo.

Aos haitianos: Erod, Bornot, Venel, Thierry, Wilner, Guitho, Gandhi, Millien e Dieumira. Gratidão, ainda, ao Professor Cleuder da Escola Walter Fontana pela entrevista, pelo carinho, pela atenção e por todo o conhecimento repassado a este pesquisador, um grande abraço a todos.

Ao Ministério Público do Trabalho de Santa Catarina, PRT 12ª Região, pelo brilhante trabalho que desempenham, pelo suporte, pela atenção, pela educação e por todo o apoio a mim dispensado.

Enfim, a todas as pessoas que contribuíram, de alguma forma, para que esta atividade de pesquisa fosse possível, o meu muito obrigado!

“Eu tenho um sonho. O sonho de ver meus filhos julgados por sua personalidade, não pela cor de sua pele.” Martin Luther King



## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar a imigração haitiana ao município de Concórdia, Oeste catarinense, ocorrida entre os anos de 2014 a 2020. Aqui, pudemos compreender como se deu o processo migratório haitiano ao município de Concórdia, como este processo migratório teve início e qual é a importância das redes de contato e das comunicações em rede que possibilitaram ou facilitaram o processo como um todo. Além do exposto, este trabalho concedeu luz, espaço e voz às experiências vividas por estes imigrantes e, que aqui tomaram forma através de narrativas orais, demonstrando a existência de práticas racistas e preconceituosas por parte de pessoas, empresas e instituições sustentadas pelo racismo estrutural e institucional pilarizado nas relações entre sociedade concordiense e imigrantes haitianos. Nosso produto final se sustenta no aporte teórico-metodológico que concebe regiões como fruto de um espaço praticado, no conceito de racismo estrutural defendido pelo filósofo Silvio Luiz de Almeida e na metodologia de história oral, que nos possibilitaram definir, delimitar, identificar e problematizar o objeto em questão, relacionando-o com fatos e com as fontes encontradas durante a escalada investigativa deste trabalho.

**Palavras-chave:** Racismo Estrutural. Imigração Haitiana. História Oral. Concórdia-SC.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze Haitian immigration to the municipality of Concórdia, western Santa Catarina, which took place between the years 2014 to 2020. Here, we could understand how the Haitian immigration process took place in the municipality of Concórdia, how this immigration process started and which it is the importance of contact networks and networked communications that enabled or facilitated the process as a whole. In addition to the above, this work gave light, space and voice to the experiences lived by these immigrants and, which here took shape through oral narratives, demonstrating the existence of racist and prejudiced practices on the part of people, companies and institutions supported by structural and racism institutionalized pillar in the relations between concordiense society and Haitian immigrants. Our final product is based on the theoretical-methodological contribution that conceives regions as the result of a practiced space, in the concept of structural racism defended by the philosopher Silvio Luiz de Almeida and in the methodology of oral history, that enabled us to define, delimit, identify and problematize the object in question, relating it to facts and sources found during the investigative escalation of this work.

**Key-Words:** Structural Racism. Haitian immigration. Oral History. Concórdia-SC.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Brasileira típica da região do contestado	37
Imagem 2 – Boletim de Ocorrência 1	59
Imagem 3 - Chegada dos primeiros haitianos em Concórdia no ano de 2014	66
Imagem 4 - Ponto de ônibus em Concórdia pichado com ofensas à comunidade haitiana	68
Imagem 5 – Suástica pichada em parada de ônibus	69
Imagem 6 – Suástica III Reich	70
Imagem 7 – Recorte de imagem original	71
Imagem 8 – Placa de sinalização com ofensas à comunidade haitiana de Concórdia	73
Imagem 9 – Nova placa com mensagens ofensivas – Contorno viário norte, Concórdia	74
Imagem 10 - Nova placa com mensagens ofensivas – Contorno viário norte, Concórdia	75
Imagem 11 – Imagem de comparação	76
Imagem 12 – Recorte de imagem original	77
Imagem 13 – Recorte de imagem original	78
Imagem 14 – Recorte de imagem original	79
Imagem 15 – Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT	84
Imagem 16 – Comunicação de Ocorrência Policial - COP	86
Imagem 17 – Boletim de Ocorrência 2	88
Imagem 18 – Opinião de concordiense registrada em rede social do município	91
Imagem 19 – Levantamento de ONG sobre as dificuldades de haitianos em Concórdia	92
Imagem 20 - Opinião de concordiense registrada em rede social do município	93
Imagem 21 – Opinião de concordiense registrada em rede social do município	93
Imagem 22 – Opinião de concordiense registrada em rede social do município	94

Imagem 23 - Opinião de concordiense registrada em rede social do município	95
Imagem 24 – Opinião de concordiense registrada em rede social do município	95
Imagem 25 – Troca de mensagens entre Gandhi e a empresa Guri de Concórdia	98
Imagem 26 – Vista do Bairro das Nações em Concórdia/SC	99
Imagem 27 – Vista do Bairro das Nações em Concórdia/SC	100
Imagem 28 – Fotografia parte externa de residência de haitiano em Concórdia	101
Imagem 29 – Porão em que reside haitiano em Concórdia	103
Imagem 30 – Porão em que reside haitiano em Concórdia	104
Imagem 31 – Porão em que reside haitiano em Concórdia	106

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – População estrangeira em Santa Catarina – Censos de 1872 a 1980	32
--	----

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Localização de Concórdia no mapa de Santa Catarina

28

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População estrangeira em Santa Catarina – Censos de 1872 a 1980	48
---	----

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>17</b>
<b>Capítulo I .....</b>	<b>26</b>
1.1 – O processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina .....	26
1.2 – A história oficial de Concórdia/SC .....	28
1.3 – A recolonização da região de Concórdia .....	31
1.4 – Os pioneiros descendentes de europeus versus os brasileiros: nós e os outros .....	33
1.5 – A perseguição e exclusão dos caboclos .....	36
1.6 – O Haiti e o desencadeamento do processo migratório internacional .....	40
1.7 – O que é migração internacional? .....	45
<b>Capítulo II .....</b>	<b>50</b>
2.1 – Racismo Individual, Institucional e Estrutural .....	50
2.2 – O racismo estrutural: do negro brasileiro ao negro haitiano .....	56
<b>Capítulo III .....</b>	<b>81</b>
3.1 – Relatos de problemas sociais nos locais de trabalho .....	81
3.2 – Haitianos desempregados em Concórdia: a gênese dos conflitos sociais .....	90
3.3 – “Eu moro em um porão há 5 anos”: Moradias de haitianos em Concórdia ...	99
3.4 – Haitianos em Concórdia: a saúde migrante em plena pandemia .....	107
<b>4 – Considerações Finais .....</b>	<b>113</b>
<b>5 – Fontes .....</b>	<b>116</b>
<b>6 – Referências Bibliográficas.....</b>	<b>118</b>



## INTRODUÇÃO

A relação com o objeto de estudo teve início no ano de 2013 quando buscávamos compreender o contexto histórico e os conflitos internos no Haiti. Assim, no mesmo ano a primeira pesquisa saiu do papel. Tratava-se de um trabalho final do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual do Paraná, em que se buscava analisar a atuação dos militares brasileiros do 5º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado de Porto União-SC, em Missão de Paz, naquele País.

Após isso, tomamos conhecimento da existência de um grupo de imigrantes haitianos que residiam no município catarinense de Concórdia e com uma análise mais detalhada verificamos a existência de aproximadamente mil imigrantes haitianos residindo e buscando oportunidades naquele município. A partir deste momento passamos a ser informados, constantemente, por ONGs e professores de Concórdia que os problemas envolvendo preconceito racial, falta de oportunidades de emprego, falta de comunicação com o país de origem e falta de apoio por parte das autoridades municipais e estaduais, avolumavam-se naquela cidade. Assim, após verificarmos *in loco* as situações citadas e, cientes do papel social que cabe à história, propomo-nos analisar a imigração haitiana, no município de Concórdia. Porém, analisá-la, por ela mesma, sob o olhar e voz do próprio imigrante, buscando, de alguma forma, elencar as demandas dessas pessoas, as rotinas, as conversas, os sentimentos, as redes de sociabilidades etc.

O município de Concórdia está localizado na região oeste catarinense, aproximadamente 450 quilômetros de distância da Capital Florianópolis e, segundo o Censo de 2010, registrado pelo IBGE, conta com uma população estimada em 68.621 habitantes. O município tem recebido uma grande quantidade de imigrantes haitianos, por ser um grande centro econômico do estado de Santa Catarina. Ocupando, atualmente, a 14ª maior economia do estado catarinense e, tendo, como principal atuação, a criação e abate de aves e suínos. Somado a isso, apresenta, ainda, desenvolvimento eficaz, nos setores agrícola, pecuário e agroindustrial.

Os primeiros relatos de haitianos, no Brasil, datam-se do ano de 2010, com a concentração de pequenos grupos de imigrantes, nos Estados do Acre e do Amazonas, na fronteira com o Peru. Conforme pesquisa de Magalhães et al. (2015), já havia reportagens jornalísticas que davam conta da presença de haitianos, em São Paulo, e em algumas regiões do Mato Grosso do sul, no mesmo período. Não sendo, portanto,

possível apontar com precisão, se esses foram realmente os primeiros casos da imigração haitiana ao Brasil e, por sua vez, ao município de Concórdia. Tal imprecisão, nos fatos, explica-se, se levarmos em conta o procedimento de entrada desses imigrantes no país: na maioria das vezes de forma indocumentada.

Neste sentido, caso a entrada ao país fosse documentada, a rota seria direta da capital haitiana, Porto Príncipe, ou de Santo Domingo, na República Dominicana, até o Aeroporto Internacional de Guarulhos, no município de São Paulo. Na hipótese de a entrada, no Brasil, fosse de forma indocumentada, o itinerário incluiria uma viagem até o Equador ou Peru e, desses locais, até o Brasil (Magalhães e Baeninger, 2016). Ainda, acerca da entrada irregular, Patarra (2012), destaca que o itinerário de imigrantes indocumentados tem início depois de chegarem ao Peru ou em Quito, no Equador, locais estes que não exigiam vistos para entrada, após isso os imigrantes “partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês, ao longo do percurso eles vão alternando trechos percorridos em ônibus e barcos” (Patarra, 2012, p. 13-14). Segundo o mesmo autor, nem todos os imigrantes que chegam ao Peru ou ao Equador seguem destino ao Brasil, uma parcela deles acaba ficando nesses locais, outra segue à Argentina, outra ao Chile e, a maior parte deles, seguem ao Brasil.

Em solo brasileiro, esses imigrantes recebem um protocolo que, conforme Fernandes e Faria (2017), permitem ao imigrante obter carteira de trabalho e Cadastro de Pessoa Física (provisórios) até que o pedido de refúgio seja analisado pelo CONARE<sup>1</sup>. Porém, como grande parte das solicitações são negadas, por não se enquadrar nas leis e convenções internacionais que as definem, quase sempre o imigrante acabava optando por viver na clandestinidade. Para Fernandes e Faria (2017), tal situação começou a mudar, quando o Governo Federal, por meio de Resolução Normativa nº 97/2012, do Conselho Nacional de Imigração – CNIg, concedeu visto humanitário permanente, pelo prazo de cinco anos aos imigrantes haitianos. Outra mudança ocorreu através da Nova Lei de Migração, número 13.445 de 24 de maio de 2017 que passou a regular a entrada e estadia de imigrantes no país.

A Nova Lei de Migração, dentre outros fatores, formalizou e garantiu o direito à reunião familiar, concedendo visto ou autorização de residência ao imigrante enquadrado nas seguintes situações:

---

<sup>1</sup> Comitê Nacional para os Refugiados.

I - cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II - filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III - ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV - que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda. (Nova Lei de Migração – nº 13.445, de 24 de maio de 2017).

Bordignon e Langoski (2017), analisando a imigração contemporânea ao Brasil, mais precisamente a imigração haitiana, destacam que existe uma intensificação, a partir de 2010, mesmo sem o país ter uma política específica que pudesse, de alguma forma, facilitar esse processo. Para as autoras, mesmo com o esforço de algumas instituições, universidades, e até mesmo com a contribuição dos imigrantes, fica evidente a carência de dados e de fontes que contemplem a problemática em questão.

A exemplo de Concórdia, outras cidades da região oeste catarinense também recebem fluxos constantes de haitianos. E, neste cenário, destacamos o município de Chapecó, por ser um destino que oferece oportunidades nas áreas de frigoríficos, construção civil, agroindustriais etc. Do início da imigração haitiana até o ano de 2017, mais de 4.000 imigrantes já haviam buscado o órgão da Polícia Federal, para providenciar passaportes e demais providências legais e, “destes 90% são haitianos e os outros 10% seriam senegaleses, latino-americanos e outras nacionalidades” (Bordignon e Langoski, 2017, p. 3).

Mas, afinal, por que a imigração haitiana tem sido constante à região Oeste de Santa Catarina?

Para Zylberkan (2014), muitos dos haitianos que chegaram a Santa Catarina, no ano de 2011, seguiram destino ao Oeste Catarinense, buscando trabalho na indústria frigorífica e no setor de construção civil, setores em constante crescimento e desenvolvimento nessa região catarinense. Sales (2017), analisando o caso específico do município de Concórdia, destaca que os haitianos, residentes no município, seguiram o mesmo itinerário daqueles que começaram a chegar a partir do ano de 2010. No entanto, destaca, também, que alguns imigrantes circularam um pouco mais pelo país, em busca de trabalho e de melhores ofertas de emprego, antes de se fixarem em Concórdia, por indicação de um familiar ou de algum amigo. Com isso, podemos compreender que as redes sociais compõem, atualmente, uma importante ferramenta no auxílio à imigração internacional e, desta forma, devem ser levadas em consideração ao analisarmos a imigração internacional contemporânea.

Assim, partimos da necessidade historiográfica de permitir avanços, nas áreas de pesquisas, que envolvem a imigração haitiana ao Brasil, iniciada na primeira década deste século, mais precisamente ao município de Concórdia, no Estado de Santa Catarina. E, deste modo, temos como objetivo principal a busca pela compreensão do processo de imigração haitiano e dos fatores que o desencadearam e o direcionaram, com maior frequência, à cidade de Concórdia. Para tanto, buscaremos observar, pela ótica dos imigrantes, de que forma se sustentam as relações entre imigrantes haitianos e o povo de Concórdia.

Ciente dos fatos, que envolvem a pesquisa, nossa proposta de trabalho buscou, dentre outros fatores, compreender: se esses imigrantes sofreram problemas relacionados à discriminação racial ou preconceito. E, em caso positivo, como conviveram ou convivem com isso, se o racismo se sustenta em relações institucionais, estruturais, ou apenas no cenário individual. Se há projetos ou trabalhos, por parte da comunidade local, que contemplem tais pessoas e busquem uma modificação no cenário. Verificar se há problemas relacionados à falta de trabalho para esses imigrantes, se há diferenciação entre trabalhadores brasileiros e haitianos, dentro de empresas contratantes, e se existe alguma ajuda das autoridades locais, no sentido de incentivar que os imigrantes recém-chegados se coloquem, rapidamente, no mercado de trabalho. Além de compreender se os imigrantes haitianos tiveram ou possuem dificuldades em conseguir boas moradias que ofereçam o mínimo de dignidade a eles e a seus respectivos familiares e, por fim, se existem projetos que visem facilitar ou melhorar a saúde e o assistencialismo social para com a comunidade haitiana.

Deste modo, buscando cumprir com os objetivos propostos, nossas discussões terão como eixo o conceito de regiões, defendido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus de Irati<sup>2</sup>. Nossa linha de pesquisa, estrutura-se por meio do entendimento do poder e das suas relações como uma ferramenta que constitui regiões como um espaço da prática humana e, como um espaço praticado, fruto da invenção humana que produz e reproduz historicidade. No tocante à linha de pesquisa, Espaços de Práticas e Relações de Poder, podemos analisar nosso objeto, partindo do entendimento que ele está em constante processo de (des)construção

---

2 A área de concentração "História e Regiões" reúne investigações sobre narrativas que evidenciam conceitos, usos e significados de "regiões" e seus elementos constituintes. (PPGH, Unicentro, Irati, 2020).

e (re)construção. Isto implica no entendimento de que nosso objeto não é estático e que seus campos de força, ora convergem e, noutras, conflitam-se.

Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é analisar a imigração haitiana no município de Concórdia, oeste de Santa Catarina. Porém, compreendemos não ser possível analisar as especificidades imigratórias dessa região, sem uma contextualização do processo como um todo. Uma vez que, sabidamente, existe um processo migratório focado a um país, neste caso, ao Brasil e, somente depois disso, é que existe uma regionalização desse processo a diversos locais do país. Assim, este trabalho entende imigração como uma mobilidade espacial da população, segundo a concepção de Becker (1997), e, ao pensarmos e analisarmos a imigração em Concórdia/SC, levaremos em consideração a especificidade do grupo migrante, suas implicações e sua diversidade.

Para tanto, vamos nos valer do município de Concórdia/SC, como recorte espacial, e analisaremos a imigração haitiana a esse município, ocorrida entre os anos de 2014<sup>3</sup> e 2020, por meio de um aporte teórico que possibilite a compreensão das relações atinentes ao nosso objeto. Neste sentido, esta pesquisa se desenvolveu tendo, como eixo direcional, o entendimento de Certeau (1998), no tocante às delimitações de espaço e lugar. Segundo o autor, o espaço é visto como “um lugar praticado” (1998, p. 202), ao passo que, em Lefebvre (2006), pela dependência que possui com o social, ele é visto como produzido. Ciente disso, nosso trabalho conta com a utilização da história oral, mediante entrevistas com imigrantes haitianos residentes no município de Concórdia. Assim, utilizaremos narrativas de imigrantes, além de suas vozes, seu modo de pensar e, claro, sua subjetividade.

A metodologia utilizada se desdobra sob a perspectiva da história oral, bem como às contribuições que ela traz para a historiografia, uma vez que, segundo Burke (1991), desde a antiguidade a historiografia tem se direcionado e sustentado suas bases numa historiografia elitista através da narrativa de acontecimentos políticos e militares, sem uma análise dos demais atores e sujeitos da história. Assim, podemos compreender que a história oral nasce da necessidade de conceder vez e voz aos sujeitos anônimos da história (Portelli, 2016). Mas, nasce também para corrigir ou complementar uma

---

<sup>3</sup> Existem relatos de haitianos na cidade anos antes de 2014, no entanto, como existe uma grande mobilidade humana que é característica desses imigrantes, não conseguimos comprovações deste cenário.

história, colocando o pesquisador como um interlocutor atuante dentro da história (Duarte e Laverdi, 2008), permitindo que o historiador alcance novas possibilidades de chegar e de checar “dados que não encontramos nas estatísticas frias dos números. Ela nos possibilita chegar nas cores vivas da realidade dos moradores dos morros, dos migrantes, dos excluídos” (Schörner, 2006, p. 19).

Logo, a metodologia empregada, neste trabalho, foi a história oral, realizada através de entrevistas que seguiram um roteiro semi-estruturado e que buscaram compor fontes qualitativas e quantitativas que pudessem contribuir à historiografia da imigração haitiana e possibilitar novas reflexões à pesquisa. Para tanto, entrevistamos nove imigrantes haitianos, líderes comunitários, residentes no município de Concórdia, e dois brasileiros: um Auxiliar de Direção Escolar de Educação Básica e um Professor e Presidente de ONG de amparo e defesa da causa negra de Concórdia. Neste estudo, entrevistamos os imigrantes haitianos Erod, Bornot, Venel, Thierry, Wilner, Guitho, Gandhi, Millien, e Dieumira<sup>4</sup>, além do Professor Ary Barreiros, Presidente da NIARA Organização Negra, e do Professor Cleuder da Escola Walter Fontana.<sup>5</sup> Os depoentes foram pensados como estratégia que pudessem facilitar o entendimento entre depoente e entrevistador e, também, que pudessem ter alguma representatividade perante a comunidade haitiana do município. Com isso, entendemos não haver uma melhor forma de investigação senão pelos representantes legítimos dos imigrantes na sociedade concordiense: os Presidentes de Associações, as lideranças da comunidade e os brasileiros que atuam em pontos considerados centrais para a pesquisa.

Desta forma, conversamos com Bornot, Presidente da AHIAC; Venel, Presidente da ACHACOP; Thierry, que nos disse ser representante de uma parcela desses imigrantes não associados às duas primeiras; Wilner, Intérprete da BRF com a população haitiana; Guitho, um dos primeiros a registrar Boletim de Ocorrência versando sobre diferenças de tratamento entre brasileiros e haitianos; Gandhi, Professor de línguas e intérprete; Millien, liderança da comunidade haitiana; e Dieumira, liderança comunitária. Conversamos, ainda, com o professor Ary, Presidente da NIARA, por

---

<sup>4</sup> Aqui citamos o nome ou sobrenome dos depoentes, conforme são conhecidos em suas respectivas associações.

<sup>5</sup> Um dos imigrantes pediu sigilo de seu nome por estar sofrendo com ameaças por parte de seu vizinho brasileiro, razão pela qual o chamaremos de Martin Erod. Todos os demais entrevistados concordaram em ceder suas narrativas para compor este trabalho, razão pela qual não há motivos para subtraírmolos seus nomes ou nos utilizarmos de pseudônimos para garantir o sigilo da fonte. Buscamos com isso a credibilidade de quem constrói uma crítica pautada em fontes visíveis e acessíveis a quem possa se interessar pela temática ou por este produto final.

entendermos ser de extrema importância perceber como trabalham as organizações da causa negra de Concórdia e como elas chegam até os haitianos e, por fim, conversamos com o professor Cleuder, da Escola Walter Fontana, a fim de verificar se tais problemas relatados se repetem no espaço escolar.

As fotografias utilizadas, neste texto, assumem aqui, caráter de fonte histórica. Assim sendo, servem de parâmetro para a investigação histórica, de alento para a narrativa histórica, de estímulo à observação histórica e de bases para a aprendizagem histórica. Acerca da contribuição da fotografia à pesquisa histórica, discorre Borges (2008), que durante o século XIX, a história passou a reconfigurar seus parâmetros de análise e seu procedimento teórico-metodológico com o objetivo claro de se diferenciar das demais ciências estabelecidas pelo homem. Passando, assim, a estabelecer diálogos com a nova, e recém-surgida, forma de imagem visual: a fotografia. Borges (2008) ainda destaca que, embora outros setores da sociedade e outras áreas científicas tenham passado a utilizar e validar a fotografia, desde o seu surgimento, certo grupo de historiadores ainda não aceitava, até então, a fotografia como fonte de pesquisa histórica. Esse fato se seguiu até as primeiras décadas do século XX.

Para Monteiro (2008), as imagens acompanham o desenvolvimento humano, inclusive de sua organização social, desde a pré-história e, readaptando-se, no século XIX, por intermédio da fotografia. Neste sentido passou a servir aos interesses de auto-representação da burguesia em ascensão e, ao mesmo tempo, do controle e disciplina das grandes massas pela foto de identificação. O mundo fotográfico, segundo Santaella (2005), pode ser dividido em três paradigmas: pré-fotográfico; fotográfico e o pós-fotográfico.

O paradigma pré-fotográfico está relacionado às imagens produzidas, pelo homem, de forma artesanal,

O paradigma pré-fotográfico está relacionado ao conjunto das imagens produzidas de forma artesanal pela mão do homem, dependendo de sua habilidade e imaginação para plasmar o visível. Trata-se de imagens produzidas pela mão do artista, que guardam a sua marca e a aura de objetos únicos. Elas têm uma circulação restrita, sobretudo, feitas para serem expostas em galerias e museus. (MONTEIRO, 2008, p. 171).

O paradigma fotográfico, de acordo com Monteiro (2008), relaciona-se com as produções do homem e com auxílio de um aparato mecânico que, por circular em vários meios, acaba por perder o seu caráter de objeto único,

O paradigma fotográfico diz respeito às imagens produzidas por conexão dinâmica e captação física de fragmentos do mundo visível com a mediação de um aparato ótico-mecânico: a câmera fotográfica (a caixa-preta), de vídeo ou de TV. Imagens produzidas com o auxílio de um aparelho mecânico e visando a sua reprodução em série. Perdem a sua aura de objeto único e passam a circular em diferentes meios, sobretudo nos jornais, revistas, outdoors publicitários, etc. (MONTEIRO, 2008, p. 171-172).

Já o paradigma pós-fotográfico, refere-se às imagens sintéticas, produzidas por meio de computação,

Finalmente, o paradigma pós-fotográfico que se refere às imagens sintéticas e infográficas (virtuais), pré-modelizadas e matematicamente elaboradas através do computador. Percebe-se a importância da fotografia nessa interpretação à medida que ela é o parâmetro para a existência de um *pré-fotográfico* e de um *pós-fotográfico*. (MONTEIRO, 2008, p. 172).

Neste sentido, podemos compreender e enxergar a fotografia como uma ferramenta capaz de possibilitar que um fragmento de mundo espacial e temporal seja embalsamado para a posteridade (Monteiro, 2008). Deste modo, aqui trabalharemos as imagens fotográficas, sob a perspectiva de Paradigma Fotográfico de Monteiro (2008), e, sob a categorização de Espaço do Objeto, defendido por Mauad (2004), por nos possibilitarem captar os traços do mundo visível e transportá-los para o campo do debate e da análise histórica, evidenciando a lógica representativa dos objetos através da experiência adquirida pelos atores, no espaço construído pelos imigrantes haitianos em Concórdia.

Organizamos este trabalho em introdução e três capítulos delimitados da seguinte forma:

Introdução: procuramos, nesta parte, apresentar os pressupostos teóricos, a metodologia utilizada, e como pensamos e chegamos até a pesquisa em si. Buscamos, também, apresentar o porquê de termos escolhido os depoentes e, de que modo eles contribuíram com a historiografia e com a pesquisa.

Capítulo I: Neste capítulo apresentamos uma discussão acerca do conceito de imigração e como se deu o processo imigratório haitiano, no Brasil, primeiramente,



após isso, como ele se desencadeou ao município de Concórdia-SC. Apresentamos, ainda, uma discussão quanto ao processo de ocupação da região oeste de Santa Catarina, da colonização da região de Concórdia e da perseguição e exclusão dos caboclos brasileiros das terras contestadas que, anos mais tarde, sustentariam uma forma de racismo estruturalizada e mantida pela própria comunidade de Concórdia. Por fim, neste capítulo, buscamos demonstrar como o racismo estrutural surge e se sustenta nas sociedades, assumindo, inclusive, camuflagens que o fazem parecer uma invenção das suas vítimas.

Capítulo II – Aqui, apresentamos o conceito de racismo estrutural e institucional e as consequências do preconceito racial para a comunidade haitiana, residente em Concórdia. Além do exposto, buscamos, também, elencar alguns dos problemas existentes em Concórdia. Problemas relatados pelos próprios imigrantes ou encontrados por nós e registrados através de imagens fotográficas. Neste capítulo, demonstramos, ainda, que o racismo velado tem criado uma barreira entre a população de Concórdia e seus imigrantes e, de certo modo, tem causado um afastamento, não só social, mas geográfico. Ou seja, os imigrantes haitianos têm preferido morar em locais mais retirados ou próximos dos seus locais de trabalho.

Capítulo III – Esta terceira parte é voltada para a perspectiva do trabalho, da saúde e da moradia. Verificamos que o afastamento social tem gerado, também, um afastamento geográfico entre brasileiros e imigrantes. Por isso, buscamos demonstrar como e por que esse afastamento tem ocorrido, e qual a sua relação com o trabalho e moradia.

Como fontes, utilizamos entrevistas de história oral, comentários de perfis de redes sociais do município de Concórdia, fotografias, dados repassados pela Secretária de Saúde e de Vigilância Sanitária do município e pelo Ministério Público do Trabalho, por meio de petição online que possibilitaram uma compreensão e revisão dos objetivos propostos nesta pesquisa.

## CAPÍTULO I

Neste capítulo, apresentaremos o processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina, bem como o processo de fundação e recolonização da região de Concórdia/SC. Entendemos ser de suma importância compreender o conceito de imigração definido pela historiografia e como se deu o processo imigratório à região Oeste de Santa Catarina, para só então, debruçarmos a respeito do município de Concórdia. Assim, buscaremos apresentar uma discussão teórica, acerca do conceito de imigração, que sirva de bases para a compreensão e entendimento dos processos imigratórios do passado e da contemporaneidade.

Ainda, neste segmento, expomos a história haitiana e seus vários processos de luta, ditadura, intervenções militares, sob bandeiras da ONU e catástrofes naturais que, juntas, serviram de bases para vários processos de migração, no decorrer do tempo, e desencadearam, na primeira década deste século, um novo ciclo migratório a várias partes do mundo, inclusive ao Brasil e, nesse cenário, a região Oeste de Santa Catarina e nosso recorte espacial: Concórdia.

### **1.1 - O processo de ocupação da região Oeste de Santa Catarina**

A partir do ano de 1600 as explorações dos Bandeirantes começaram a chegar ao Sul do Brasil, ocupando-se da mineração e expulsando ou aprisionando os povos indígenas. Assim, “diante da iminente perda de áreas ocupadas e, temendo as armas de fogo dos bugreiros, muitos índios fugiram, avançando território argentino, organizando redutos; outros tantos, encurralados, foram aprisionados ou liquidados.” (Ferreira, 1992, p. 25). Segundo Ferreira (1992), com a abertura do caminho das tropas [levando víveres de São Paulo ao Rio Grande do Sul pelos campos de Palmas] as terras, às margens do rio Uruguai, ricas em ervas, pinhais e campos, passaram a receber a ocupação, sem controle, de fazendeiros de Guarapuava atraídos pela terra e suas riquezas. Tal ocupação, sem fixação, se deu até por volta do ano de 1850, e só findou, após a delimitação da fronteira entre Brasil e Argentina.

No ano de 1896, a região se encontrava em um imbróglio acerca da delimitação territorial entre as províncias do Paraná e Santa Catarina, que acabou chegando à esfera judicial, e terminou por aguçar os ânimos da população para um conflito armado. Além

disso, existia também o receio de que a Argentina anexasse, parte da região Sul, aos seus domínios, diante da divergência entre limites territoriais com o Brasil.

Deste modo, o governo brasileiro, buscando estratégias para resolver o problema, optou pela construção de uma estrada de ferro, ligando o município paulista de Itararé ao município de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, como forma estratégica de integração e de um rápido socorro, caso necessário. Somado a isso o governo brasileiro passou também a dar maior atenção à ocupação territorial na região, como estratégia natural de defesa.

Mais tarde, em 1906, a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul teve início, sob o comando da *Brazil Railway Company*, fundada, em 09 de novembro de 1906, em Portland, nos Estados Unidos, por Percival Farquhar:

Em 1906, iniciava-se a construção da ferrovia em terras contestadas. À Brazil Railway Company cabia uma remuneração de 8% do capital que viessem a empregar, conforme concessão dada pelo Imperador D. Pedro II. Assim, foram liberados inicialmente oito milhões de libras esterlinas para a construção, que permaneceu sob a responsabilidade do engenheiro Teixeira Soares. Como complemento, o Governo Imperial concedeu direitos à Companhia de explorar 15 km de cada lado da estrada de ferro, desde que fossem terras devolutas, com a condição dessas terras virem a ser aproveitadas convenientemente dentro de um prazo de cinquenta anos. (FERREIRA, 1992, p. 32).

No ano de 1919, foi inaugurada a ponte provisória, em Marcelino Ramos, que ligava os estados de Santa Catarina ao Rio Grande do Sul. Com a estrada de ferro, cortando o Estado de Santa Catarina, o trem passou a correr pelo trecho já pronto, e inúmeros trabalhadores contratados, foram dispensados. Diante desse fato, muitos deles permaneceram na região, elevando os conflitos com os posseiros locais.

A partir de 1911, a companhia construtora da ferrovia passou a expulsar os posseiros que ocupavam as terras devolutas, cedidas à Brazil Railway Company, tal fato gerou revolta nos sertanejos locais, pois não possuíam documentação de suas terras e, do dia para a noite, viram-se sem o chão que ocupavam (Ferreira, 1992). Com isso, muitos sertanejos, sem condições econômicas e sem terra para morar, plantar e produzir seu alimento, foram se revoltando, organizando-se em redutos, sob a liderança de

figuras religiosas conhecidas como “monges”<sup>6</sup> e, assim, passaram a atacar outras vilas, fazendas da região, e reagir às ameaças de expulsão.

Surgia, então, o conflito armado que ficou conhecido como Guerra do Contestado (1912-1916), e só chegaria ao fim, após treze expedições e a “morte de milhares de pessoas que participaram dos combates que se estenderam por aproximadamente 30.000 km<sup>2</sup>.” (Ferreira, 1992, p. 38).

Posteriormente ao conflito, os estados do Paraná e Santa Catarina celebraram um acordo territorial e com a decisão dos 48.000 km<sup>2</sup> em disputa, 28.000 km<sup>2</sup> ficaram com o Estado de Santa Catarina e 20.000 km<sup>2</sup> com o Estado do Paraná. Fez parte do acordo, também, a divisão do município de União da Vitória, por meio da estrada de ferro. Assim, tal divisão resultou no município de União da Vitória, no lado paranaense, e de Porto União, no lado catarinense.

Com a divisão territorial foram criados, no lado catarinense, os municípios de Mafra, Porto União e Cruzeiro<sup>7</sup> (atual Joaçaba), em 25 de agosto de 1917, e Chapecó, em 06 de setembro de 1919 (Ferreira, 1992).

## 1.2 - A história oficial de Concórdia

Mapa 1: Localização de Concórdia no mapa de Santa Catarina.



Fonte: iStock

<sup>6</sup> Segundo Ferreira (1992) três foram os monges do Contestado: 1º Monge - João Maria D'Agostini – Frei da Ordem de Santo Agostinho - 2º Monge – Anastás Mercat – Intitulou-se João Maria de Jesus; e 3º Monge – Miguel Lucena de Boaventura – Desertor da polícia de Curitiba, foi quem armou os sertanejos e precipitou o conflito armado.

<sup>7</sup> O município de Cruzeiro integrava a seu território a localidade de Queimados, atual município de Concórdia.

O município de Concórdia está localizado, na região oeste de Santa Catarina, a aproximadamente 450 quilômetros da capital Florianópolis, e possui uma população estimada em 68.621 mil pessoas, segundo o censo de 2010, registrado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município prospera, tendo como principal economia a produção e abate de suínos e aves, além de apresentar importante desenvolvimento nos setores agrícola, pecuário e agroindustrial. Essa região, outrora conhecida como Queimados, teve seu desenvolvimento atrelado à construção da estrada de ferro, inclusive, seus primeiros moradores se fixaram em regiões próximas aos trilhos do trem.

De acordo com Ferreira (1992), inexistem dados precisos que retratem a história do município, no período anterior à batalha do Irani, em 22 de outubro de 1912. Segundo o autor, essa batalha foi o estopim para o início da Guerra do Contestado, que levou um grande número de colonos a abandonar a região, fugindo dos conflitos. Outro fato que teria dificultado o processo inicial de colonização, na região de Concórdia, foi o terreno íngreme, com uma região de mata fechada e cercada por morros: “entre 1920 e 1925, Concórdia era sertão, com residências distantes umas das outras, a maioria de caboclos refugiados após a batalha do Irani” (Ferreira, 1992, p. 52) e sob a liderança do Caudilho, José Fabrício das Neves.

Esse grupo de refugiados dificultava os planos da Brazil Development and Colonization Company em expulsar os posseiros dessa região e estabelecer o processo de colonização. José Fabrício das Neves era o braço direito do monge, José Maria, e sabia que deveria assumir o comando, caso algo acontecesse a José Maria,

Nas primeiras horas da manhã de 22 de outubro de 1912, pouco antes do início do combate de Irani, o monge José Maria chamou José Fabrício das Neves e disse que ia morrer no confronto, mas que ele Fabrício continuasse liderando os caboclos. E que permanecesse no mato, onde seria um tigre, pois se fosse para o campo se transformaria num gato. (MARTINS, 2007, p. 46)

Ciente da necessidade de tratar o assunto com extrema cautela, a Brazil Development and Colonization Company destacou Victor Kurudz para atuar, nessa região, como agrimensor (Ferreira, 1992). Foi Victor Kurudz quem apresentou a José Fabrício das Neves uma proposta de acordo, a qual foi aceita:

Alcançando o sucesso da tarefa e como o trem não demoraria a passar, perguntei a Fabrício se ele desejava algo de Curitiba, ao qual ele respondeu: - Faça boa viagem e volte logo para a gente começar o serviço da divisão dos

lotes. (KURUDZ, Colonização de Concórdia. Curitiba, 1990. Entrevista concedida a Antenor Geraldo Zanetti Ferreira em julho de 1990)

Com o processo de demarcação das terras, buscou-se, também, trazer imigrantes europeus para a região, sem sucesso, pois os mesmos acabavam não se adaptando à região e às condições apresentadas. Logo, teve início uma grande campanha de divulgação, no Estado do Rio Grande do Sul, que buscavam agricultores para a região e, assim, eles começaram a chegar, ocupando terras às margens do rio Uruguai e próximas aos trilhos do trem ou estações ferroviárias (Ferreira, 1992). Mais tarde, outros começaram a se estabelecer na região conhecida como Queimados.

Segundo Nodari (2002), os migrantes, que optaram pela região oeste de Santa Catarina, buscavam a manutenção, ou melhoria, do padrão socioeconômico e cultural que possuíam em seu país de origem. Assim sendo, os meios de propaganda buscavam persuadir o colono para que este migrasse. O objetivo era claro e se utilizava dos meios de propaganda da época, principalmente jornais, para disseminar a ideia de que o Oeste Catarinense possuía terras boas para o plantio e, desta forma, existiria fartura e possibilidade de reunião familiar (Nodari, 2002).

Outro meio de persuasão foi através da disseminação de informações que davam a entender a possibilidade de criação de novas comunidades, no destino escolhido, de acordo com a sua orientação etno-religiosa.

Os jornais se demonstraram eficazes na divulgação de vendas de terras, na região Oeste de Santa Catarina. Tão eficazes que alguns anúncios passaram a ser publicados no idioma italiano:

[...] como demonstra o anúncio da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., publicada no jornal Staffeta Riograndense, do dia 18 de abril de 1929. No anúncio, em italiano, eram anunciadas as vantagens das terras, a sua localização, o acesso, os preços e as condições de pagamento. Os lotes, de acordo com o anúncio, foram demarcados de tal forma que todos tivessem água corrente em abundância. Quanto ao clima, era o melhor que se poderia desejar, semelhante aos municípios das colônias italianas do Rio Grande do Sul, e adequado a várias culturas, principalmente ao milho, feijão, trigo, alfafa, fumo e, ainda, propício à plantação de parreiras para a produção de um bom vinho. Eles, também, salientavam a importância da localização das terras perto da estrada de ferro (NODARI, 2002, p. 39)

Com a demarcação das terras e a chegada dos colonos, Victor Kurudz propôs a instalação da vila na região de Fragosos: “lugar plano e bonito” (Ferreira, 1992). Porém, quando a Companhia Mosele adquiriu as terras da Brazil Development and

Colonization, no ano de 1925, optou-se por formar a vila, na região dos Queimados, pela facilidade de acesso a Marcelino Ramos e Volta Grande.

Acerca do nome, pelo qual a região era conhecida, a lenda dizia que Queimados fazia referência ao Coronel Fabrício que mandava queimar corpos de seus inimigos mortos e atirar no rio. Outros afirmavam que eles eram queimados vivos e, só depois, atirados ao rio. No entanto, esclarece Kurudz que “destacava-se aquela clareira aberta pelas queimadas, próxima do riacho, feitas pelos caboclos da região. Logo o lugar foi chamado de região dos queimados” (Ferreira, 1992, p. 67). Atualmente, o riacho da cidade ainda permanece com o nome de Queimados.

Com a escolha da região de Queimados, para ser sede da nova vila pela Companhia Mosele, surgiu um novo impasse por conta de a região estar sob o domínio e posse do Caboclo Eusébio, que se opunha à demarcação em suas terras, dificultando o processo de demarcação da nova vila e travando os trabalhos. Por isso, Victor Kurudz foi, novamente, destacado para tentar solucionar o impasse. Nesse sentido, Kurudz convidou José Fabrício das Neves para ir com ele até a casa de Eusébio, local combinado para o encontro. Após o encontro e com a promessa de que seria legalizada uma parte considerável de terra a Eusébio, surge, enfim, um acordo.

Diante do acordo, Kurudz teria sugerido o nome de Concórdia<sup>8</sup> para a região: “Diante do que acabamos de combinar, do que acabamos de concordar, este lugar passa a ter o nome de Concórdia” (Kurudz, apud Ferreira, 1992, p. 66).

### **1.3 - A recolonização<sup>9</sup> da região de Concórdia**

De posse do contrato assinado com o Governo do Estado e, agora, com os problemas de demarcação das terras solucionados, pôde a Brazil Developmet and Colonization Company distribuir as terras, sob seu domínio, para outras empresas da região, acelerando, assim, o processo de recolonização da mesma. Deste modo, a partir do ano de 1922, as regiões de Sertãozinho e Rio Engano ficaram a cargo da Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., que deram início ao que Ferreira (1992, p. 71) considerou chamar de “Colonização Definitiva”.

---

<sup>8</sup> Esse fato ocorreu no ano de 1923.

<sup>9</sup>Recolonização porque acreditamos que os imigrantes europeus chegaram a estas terras após os indígenas e também após os nacionais.

O quadro abaixo nos mostra as principais empresas colonizadoras que tiveram alguma forma de atuação na região oeste de Santa Catarina:

Tabela 1 – Colonizadoras que atuaram na região Oeste Catarinense

COLONIZADORA	SEDE	ÁREA DE ATUAÇÃO
Brazil Development and Colonization Company	Portland (EUA),	Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó
Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia.	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba e Concórdia
Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	Chapecó – sede e outras áreas
Companhia Territorial Sul Brasil	Rio Grande do Sul	Chapecó (Extremo-Oeste)
Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia. (H. Hacker e Cia.)	Rio Grande do Sul	Cruzeiro/Joaçaba
Empresa Chapecó- Peperi Ltda.	Rio Grande do Sul	Chapecó – Mondai
Volksverein für die deutschen Katholiken in Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Chapecó – colônia Porto Novo/Itapiranga
Barth, Beneti & Cia. Ltda. (Barth, Annoni & Cia. Ltda.)	Rio Grande do Sul	Chapecó – região de São Miguel d'Oeste
Angelo di Carli, Irmão & Cia.	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Nardi, Bizzo, Simon & Cia.	Rio Grande do Sul	Chapecó e Cruzeiro/Joaçaba
Irmãos Lunardi	Rio Grande do Sul	Chapecó
Empresa Povoadora e Pastoral Theodore Capelle	São Paulo	Cruzeiro/Joaçaba – Concórdia
Estado de Santa Catarina	Santa Catarina	Chapecó – (Itaberaba e Itacorubá)

Fonte: Nodari (2002, p. 36)

A Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons & Cia., incentivava que jovens migrassem para a região Oeste de Santa Catarina pela possibilidade de aproximação ou reunião familiar. Este foi o caso de Caetano Chiuchetta, que migrou para a região de Concórdia (antiga região de Cruzeiro), com 23 anos de idade (Nodari, 2002). Os primeiros colonos passaram a chegar à região, tendo em vista as propagandas realizadas no Rio Grande do Sul e, também, em alguns municípios do Estado de Santa Catarina. Com a chegada dos primeiros colonos e, conseqüentemente, início da produção e escoamento desta a Marcelino Ramos, ficou evidente que o transporte não poderia mais ser realizado pelas picadas ou lombo de cavalos ou burros. A vila recém-criada necessitava de estradas que facilitassem o transporte e atraíssem mais colonos para a região.

Nesse sentido, o contrato assinado entre o Governo do Estado e a Brazil Development and Colonization Company previa a obrigação da criação de estradas de rodagem que suprissem as necessidades da região recolonizada. Com a compra das terras pela Sociedade Territorial Mosele, Eberle, Ahrons e Cia., cabiam a ela tais obrigações, previstas em contrato (Ferreira, 1992). Assim, a Companhia Mosele viu uma oportunidade de aproveitar os trabalhos dos próprios migrantes, na realização de tais incumbências. Desse modo, o trabalho de abertura de estradas e construção de



pontes passou a ser realizado pelos migrantes que viam, nisso, uma oportunidade de pagarem suas terras à Companhia Mosele (Ferreira, 1992). Este fato se tornou bastante atrativo e facilitou a chegada e o estabelecimento de mais colonos na região de Concórdia.

Com a chegada, cada vez mais, de colonos e a realização dos principais trabalhos, sendo realizados por eles mesmos, como forma de quitar suas terras, os primeiros sinais de desenvolvimento começaram a surgir e, a partir de 1927, a região já possuía cartório, correio, delegacia, hospital, coletoria e escolas. No entanto, havia pouca atenção do município de Cruzeiro para com essa região. Assim, progressivamente, passou a crescer o desejo de se desligar de Cruzeiro mediante a criação do Município de Concórdia (Ferreira, 1994) que, só aconteceria, anos mais tarde. Em 11 de agosto de 1927, Concórdia passou à categoria de Distrito pela Lei nº 82 do Município de Cruzeiro. No ano de 1934, através do Decreto nº 635, de 12 de julho de 1934 e, conseqüente instalação, em 29 de julho de 1934, Concórdia foi emancipada tendo como primeiro Prefeito o Coronel José Luiz de Castro (Büchle, 2002).

Com a emancipação, Concórdia passou a se desenvolver em um ritmo acelerado, recebendo novas levas de migrantes, criação e funcionamento de um moinho e, em 1944, a criação da Empresa Sadia “que iria mudar o rumo da história econômica do município” (Ferreira, 1994, p. 22). Porém, a mesma história oficial do município, que se ocupou de colocar o migrante descendente de europeu como o fundador, o desbravador e o pioneiro, que abriu caminho pelas terras virgens, também tratou de apagar a imagem dos povos nativos que já ocupavam a região de Concórdia, há cerca de 10.000 anos e, da figura do nacional [brasileiro] que habitava essa terra, há muito tempo, antes do colono descendente de europeu.<sup>10</sup>

#### 1.4 - Os pioneiros descendentes de europeus versus os brasileiros: nós e os outros.

Nós vivíamos como uma única família, alegres, um ajudando o outro. Tudo era calmo, porém, não éramos bem vistos pelos caboclos que **não eram homens de trabalho** e gostavam de morar nas terras do Governo. Felizmente não houve atritos maiores, porque a situação se acomodou quando a Empresa fez uma “**limpeza**”, mandando tocar os caboclos que não tinham comprado

---

<sup>10</sup> O pesquisador Antenor Geraldo Zanetti Ferreira que escreveu sobre a história do município de Concórdia também chamou atenção para o esquecimento do Caboclo brasileiro na história oficial do município. Assim como Eliete da Silva Sales ao escrever sobre a vida em mobilidade dos haitianos de Concórdia também destacou a extinção dos povos indígenas como proposta de branqueamento da população.

as terras. Assim, eles com medo, iam embora e os jagunços já não representavam nenhum perigo. (Ferreira, 1992, p. 81, grifo nosso).

Nos relatos oficiais de fundação da região e, conseqüentemente, do município de Concórdia, podemos verificar uma forte ligação com o processo de ocupação do Oeste Catarinense, que se deu, em sua maioria, por descendentes de imigrantes europeus, residentes na região Sul do Brasil. No entanto, sabidamente, povos indígenas já ocupavam o Oeste Catarinense, às margens dos rios Iguaçu e Uruguai, estabelecendo-se no Planalto de Santa Catarina, por volta do ano 1.000 a.C., esses povos já se utilizavam, inclusive, da agricultura.

Nessa região, existiam, ainda, outros povos que, segundo a antropóloga Arlene Renk, autodenominavam-se brasileiros e passaram a ser estigmatizados pelos colonos, descendentes de europeus, como Caboclos<sup>11</sup>. Estes últimos, assim como os indígenas, foram expulsos ou mortos, para que a instalação de povos colonos, descendentes de europeus, pudessem tomar corpo e espaço.

Diante do exposto, é possível afirmar que, no Oeste Catarinense, existiam terras virgens, quando da chegada dos migrantes descendentes de europeus?

Segundo o entendimento de Pereira (1966), essa região estava abandonada por parte do Estado Nacional, com um grave problema de delimitação territorial entre Brasil e Argentina, e com disputas internas entre Paraná e Santa Catarina. Assim, o sistema de posse seria a única saída para uma população esquecida que sequer tinha noção desses conflitos internos e externos.

Neste sentido, Renk (1991), ao analisar a colonização do Oeste Catarinense e a representação dos povos brasileiros, perante os imigrantes, definiu que os brasileiros viviam no sistema de posse, desde meados do século passado, e levavam uma vida bastante peculiar que se firmava na agricultura, em pequena escala, nas terras de plantar, e na criação de gado, nas terras de criar. Era realizado, além disso, o extrativismo da erva-mate e existiam alguns acordos com os “fazendeiros da região e, personagens como os “bodegueiros” e os “tropeiros” que eram fundamentais, já que comercializavam/trocavam produtos e faziam circular os excedentes da produção” (Pereira, 1966 apud Machado, 2017, p. 160).

---

<sup>11</sup> Resultado da miscigenação entre branco e índio.

Autores, como Fraga (2012, 2016) e Welter (2007), citados por Machado (2017), retratam o caboclo um exemplo de sujeito que buscava equilíbrio com o social e com o ambiental, e priorizava suas ações com respeito ao meio e à natureza.

Podemos verificar que tais condições se diferem da própria condição de colonização que era pautada, basicamente, na estrutura capitalista de acúmulo de bens e capital. Existia, portanto, uma grande diferença entre o brasileiro com a sua simplicidade, que lhe é característica, e o descendente de imigrante europeu ou “colono de origem”<sup>12</sup> com seu ideal de prosperidade e enriquecimento, que fazia com que este último visse o caboclo<sup>13</sup> como um preguiçoso, alguém que não gostava de trabalhar. Podemos verificar esta situação, no depoimento de Hermano Zanoni, administrador da Companhia Mosele, ao narrar como era o relacionamento da Companhia com os caboclos:

[...] houve lutas, mas nós conseguimos nos livrar dos tropeços... A colonização foi adentrando, foi tomando conta; aí o caboclo se afastava, ele não se sentia bem ao lado do colono, **porque os colonos eram homens de trabalho e o caboclo não era homem de ganhar dinheiro**. Houve alguns choques. Eles queriam dominar a situação e nós fomos os de sempre, reagimos e eles foram embora... e a vida continuava normal [...]. (ZANONI, 1986 apud FERREIRA, 1992, p. 81. Grifo Nosso)

Desta forma, os caboclos<sup>14</sup> foram vistos como pessoas que não gostavam de trabalhar ou que viviam nas terras do governo atrasando o progresso da região. Podemos compreender, portanto, que ocorreu uma legitimação para afastamento dos últimos caboclos que ainda existiam nesta região, após a Guerra do Contestado. Legitimação esta que ocorreu acerca da construção de uma grande narrativa que prestigiava o estrangeiro como o pioneiro, em detrimento dos brasileiros, com suas vidas simples e relação íntima com a natureza.

A visão estigmatizada do brasileiro, morador da região do Contestado, apresenta-se sendo uma constante na história da região Oeste de Santa Catarina. Porém, com a morte de José Fabrício das Neves, o braço direito do Monge, José Maria, no ano de 1925, a situação dos caboclos do Contestado, já não era mais a mesma, eles não possuíam qualquer tipo de segurança ou garantia a não ser se sujeitar aos novos

<sup>12</sup> Como são definidos pela antropologia os descendentes de europeus residentes em área rural.

<sup>13</sup> Como o descendente de europeu enxergava e definia o nacional, brasileiro. Visão estigmatizada do brasileiro perante o migrante descendente de europeu.

<sup>14</sup> Aqui sempre iremos nos referir ao nacional como ele era visto perante ou em comparação ao descendente de europeu.

procedimentos, “restando duas opções: deixar suas posses ou tornarem-se empregados dos imigrantes que começavam a chegar. Era a cobiça e a espoliação que vinha junto com o progresso.” (Ferreira, 1992, p. 79).

Assim, tratou-se de fortificar os pilares da nova estrutura que ora se iniciava. Para tanto, bastava que existisse uma estrutura de poder que prestigiasse alguém, em detrimento de outro alguém, e tais condições já haviam se demonstrado favoráveis aos estrangeiros, desde que houve a concessão das terras à Brazil Development and Colonization Company. O cenário era claro e os ex-possesores foram reduzidos até se tornarem minoria. Pela fronteira de exclusão, que é traçada e definida pela maioria, objetivou-se a exclusão dos caboclos (Renk, 1991).

### **1.5 - A perseguição e exclusão dos caboclos**

O nosso caboclo, nenhuma noção tem de conforto, de higiene individual ou domiciliar; são rotineiros e ignorantes. As suas casas, pessimamente construídas de paus roliços, com paredes de barro ou de estacas de rachas de pinheiros, com piso de terra batida, coberturas de palhas ou de lascas da mesma madeira, não obedecem ao mais mezinheiro preceito de higiene. Geralmente elas são colocadas próximas aos brejos ou cursos d'água, e têm os compartimentos escuros, mal ventilados e sem a precisa cubação. Circundam-nas, habitualmente, o mato que não dói derrubado, impedindo assim a penetração dos raios solares e mantendo-as envoltas num ambiente úmido e pouco saudável. No interior das habitações não há comodidade nem asseio de espécie alguma. Dormem em esteiras colocadas no chão ou em giraus. Se possuem animais domésticos, com eles vivem promiscuamente. Poucos plantam e menos criam, e por isso mesmo, alimentam-se mal. Empregam-se, de ordinário, na extração de erva-mate; o que não exige grande esforço. O analfabetismo entre eles é geral. Fiéis aos hábitos que herdaram, dos quais são vítimas inconscientes, passam a existência segregados da sociedade, em completo estado de atraso e de miséria, de que não devem ser considerados os principais responsáveis. (Comissão de limites Paraná-Santa Catarina. Relatório dos trabalhos executados pela comissão de limites Paraná-Santa Catarina, apresentado ao Dr. João Luiz Alves, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo Marechal Albuquerque Souza, em 1923, p. 83 apud Ferreira, 1992, p. 78).

O relatório acima, apresentado pela Comissão de Limites, apresenta-nos uma das várias facetas dos caboclos do Contestado. No entanto, devemos destacar que aspectos ligados à Batalha do Irani e, conseqüente morte de seu líder, o Monge, José Maria, tiveram fortes impactos na estrutura e (re)organização social dos caboclos. Muitos deles se dispersaram, após o conflito, esconderam-se em meio à mata ou migraram para outros locais, fugindo da violência dos recolonizadores.

Imagem 1 - Brasileira típica da região do Contestado



Fonte: Livro 'Concórdia: o rastro de sua história' de Antenor Geraldo Zanetti Ferreira, 1992, p. 79

Na imagem, destacada acima, podemos verificar uma afro-brasileira, pobre, moradora do meio rural e estigmatizada. Roupas simples, semblante cansado, pele escura, magra, descalça. Verifica-se, também, a simplicidade da moradia pertencente a ela e o olhar de desconfiança com o qual observa a cena. Aqui, entendemos que existe uma configuração do próprio elemento territorial que define e delimita regiões, quem está dentro e quem está fora, o pertencimento e o não-pertencimento. Neste sentido, Albuquerque Júnior (2008), discorrendo acerca do conceito de regiões, define-o como frutos de fatos e não pré-existentes a eles. Segundo o autor, regiões são definidas por serem produtos de “acontecimentos históricos, acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de

conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas” (Albuquerque Júnior, 2008, p. 58). Sendo assim, utilizar o conceito de regiões é abordar questões de domínio e de dominação, de posse e de apropriação, de subordinação, de exclusão, de desterramento e de banimento. Mas, sem esquecer as práticas de vida e espaciais que suportam, estimulam e engendram as regiões (Albuquerque Júnior, 2008).

Retornando à cena, podemos ainda compreender que a senhora retratada compreende o seu próprio local de atuação, de fala e até de não-fala e, por conta disso, mesmo com desconfiança, não aparenta violência seja pela sua condição de simplicidade, de sua faixa etária elevada ou até mesmo por aceitar sua condição de minoria, e conseqüente desamparo que possui. Essa condição de desamparo se retrata nas ações hostis, desempenhadas pelos encarregados da segurança da companhia colonizadora, que começaram a expulsar os caboclos de suas posses com o uso de métodos violentos: “A ferro e fogo, o Alto Uruguai Catarinense ficou “limpo” para os imigrantes” (Ferreira, 1992, p. 80).

Segundo Ferreira (1992), no ano de 1925, durante a chegada dos primeiros colonos, a população de caboclos era de dois mil a três mil homens. Alguns andavam armados, resquícios da Batalha do Irani, e não aceitavam a demarcação dos lotes. Outros conquistaram legalmente suas terras, mediante acordo realizado com a companhia colonizadora. Outros, ainda, tornaram-se capangas da companhia colonizadora, em nome das vantagens recebidas, e passaram a expulsar os caboclos que não queriam pagar por suas terras ocupadas. Os demais, sequer entendiam a necessidade de pagar por algo que, em seus entendimentos, já era deles, uma vez que, há anos, já ocupavam, cultivavam e se abrigavam nessas terras.

Se não houvesse acordo entre o posseiro e a empresa colonizadora, a Empresa Mosele dava oito dias para que eles deixassem o local. Caso isso não acontecesse, era ateadado fogo no rancho e o caboclo se via obrigado a pegar suas panelas e chaleiras e sumir. Tais ações eram vistas, como normais, pelos migrantes que chegavam “e até necessárias, o que não chega a surpreender, tendo em vista a discriminação racial, tão fortemente presente entre os descendentes de europeus” (Ferreira, 1992, p. 81). Podemos verificar os métodos adotados pelos seguranças da Companhia Mosele, no relato de Fioravante Fracasso:

Muitos caboclos ou intrusos (que eram morenos), foram convidados por Fernando Silveira a se retirarem. Depois que iam embora, os ranchos eram queimados e os caboclos orientados a passar as fronteiras dos domínios da Companhia Mosele. Certa feita, Albino Zuchelo com a alça do relho, por isso foi chamado ao escritório de Fernando Silveira, recebendo uma descompostura por não ter matado o caboclo. (FRACASSO, 1990 apud Ferreira, 1992, p. 82.)

Neste sentido, observa-se que a Companhia Mosele possuía sua própria segurança, e que esta agia como se polícia fosse. De acordo com a gravidade do ato realizado pelo caboclo, o chefe do lugar, Fernando Ozório Marques da Silveira, aplicava as punições. Dentre as condenações, adotadas por Fernando Silveira aos caboclos, estavam desde arrancar tocos na praça da cidade e “levar uma surra de borracha antes de ser liberado. Era comum também amarrarem-se os caboclos nas árvores e batê-los com o chicote, quando esses desagradassem com suas atitudes.” (Ferreira, 1992, p. 87).

Diante da violência, os poucos caboclos que sobraram, viram-se sem possibilidade de reação. Muitos abandonaram seus costumes e se integraram aos costumes dos colonos, como forma de sobrevivência. Alguns foram expulsos, durante o processo, outros foram mortos, nas batalhas do Contestado, e os demais, tiveram que abandonar suas terras, migrando para regiões de Irani ou Vila Nova [Atual Pato Branco], sob a liderança de Teodoro Tristão, José Paulino e Vergílio Castilho (Ferreira, 1992). Os colonos de origem se firmaram na região, muitos enriqueceram e perduram, nos textos históricos do município, como desbravadores de terras virgens e pioneiros e muitos deles possuem seus nomes como denominação de ruas da cidade de Concórdia.

Sabemos que a história de uma determinada região é, também, a história de cada grupo que faz/fez parte dessa população, e que esta história não deve ser seletiva, ao levar em consideração a trajetória de uma única etnia, mas de todos os grupos que compunham a história desta região (Nodari, 2002). No entanto, em Concórdia, não há referências à figura nativa e afro-brasileira que ocuparam essas terras no passado e, ainda ocupam.

O que existe é uma grande insatisfação e mobilização da população negra de Concórdia, em fazer valer a sua história, aquela não contada pelo município de Concórdia, na qual o indígena e o afro-descendente foram e, continuam sendo, parte da sustentação moral, cultural, social e econômica do município. Porém, esquecida pela historiografia local, fruto do racismo institucional e estrutural que persiste, em

Concórdia e região, passando a ocupar cada vez mais o cotidiano dos negros do município com a chegada dos imigrantes haitianos, a partir do ano de 2014.

### **1.6 – O Haiti e o desencadeamento dos processos migratórios internacionais**

Como forma de contextualizar o objeto de estudo, entendemos ser de extrema importância conhecer um pouco da história do Haiti, seus processos de recolonização e migratórios.

O processo de recolonização do Haiti<sup>15</sup> teve início, em 1492, com Cristóvão Colombo, e passou por duas colonizações europeias: a espanhola (1492-1697) e a francesa (1697-1803) que juntas, resultaram na “destruição sistemática de 45% do meio ambiente do país” (Seguy, 2014, p. 35), e despertaram nos escravos, trazidos da África para trabalhar nas plantações, o desejo de libertação.

Deste modo, no auge da Revolução Francesa (1789-1799), a ilha passou por uma revolta escrava (1791-1804) que resultaria no que James (2010) citou, como sendo um dos episódios mais fecundos da contemporaneidade. Da revolta escrava, surge a independência, em 1804, e com ela o país mergulhou em sanções econômicas, impostas pelas potências imperiais, em um longo período, sob o controle ditatorial da família Duvalier, em sucessivos golpes de estado, além de diversas intervenções externas, sob bandeiras de missões de paz da ONU.

Como um país, outrora conhecido pela sua alta produção açucareira, atualmente é conhecido como o país mais pobre das Américas? A resposta, para Pierre-Charles (1990) e James (2010), está atrelada ao fato de o Haiti expressar o sucesso do projeto colonial na América Latina: de colônia próspera, entre os séculos XVII e XVIII, ao país mais pobre, atualmente. Esse sucesso do projeto colonial se deve muito ao pesado fardo, imposto pelas grandes potências imperialistas, que acabaram por colocar o país à margem do crescimento e das relações de trabalho (James, 2010), condicionando o país a sucessivos fluxos migratórios, desde o final do século XIX: principalmente à “República Dominicana e Cuba, países que à época passavam por crescimento de sua indústria açucareira” (Magalhães e Baeninger, 2016, p. 349).

O Haiti não iniciou seu processo migratório, atualmente, não sendo, portanto, “um processo novo” (Castor, 1978), mas um processo modificado. De acordo com

---

<sup>15</sup> Novo nome adotado após a independência. Segundo Matijascic (2010) significa terras altas em Arawak, língua dos nativos da região.



Cotinguiba (2014), o processo migratório haitiano se deu, no fim do século XI, a locais como República Dominicana e Cuba. Passando a sofrer modificações, na segunda metade do século XX, e, a partir disso, orientando-se a locais como Estados Unidos, Canadá, França e, na atualidade, a outros países da América Latina, inclusive ao Brasil, considerados centrais, no sistema capitalista.

Neste sentido, a presença haitiana, no Brasil, também deve ser observada. Uma vez que, assim como Estados Unidos e França, que, historicamente, exerceram controle militar e econômico sobre o Haiti (Castor, 1978), o Brasil também exerceu controle militar<sup>16</sup>, no Haiti entre os anos de 2004 a 2019, período este em que esteve à frente da Missão de Paz da ONU, naquele país. E, neste sentido, Dados do Congresso Mundial Haitiano (CMH), do ano de 2005, revelam-nos o número aproximado de haitianos em diversos países:

Em Nova York (incluindo Nova Jersey) os haitianos são estimados em 1 milhão; em Miami, 750.000; em Boston, Chicago e Los Angeles, 150.000; no Canadá, 120.000; na França, 100 mil, incluindo os Departamentos Ultramar, na República Dominicana, 750.000; em Cuba, 400.000 e nos demais países da América Latina, 75.000, além daqueles instalados na África e na Ásia (CAHIER, 2005 apud JOSEPH, 2017)

Os dados do CMH, de 2005, cinco anos antes do terremoto, já nos mostram um elevado número de haitianos, em várias partes do mundo. Podemos verificar, ainda, que, naquela ocasião, a migração já se direcionava aos países considerados centrais no sistema capitalista. Nesse sentido, Joseph (2017) defende a existência de pelo menos quatro fluxos migratórios haitianos, desde o início do século XX até a atualidade.

Segundo o autor, o primeiro fluxo considerável de migração haitiana se deu entre os anos de 1915 e 1934, período no qual as forças armadas norte-americanas ocuparam o país. A escassez da mão de obra, ocorrida em Cuba e na República Dominicana, provocada pelo aumento da produção e das indústrias americanas de açúcar, no Caribe, foi uma lacuna para preenchimento de camponeses haitianos que passaram a migrar a esses países.

Segundo Wooding e Moseley-Williams (2009), citado por Handerson (2017, p. 8), cerca de “30.000 a 40.000 haitianos, chamados *braceros*, migravam temporariamente todos os anos para Cuba, entre 1913 e 1931”. Mesmo com a proibição de trazer novos

---

<sup>16</sup> O controle militar citado aqui se refere ao poder legal e constituído através de autorização das Nações Unidas para gerir, controlar e manter a paz e a ordem com o uso da força, se necessário for.

haitianos para as plantações, eles continuariam chegando, até 1961, para trabalhar em plantações de café, sendo estimados em mais de 80,000 até 1944. Neste sentido, o autor ainda apresenta uma contextualização do processo migratório com a conjuntura da ocupação norte-americana, em Cuba e no Haiti:

O processo migratório em direção a esses dois países caribenhos deve ser compreendido no contexto da conjuntura geopolítica da ocupação americana em ambos os países. Também, por causa da primeira guerra mundial e pelo fato de o Haiti representar, na época, um lugar estratégico para evitar a instalação alemã na região, dada a forte presença econômica que a Alemanha tinha no país caribenho. (JOSEPH, 2017, p. 8-9)

A migração haitiana, em direção à República Dominicana, dispôs de várias passagens desastrosas. No ano de 1937, a “xenofobia dominicana teve sua expressão mais violenta, quando o ditador Rafael Leonidas Trujillo (1930-1961) ordenou aos militares matar milhares de cidadãos haitianos” (Joseph, 2017, p. 9). Como consequência dessa ação, estima-se em torno de seis mil a trinta mil haitianos mortos. Segundo o mesmo autor, no ano de 1986, no governo de Joaquin Balaguer, haitianos indocumentados e com faixa etária entre 16 e 60 anos foram deportados, aproximadamente, 35 mil foram repatriados e, muitos, acabaram saindo da República Dominicana por conta própria. Este fato gerou denúncia de várias organizações internacionais, inclusive da Organização das Nações Unidas (ONU), pelas condições precárias de trabalho, vida, saúde, e, sobretudo, pela condição de nacionalidade, negada aos descendentes de imigrantes haitianos, nascidos em território dominicano.

O segundo fluxo migratório dos haitianos começou, no Governo Élie Lescot (1941-1946), quando a língua inglesa passou a ser de caráter obrigatório, inclusive no sistema educacional. Na década de 1950, os haitianos, mais abastados economicamente, passaram a enviar seus filhos para estudar nos Estados Unidos e, muitos agricultores, que antes já haviam tentado a sorte, em países como Cuba e República Dominicana, passaram a ver os Estados Unidos como uma possibilidade real de migração (Joseph, 2017).

O terceiro fluxo migratório haitiano iniciou-se com a ditadura de François Duvalier (1957-1971) e reconfigurou a migração haitiana. Ou seja, a partir desse período, a migração passaria a contar com diferentes fluxos de pessoas, de diversas regiões do país e de diferentes camadas da sociedade.

Assim,

A autoprocamação de “Presidente vitalício” de François Duvalier em 1964 assustou os intelectuais e a classe média negra (médicos, advogados, professores) que não demoraram para ir ao exílio. Entre 1957 – o ano de ascensão de Duvalier ao poder – e 1963, 6.800 haitianos foram para os Estados Unidos com visto de imigrantes e outros 27.300 com visto temporário. Entre o ano da autoprocamação em 1964 até o ano da sua morte em 1971, os serviços de imigração estadunidense registraram 40.100 migrantes e 100.000 não-imigrantes oriundos do Haiti (AUDEBERT, 2012 apud JOSEPH, 2017, p. 9)

Por fim, temos o quarto fluxo migratório haitiano, desencadeado, no ano de 2010, pós-terremoto, fruto dos problemas já existentes e, também, do agravamento do cenário político, socioeconômico, educacional, saneamento básico, saúde etc. Com o terremoto e suas conseqüências, nos cenários sociais do país, ocorreu um duplo movimento de pessoas,

[...] algumas pessoas se deslocaram em direção ao meio rural, mesmo aqueles sem nunca terem residido no interior do país. Outros aproximadamente 350.000 (AUDEBERT, 2012) que dispuseram de recursos variados, decidiram partir para o exterior. É nesse contexto, que se situa a chegada de centenas de pessoas de nacionalidade haitiana, em janeiro de 2010, pela fronteira Brasil, Colômbia e Peru, particularmente na Cidade de Tabatinga, no estado do Amazonas e, posteriormente, no mesmo ano, pela fronteira Brasil, Bolívia e Peru, na Cidade de Brasileia, no Acre. (JOSEPH, 2017, p. 11)

Deste modo, podemos observar que o cenário migratório haitiano permanece em constante modificação, uma vez que, no ano de 2016, já havia cerca de 1.134.000 haitianos residindo fora de seu país de origem. Esse panorama, à época, já retratava cerca de 11,05% da população total haitiana (Magalhães e Baeninger, 2016).

Os haitianos que entram, no Brasil, demonstram procura pelo espaço que melhor o represente ou por melhores condições de emprego, moradia etc. Conforme pesquisa do Instituto Nacional de Migração (INM), somente em 2016, cerca de 17.078 haitianos ingressaram no México, fugindo da recessão brasileira. O que nos leva ao entendimento que o fluxo migratório haitiano é constante e direcionado. Constante, por eles estarem sempre em deslocamento, movidos por ofertas de trabalho, melhores condições de vida ou moradia etc. E direcionado porque, na maior parte das vezes, os Estados Unidos ainda permanecem como objetivo principal de migração.

Neste sentido, Magalhães e Baeninger (2016) destacam que o número de haitianos, nos Estados Unidos, saltou de 5.000 mil, em 1960, para 606.000 mil no ano

de 2010. Isso, em números, representa 1,5% da população imigrante dos Estados Unidos, à época. Com isso, podemos compreender, que mesmo com o endurecimento das leis para as imigrações clandestinas, os Estados Unidos ainda são o principal objetivo e destino dos migrantes haitianos.

Porém, apesar de os haitianos terem os Estados Unidos como principal objetivo, pelo menos 50 mil haitianos migraram ao Brasil, desde 2010. Nesse contexto, o país passou ser visto como local de oportunidades, facilidade de acesso, de acolhida, facilidade na emissão de documentação e, também, pelo fato de não deportar imigrantes ilegais (Metzner, 2014).

Outro fator importante, que passou a recheiar o imaginário dos imigrantes haitianos, são as oportunidades de trabalho, inclusive aos trabalhadores não qualificados. Somado a isso, temos as possibilidades de estudo, de compra de bens materiais e, claro, da oportunidade de guardar dinheiro, para conseguir trazer seus parentes ao Brasil,

Hay una comprensión generalizada de que existen oportunidades laborales en Brasil para trabajadores no calificados, las visas son relativamente fáciles de obtener y la suposición de que Brasil no deporta a los migrantes irregulares. Los migrantes que esperaban radicarse de modo permanente en Brasil eran una minoría. Los que buscaban meramente residir de forma temporal en aquel país, generalmente esperaban a horrar de 10.000 a 20.000 dólares por año (La estimación resulta de las discusiones con los grupos focales). Entre los migrantes que buscan residir de manera permanente, sus expectativas incluían la compra de un vehículo y una casa, y disponer de fondos suficientes como para traer a toda su familia a Brasil y cubrir sus necesidades materiales con un único salario. (METZNER, 2014, p. 16)

Para Joseph (2017), existem vários fatores que mobilizam a vinda de haitianos ao Brasil, indo muito além das condições econômicas, apenas. Pois, perpassam os campos políticos, educacionais, culturais, geográficos e sociais. Por isso, o autor apresenta alguns mecanismos que possibilitaram a vinda dos haitianos ao Brasil:

1) inicialmente, o Brasil representava (e continua representando para alguns) uma porta de entrada para chegar à Guiana Francesa, e também, um “corredor” ou uma etapa para conseguir vistos para outros países como Estados Unidos, Canadá ou França; 2) o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH); 3) a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos; 4) a difusão entre os haitianos (no Haiti e no exterior) de o Governo brasileiro estar incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão de obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico); 5) a propaganda de a imagem do Brasil ser um “paraíso racial”, em

discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador; 6) circular a informação de, no Brasil, o migrante ganharia moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre U\$ 2.000 a U\$ 3.000 mensais. (JOSEPH, 2017, p. 14)

O autor defende, ainda, que eles têm seguido uma lógica comum a qual se repete em outros lugares para onde tenham migrado: a escolha de grandes centros econômicos, locais onde a oferta de emprego é maior. Hipótese evidenciada também por Magalhães (2017), no que tange às discussões relacionadas ao estado de Santa Catarina.

Com relação aos primeiros relatos de haitianos no Brasil, temos registros de que datam-se do ano de 2010, nos Estados do Acre e do Amazonas, na fronteira com o Peru. No entanto, segundo Magalhães (2015), no mesmo período já havia reportagens a respeito da presença de haitianos em São Paulo e Mato Grosso do Sul. Deste modo, não podemos afirmar, com precisão, se os primeiros casos de imigrantes haitianos, no Brasil, foram, de fato, no ano de 2010.

Tal imprecisão se deve ao fato de muitos haitianos terem entrado de forma ilegal, indocumentada, ao país e, após isso, se espalhado pelos estados e cidades brasileiras. Outra situação que deve ser levada em consideração é o fato de esses imigrantes haitianos estarem, naquele momento, à procura de emprego e de regiões em que a oferta de emprego fosse maior, o que passou a recheiar o imaginário e o cotidiano imigrante pelo ato de migrar.

### **1.7 - O que é imigração internacional?**

Pensando o conceito de imigração, Brito (2011) defende que o estudo das imigrações internacionais não é uma exclusividade contemporânea, pois já tem ocupado um papel principal no desenvolvimento capitalista, desde a segunda metade do século XIX. Para o autor, alguns elementos, encontrados na história dos países desenvolvidos e, hoje, cristalizados nas suas bases, podem nos ajudar a compreender a reação desses países à imigração internacional.

Sayad (1998) destaca a importância de se levar em consideração o entendimento cultural dos imigrantes que buscaram espaço no mundo ocidental. Uma vez que, segundo o autor, os processos de saída e entrada de migrantes só podem parecer idênticos, para quem os observa de fora do processo, e, para quem os observa

como um todo, sem uma busca pela compreensão. Ou seja, existe certa, instabilidade, nos processos migratórios.

Acerca dessa problematização, Simmons (1987)<sup>17</sup>, definiu os processos de migração contemporâneos como instáveis. Contudo, destacou que existe, neles, uma capacidade de ofertar novas possibilidades econômicas com base na acumulação flexível: “nesse contexto, a migração é: descentralizada, temporária, circular, responsiva, de riscos calculados, geradora de conflitos, global e regulada” (Simmons, 1987 apud Patarra, 2006, p. 11).

De tal entendimento, resulta a compreensão de que as necessidades laborais e capitalistas acabam por delimitar os caminhos de quem permanece em seu país de origem, de quem migra, de quem fixa residência no país escolhido, e de quem mantém sua condição de migrante.

Nodari (2002), ao analisar a migração de grupos étnicos para a região Oeste de Santa Catarina, defendeu a existência de uma superficialidade, na análise das motivações, acerca da migração. Para a autora, só é possível compreender a forma de vida e de organização social de um determinado grupo de imigrantes, se levarmos em consideração as especificidades que o próprio grupo carrega consigo. Só então, conseguiremos absorver os motivos que fizeram com que tal grupo escolhesse uma região específica, em detrimento de outras tantas. Ou seja, o ato de migrar resulta, sobretudo, de uma decisão consciente.

Assim, por trás do ato de migrar, existe uma decisão consciente que move o indivíduo ou um grupo específico. Com isso, a decisão de abandonar uma região específica se sustenta em uma ou mais motivações que podem ser: ideológicas ou religiosas, pessoais ou econômicas, socioeconômicas ou políticas (Nodari, 2002).

Pensando as motivações que rechearam o imaginário dos imigrantes que chegaram ao Sul do Brasil, destaca Nodari (2002) que,

Geralmente a classificação em que se insere os movimentos migratórios do Sul do Brasil é a socioeconômica, pois neste tipo de migração as pessoas percebendo que sua posição social e a de seus descendentes estava em perigo, no momento de escolherem o local de destino avaliavam, principalmente, as

---

<sup>17</sup>Explorou os processos de migração mundial desde a transição do fordismo para o toyotismo em 1970, norteando novos processos de trabalho na sociedade capitalista com base na produção em massa, de acordo com a demanda.

possibilidades de preservar o seu padrão social, ou ainda uma possível melhora do mesmo. Estes mesmos migrantes levavam consigo, ou pelo menos tentavam, o modelo de estrutura sociocultural e econômica da região de origem para a área de destino (NODARI, 2002, p. 30-31)

No caso específico de Concórdia, pudemos verificar que a imigração de haitianos se sustenta ante a classificação socioeconômica, defendida por Nodari (2002). Já no tocante ao objetivo, ela se difere, em partes. Uma vez que não existe, no país de origem, uma estrutura social ou econômica, satisfatória, que pudesse servir de cotejamento, quanto à melhoria da qualidade de vida, no destino escolhido. Deste modo, temos a busca da melhoria de vida como uma estrutura que condiciona a própria decisão, consciente, do ato de migrar.

Para Marandolla Júnior e Dal Gallo (2010), a mobilidade e a migração são elementos constituintes da experiência contemporânea humana. Isto significa que viver, na contemporaneidade, implica em conviver com a mobilidade, com a imigração e com todas as suas implicações. Neste cenário, os autores citam as redes sociais como um forte elo de ligação e de fortificação identitária, capaz de fomentar a própria noção de identidade do grupo migratório.

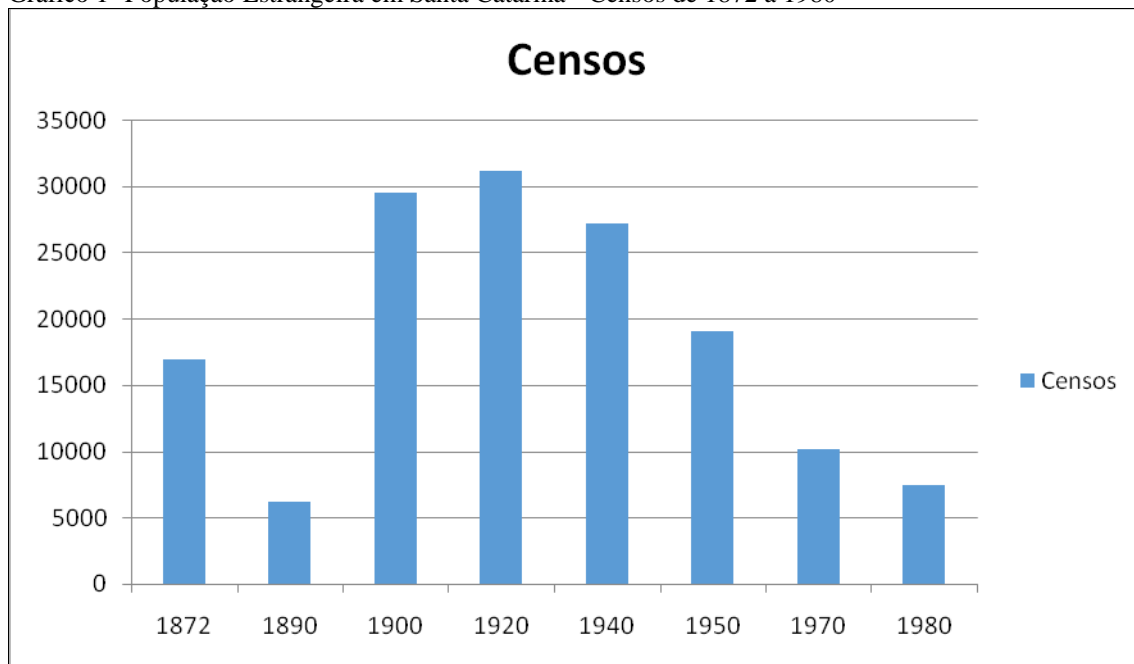
Isto posto, podemos compreender que, em Concórdia, inclusive, as redes sociais, têm facilitado a identificação entre imigrante e o sentimento coletivo e dominante do território escolhido. Uma vez que tornar-se parte de um território, também “implica tornar-se parte de determinados círculos sociais e redes de lugares e itinerários e partilhar um sentimento coletivo em relação a signos, códigos e práticas culturais” (Marandolla Júnior e Dal Gallo, 2010, p. 415).

Demartini (2018), ao analisar o cenário de imigração ao Brasil, destaca que o número correspondente à quantidade de pessoas, que se fixaram no Brasil, sempre foi superior ao número de pessoas que deixaram o país. Excluem-se deste cenário os escravos trazidos da África, uma vez que vieram como aprisionados e não como trabalhadores livres,

Não são, entretanto, considerados como imigrantes, nos estudos, os que vieram da África como escravos, embora algumas vertentes históricas tentem incorporá-los a essa categoria, como parte da diáspora africana: mas não vieram como trabalhadores livres e, sim, aprisionados, vendidos e tratados como mercadoria. Não podemos assim incorporá-los na discussão sobre imigração, pelo menos até o término do regime escravocrata (DEMARTINI, 2018, p. 47-48)

Deste modo, verificamos que o primeiro censo, em 1872, apresentou um elevado número de estrangeiros, o que é compreensível, se levarmos em consideração que se trata do período correspondente ao Brasil Imperial (1822-1889). Este mesmo censo lançou as bases para a verificação dos cenários de estrangeiros, no Brasil Império, e no Brasil República.

Gráfico 1- População Estrangeira em Santa Catarina - Censos de 1872 a 1980



Fonte: Demartini (2018, p. 48)

De acordo com o gráfico, podemos verificar que o maior fluxo de imigrantes, no país, deu-se, entre os anos de 1900 a 1940, com seu ápice, no ano de 1920. Segundo Relatório do Tribunal de Contas da União (2016), nesse período, mais de 4 milhões de imigrantes adentraram ao país:

[...] com números aproximados de 1,5 milhão de italianos, 1,2 milhão de portugueses, 600 mil espanhóis, 170 mil alemães, 90 mil japoneses e 600 mil de outras nacionalidades, com grande impacto no desenvolvimento e diversificação da sociedade e economia brasileiras, pois, quer trabalhando como empregados, pequenos proprietários ou empreendedores, esses imigrantes contribuíram significativamente para a criação de riqueza, a urbanização e a industrialização do país. (Política brasileira de imigração. TCU, 2016).

Vale destacar ainda, que, segundo o mesmo relatório, a queda na entrada de imigrantes, acentuada a partir de 1934, foi resultado da criação da Lei de Cotas de Imigração do Governo Federal do ano de 1934. No Relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), a Lei de Cotas de Imigração buscava controlar a



entrada de imigrantes no Brasil. Portanto, o total de imigrantes, autorizados a entrar no país, corresponderia a 2% do total de imigrantes do mesmo país de origem, que haviam entrado em terras brasileiras, no período correspondido entre 1884 a 1934. Porém, o número total de imigrantes não poderia ser maior que 77 mil pessoas por ano.

Neste sentido, “este sistema, embora fortemente restritivo, caracterizou-se por beneficiar relativamente mais a imigração de origem européia, que correspondia a um estoque prévio de imigrantes” (IBGE, 2006, p. 35). A partir de 1930, até o ano de 1980, manteve-se o decréscimo no número de estrangeiros no país. Tendo em vista não só a restrição prevista na Lei de Cotas de Imigração, mas também, outros fatores, como a II Guerra Mundial e o crescimento natural da população brasileira, fizeram com que a manutenção da imigração perdesse sua relevância.

No contexto da imigração internacional contemporânea, os primeiros haitianos começaram a chegar, no Brasil, a partir de 2010, e seguiram a grandes polos ou locais em que a oferta de emprego fosse maior. Desta forma, muitos chegaram ao município de Concórdia, atraídos pelo emprego nos frigoríficos da cidade e nos setores de construção civil. Diante disso, os problemas que já existiam na cidade, envolvendo o preconceito e o racismo estrutural ao público afro-brasileiro, passaram a ser, também, uma realidade para a comunidade haitiana que escolheu viver e trabalhar no município: “nós como brasileiros já sofremos o preconceito racial aqui na cidade e os haitianos sofrem isso de uma maneira dupla: por serem estrangeiros e por serem negros.” (Ary Barreiros, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019).

No próximo capítulo, apresentaremos o conceito de racismo individual, institucional e estrutural para podermos [através dos depoimentos e problemas sociais encontrados e relatados por imigrantes] constatarmos que, no município de Concórdia, existe uma alta taxa de produção e reprodução do racismo estruturalizado nas relações sociais que envolvem o público imigrante haitiano da cidade.

## CAPÍTULO II

Iniciaremos o capítulo esmiuçando o conceito de racismo, com vistas a chegar ao entendimento das relações existentes entre imigração, racismo e instituições. Segundo Almeida (2008), a fim de compreendermos o que é racismo, antes de tudo, precisamos compreender como se deu/dá a referência entre as distintas categorias de seres humanos, desde meados do século XVI. Para o autor, o termo raça não é estático ou fixo. Mas um termo que está recheado de contingenciamento, poder, decisão e conflitos, tendo suas bases, no século XVIII, com o projeto iluminista, modificando as estruturas sociais e renovando a construção do saber filosófico, calcado no homem como seu principal objeto.

### 2.1 – Racismo individual, institucional e estrutural

O iluminismo tornou possível a comparação e a classificação de grupos humanos, tendo como por as diferenças físicas e culturais. Surgia, assim, a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem e, mais tarde, entre civilizado e primitivo (Almeida, 2008). A partir desse momento, passava-se a observar o homem em diferentes áreas: enquanto ser vivo, pela biologia; trabalhador, pela economia; pessoa racional, pela psicologia; e que se comunica, pela lingüística (Laplantine, 2012). Sendo assim, conseguimos compreender que foi através do iluminismo que se considerou dividir os grupos humanos, entre os civilizados e os selvagens, que precisam ser livrados das trevas. Por esse modo de pensar, grandes revoluções acabaram por travar conflitos com regimes absolutistas, sob a perspectiva de levar a salvação e a liberdade para quem vivia nas trevas.

Fato ocorrido, por exemplo, no ano de 1791, quando o projeto iluminista, calcado na liberdade e igualdade universais, chegaria ao Haiti e, conseqüentemente, a uma revolução haitiana:

O povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela Revolução Francesa fosse estendida a eles, assim como foram contra um poder que consideraram tirano, pois negava-lhes a liberdade e não lhes reconhecia a igualdade. O resultado foi que os haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência do Haiti em 1804. (ALMEIDA, 2008, p. 22).

No entanto, ficou evidente que a liberdade e a igualdade não eram para todos. Pois, o mesmo povo, que pediu uma revolução em solo francês e clamava por liberdade

e igualdade, passou a ver o Haiti e sua revolução com desconfiança, e trataram de impor todos os obstáculos possíveis ao país. Ficava claro que o iluminismo não criou um processo de classificação dos grupos humanos, para servir apenas de conhecimento filosófico, mais do que isso, ele criou as bases e a ferramenta tecnológica que permitiria a desumanização e consequente escravização de povos, sob o pretexto da razão (Almeida, 2008).

Já no século XIX, o homem passaria a ser objeto científico, tendo a biologia e a física como modelos explicativos da diversidade dos grupos humanos, por meio do determinismo biológico e do determinismo geográfico. Deste modo, a ciência passou a explicar as diferenças morais, intelectuais e psicológicas entre os diferentes grupos humanos. Desse estudo, portanto, resultou que a combinação entre a pele não-branca e o clima tropical favoreciam alguns comportamentos imorais e violentos, além de indicarem pouca inteligência. Nascia, assim, o racismo científico que teve bastante repercussão durante o século XIX.

Almeida (2008) ressalta que a raça possui pelo menos dois registros básicos: a característica biológica, tendo a identidade racial pautada em traços físicos como a cor da pele, por exemplo, e a característica étnico-cultural, tendo a identidade cultural pautada na origem geográfica, nos costumes, na língua etc.<sup>18</sup> Deste modo, a antropologia do século XX defendeu a autonomia das culturas e a impossibilidade de conceitos biológicos hierarquizar a moral e a cultura dos grupos humanos. Para a antropologia, a raça é essencialmente política. O racismo, portanto, é uma discriminação que tem o quesito raça como principal fundamento e se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes, acarretando desvantagens para um dado grupo racial e privilégios a outros (Almeida, 2008).

Já o preconceito racial é pautado na criação e proliferação de estereótipos, acerca de um determinado grupo humano racializado. Podendo, ou não, tornarem-se práticas discriminatórias.

A discriminação racial, portanto, é o tratamento diferenciado, dispensado a um determinado grupo em detrimento de outro, tendo como principal requisito o poder e a possibilidade do uso da força. No tocante à discriminação racial, ela pode ser de caráter

---

<sup>18</sup> A discriminação pautada no registro étnico-cultural é conhecida por racismo cultural por Frantz Fanon.

direto ou indireto: discriminação direta é a discriminação intencional, o repúdio ostensivo e direcionado a um dado grupo ou indivíduo, tendo por motivação a questão racial, ofensas direcionadas, atitudes de segregação (Varella, 2009). Já a discriminação indireta é a discriminação, sem intencionalidade, na qual um grupo ou raça é prejudicado por não ser levada em consideração a existência das diferenças sociais. Caracteriza-se por ser de forma velada e diluída nas relações sociais (Varella, 2009).

Segundo Gonzales (1984), o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira, alterando o nosso olhar sobre as pessoas e sobre o mundo, ocupando-se de deslegitimar saberes, aprisionar perspectivas, segregar o diferente e emoldurar padrões.

Nas concepções de Almeida (2008), há, ainda, as classificações de racismo individualista, institucional e estrutural. Racismo individualista é entendido como uma espécie de patologia, de caráter individual ou coletivo, geralmente atribuída a uma irracionalidade do indivíduo, movido por um contexto político, sem a intenção de ofender e, sendo assim, na esfera judicial, a defesa pede que seja enquadrado como um preconceito e não discriminação. Quanto ao racismo institucional, é tratado como um comportamento individual, mas passa a ser observado pelo funcionamento de instituições que acabam por prestigiar uma determinada raça em detrimento de outra. Assim, o racismo institucional se sustenta no entendimento de que grupos sociais se utilizam das instituições sob forma de impor seus interesses sociais, políticos e econômicos. Por sua vez, o racismo estrutural é a forma de racismo impregnada na sociedade e nas instituições e, não, necessariamente, necessita de um caráter individualista de racismo para se propagar, uma vez que suas ações estão potencializadas através do poder e do tempo. Outros autores também analisaram o racismo em diferentes esferas: individuais, institucionais e estruturais.

Jaccoud (2009, p.157) destaca que o racismo se tornou estrutural em nossa sociedade e, historicamente, tem se demonstrado desigual, no acesso aos direitos inerentes à qualidade de vida das pessoas. Segundo a autora, a desigualdade racial opera sob aparatos discriminatórios que podem ser chamados de “racismo institucional ou, ainda, de racismo estrutural ou sistêmico”.

Assim sendo, o racismo institucional, definido por Stokeley Carmichael e Charles Hamilton (Campos, 2017), opera dentro das instituições sociais e se legitima

através da estrutura e da forma como essas instituições funcionam. Usando do aparato da instituição social, o racismo

Não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, orientados por motivos raciais, mas, ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais. Este tipo de discriminação tem efeitos extremamente relevantes. Ele extrapola as relações interpessoais e instaura-se no cotidiano organizacional, inclusive na implementação efetiva de políticas públicas, gerando de forma ampla, mesmo que difusa, desigualdades e iniquidades (JACCOUD, 2009, p. 157)

Se as instituições reproduzem as condições para a manutenção da ordem social, podemos entender que também cabe a elas manter o vínculo com as diretrizes e normas que elas representam. Em outras palavras, a instituição possui regras e normas condicionadas e estruturadas em uma sociedade, e esse conjunto de normas e regras antecede até mesmo a criação da própria instituição. Ou seja, se uma sociedade possui padrões racistas, o racismo que a instituição representará será, também, parte dessa estrutura social que a criou. As instituições materializam a estrutura social de uma sociedade, sendo assim, se as instituições são racistas é porque a sociedade também é.

Logo, o racismo é institucionalizado na medida em que se utiliza das organizações sociais e, estrutural, porque faz parte do cotidiano da ordem social,

[...] é a partir da concepção do racismo como um fenômeno estrutural que é possível compreendê-lo na sua plenitude, uma vez que, se as instituições têm regras que privilegiam uns e vulnerabilizam outros, então é porque o racismo está presente na vida cotidiana e faz parte da ordem social, política e econômica, sem o qual não é possível compreender as suas estruturas (TRIVINO, 2018, p. 4)

Partindo desse entendimento, podemos compreender que o racismo não é algo criado pelas instituições, mas é reproduzido por elas como um componente orgânico e estrutural. Por isso, cabe às instituições o dever de trabalhar ativamente para tratar de conflitos que passaram a serem vistos como normais pela sociedade. Dentre eles, podemos citar o racismo, as questões de gênero, os problemas enfrentados pelos imigrantes, a violência etc. Ainda, neste sentido, cabem as lutas de lideranças de movimentos negros que são, com frequência, acusados de “racismo às avessas” (Maio e Santos (Orgs), 1996, p.219), sendo obrigados a lutar contra o mito da democracia racial, no Brasil, e contra estruturas pilarizadas em ideais oitocentistas (Maio e Santos (Orgs),

1996). O mesmo mito da democracia racial que pré-definiu e estigmatizou raças, configurando suas estruturas a negar a existência do racismo:

“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem-tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante com umas feições tão finas. Nem parece preto.” (GONZALES, 1984, p. 225)

Segundo a Cartilha do Programa de Combate ao Racismo Institucional da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (PCRI/SESAB/2014), a Sociedade Brasileira desenvolveu um racismo institucionalizado ao longo da sua história. Na mesma cartilha, as funções disponibilizadas, para cada indivíduo, são determinadas pela cor de sua pele “naturalizando comportamento racista e entendendo-o como fruto de um processo quase de direito divino, que destinou aos homens e mulheres brancos o protagonismo sócio-culturais, reservando a outras raças situações periféricas” (PCRI/SESAB/2014, p.9).

Como proposta de correção deste percurso, o Estado Brasileiro lançou, no ano de 2005, o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) que objetivava resgatar “o conceito do racismo institucional, buscando dar visibilidade a processos de discriminação indireta que ocorrem no seio das organizações” (Jaccoud, 2009, p. 156). O PCRI surgiu em parceria com a Organização das Nações Unidas (ONU), Ministério Público Federal (MPF), Organização Pan-Americana de Saúde (OPaS), Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional e Redução da Pobreza (DFID) e Ministério da Saúde (Jaccoud, 2009, SESAB, 2014), sendo reconhecido pelo Estado brasileiro por meio da adoção do PCRI (Da Fonseca, 2015, p. 332). Referente à Cartilha do Programa de Combate ao Racismo Institucional da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (2014), o PCRI teve suas raízes, em 2001, na III Conferência Internacional Contra o Racismo, realizada em Durban, na África do Sul.

Nesse encontro, o racismo institucional passou a ser definido:

O fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes ou comportamentos que denotam discriminação resultante de preconceito inconsciente, ignorância, falta de atenção ou de estereótipos racistas que colocam minorias étnicas em desvantagem. (PCRI/SESAB, 2014, p. 9)

No ano de 2006, o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento também definiu o significado de racismo institucional, como sendo

o fracasso das instituições e das organizações em promover serviço profissional e adequado às pessoas, em decorrência de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Manifesta-se por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho (PNUD, 2006)

Segundo o mesmo órgão, tais práticas discriminatórias encontram-se nas estruturas das organizações, impedindo que as políticas públicas sejam, de fato, igualitárias (PNUD, 2011). Uma vez que o atendimento é diferenciado, de acordo com os interesses da própria instituição, nem todos os mecanismos discriminatórios operam de forma explícita ou declarada. Muitas vezes a discriminação é velada, de forma indireta ou difusa (Jaccoud, 2009) o que leva as pessoas a, inconscientemente, ver e entender o racismo como algo natural,

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que ele é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada, portanto tem mais é que ser favelados. (GONZALEZ, 1980, p. 225-226)

Assim, podemos entender que as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes haitianos, residentes no município de Concórdia, são também, resquícios do passado histórico daquele município, que hoje, mesmo que de forma inconsciente, acaba por sustentar uma prática de racismo estrutural e institucional.

Afinal, a história de Concórdia nos mostra um passado que outrora preferiu o colono branco, descendente de europeu, em detrimento de um povo pobre, caboclo e afro-brasileiro. A mesma história do município nos mostra que, atualmente, ainda existe restrição ao espaço da população negra e imigrante. Através deste racismo estrutural e institucional que se apresenta de forma velada, consciente ou inconsciente, podemos observar uma série de consequências que impactam o cotidiano dos imigrantes haitianos, que residem naquele município, e, que buscaremos apresentar neste trabalho.

Portanto, neste estudo, compreendemos o racismo como parte de uma estrutura social. Ou seja, aqui, ele assume uma postura institucionalizada ou estruturalizada,

calcada nos pilares das organizações sociais e, por assim ser, assume um perfeito espaço reprodutor do complexo esquema de subordinação, que impacta a vida da população negra, não só do município de Concórdia, mas também do Brasil como um todo.

## **2.2 - O racismo estrutural: do negro brasileiro ao negro haitiano**

Bornot reside, em Concórdia, há pelo menos quatro anos. Antes de se estabelecer em Concórdia, ele esteve no município de Chapecó/SC, onde trabalhou na Empresa Aurora Alimentos. Porém, não se habituou ao trabalho, no período da madrugada, e acabou vindo até Concórdia, a fim de trabalhar na então Empresa Sadia S.A., atualmente, BRF S.A., no setor de salames.

Bornot, 32 anos, casado, 1 filha, primeiro grau completo, chegou ao Brasil no ano de 2013, em decorrência das condições de vida existentes, no Haiti pós-terremoto de 2010.

Eu vim ao Brasil porque no Haiti tinha problema. Teve um terremoto que bateu lá no Haiti e desmontou quase tudo: escola, igreja, palácio. Quase tudo, não tinha comida para comer, não tinha água potável para beber, não tinha saúde, né? E, aquele momento tinham bastantes países que queriam ajudar o Haiti e no meio tinha o Brasil. Naquele momento tinha a Dilma, Presidente daqui, que abriu as portas aos haitianos para estudar e continuar trabalhando para ajudar o resto do povo de lá. (Bornot, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019).

Pessoa calma, sorridente e bastante tranquila. Bornot mudou sua fisionomia ao ser perguntado sobre os problemas, que enfrenta(ou), desde que chegou a Concórdia. Segundo ele, os problemas pelos quais passou e continua a enfrentar são, basicamente, os mesmos relatados pelos demais haitianos que participam da Associação, sob sua presidência: os problemas ligados ao preconceito racial e os problemas ligados ao trabalho e à moradia.

Os brasileiros mesmo são gente boa, mas aqui em Concórdia têm poucos brasileiros, bem poucos. Não tenho problema com os brasileiros porque são gente boa. Mas aqui em Concórdia tem mais Italianos e Alemães. São gente muito, muito racistas. Mas brasileiros não é muito não. É difícil de achar um brasileiro racista. Mas Italianos e Alemães são muito, muito, muito racistas. (Bornot, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019)

Já no início da entrevista, algo nos chamou atenção: a dificuldade em associar aos brasileiros o preconceito racial sofrido. Ao invés disso, Bornot preferiu relacionar



essa prática aos italianos e alemães. Mas, por que o depoente preferiu associar o preconceito aos italianos e alemães e não aos brasileiros?

Ora, sabemos que, há quase um século, os descendentes de italianos e alemães participaram do processo de recolonização de Concórdia. Mas, sabemos, também, que não há registro atual de imigração alemã ou italiana nessa região. Logo, se existe preconceito racial, em Concórdia, ele só pode, por uma questão lógica, ser praticado por brasileiros. Assim, tal interrogação nos condicionou a imaginar que o depoente fez uma certa confusão com as questões de descendência ou ainda que ele não quis delegar ao brasileiro o racismo ou o preconceito sofrido.

Porém, quando retomamos sua narrativa, percebemos que, em determinado trecho, Bornot cita: “Mas brasileiros não é muito não. É difícil de achar um brasileiro racista. Mas Italianos e Alemães são muito, muito, muito racistas.” (Bornot, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019). Desta maneira, descartamos a primeira opção por verificarmos que existe uma diferenciação, na forma como ele organiza seu pensamento, perante o que considera ser um brasileiro e quem considera ser alemães e italianos.

No entanto, em que se baseava essa diferenciação?

Após novas conversas com o depoente, verificamos a existência de um processo natural de autopreservação que acaba criando uma barreira entre imigrante *versus* brasileiro e depoente *versus* entrevistador. Assim, o desejo de revelar a injustiça e o preconceito se torna uma difícil missão a quem precisa fazer valer o seu direito, delatando brasileiro a outro brasileiro. Ou seja, percebemos que existe um grande receio [desse imigrante] no tocante à reação do entrevistador [brasileiro], quando toma conhecimento de que outro brasileiro pode estar cometendo um crime de racismo.

Martin Erod, 29 anos, solteiro, 1 filha, ensino fundamental. Veio ao Brasil, no ano de 2015, em busca de emprego, por indicação de um amigo que já estava no Brasil. A entrevista com Martin Erod<sup>19</sup> se recheou de uma dificuldade imensa na comunicação. Ele chegou ao Brasil, em 2015, mas trabalhou apenas três meses na BRF S.A., sendo dispensado logo depois, permanecendo, sem trabalho, até o momento. Um amigo haitiano, que reside com ele e trabalha na construção civil, é responsável por manter a

---

<sup>19</sup> Nome Fictício – Pediu para não ser identificado por conta da ameaça que sofreu.

casa até que ele consiga emprego. Deste modo, eles têm um acordo: um trabalha fora e o outro fica responsável por cuidar da casa e fazer a limpeza.

Na data, previamente combinada, chegamos até a residência do depoente, localizada no Bairro das Nações, no município de Concórdia. Uma pequena casa de madeira, com um grande desnível em relação à rua. Para chegarmos até a porta, tivemos que descer por uma grande escadaria. Chegando à porta da residência, encontramos nosso depoente lavando a parte interna da casa e, por conta disso, não fomos convidados a entrar.

Na porta da casa mesmo, iniciamos uma conversa, enquanto ele concluía a faxina. Após terminar de limpar, ele nos trouxe um banco de madeira e sentou-se ao nosso lado. Porém, a comunicação não fluía. Não tanto pela questão do idioma, mas pelo barulho dos carros que passavam e dos cachorros que latiam, nas casas ao lado. Enfim, fomos convidados a entrar e pudemos começar a entrevista.

No meio da entrevista, Erod nos disse que não sabia o porquê da entrevista e nem o porquê de estarmos gravando. Ficou muito nervoso e disse que nunca teve nenhum tipo de problema de qualquer natureza com ninguém de Concórdia. Percebemos então que era necessário começarmos.

Assim, interrompemos a entrevista, deletamos o arquivo, explicamos novamente qual era nosso objetivo, e pedimos autorização dele para voltar a gravar. Ele nos autorizou, mas pediu que não tivesse seu nome revelado. Desta vez, menos nervoso, ele disse que teve problema de desentendimento com seu vizinho brasileiro, no dia 06 de agosto de 2019, e que registrou Boletim de Ocorrência por conta disso. Após, foi até outro cômodo da casa e nos trouxe o documento.

No Boletim de Ocorrência, consta:

Relata que seu vizinho Victor, no dia de hoje, lhe ameaçou de morte, que o mesmo não soube informar o motivo para tal ameaça. Que em outro momento este mesmo vizinho lhe agrediu e falou que se o relatante chamasse a polícia ele ia morrer. (Boletim de Ocorrência – PM-SC, Protocolo 4885899 de 06 de agosto de 2019).

Tentamos entender o motivo da ameaça, mas Erod disse não saber: “Não sei porque, ele fica louco” (Erod, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei, novembro de 2019), nos respondeu também que não sabe o motivo dele ele tê-lo agredido porque eles nunca nem haviam conversado antes. Segundo Erod, mesmo sem

ter conversado com o seu vizinho antes, ele percebe que o mesmo não gosta dele. Após isso, passou a falar, quase sussurrando, e nos pediu que não falássemos muito alto porque seu vizinho estava em casa: “Ele tá ali agora não fala muito alto” (Erod, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei, novembro de 2019), e fazendo um sinal de arma com a mão nos disse: “Ele tem, ele tem” (Erod, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei, novembro de 2019)..

Imagem 2 – Boletim de Ocorrência 1

SANTA CATARINA  
UNIDADE DE SEGURANÇA DE ESTADO DA  
POLÍCIA PÚBLICA  
POLÍCIA MILITAR

BOLETIM DE OCORRÊNCIA PMSC  
(Boletim de Ocorrência -  
Comunicação de Ocorrência  
Policial (BO - COP))

1. N. DO PROTOCOLO:  
4985899  
Data/Hora: 06/06/2019 12:13:00

2. FATO COMUNICADO:  
1- Contra a pessoa Ameaça (Vítima)

DADOS DO ENVOLVIDO:  
Nome: [REDACTED]  
CPF: [REDACTED]

4. RELATO DO ENVOLVIDO:  
Relata que seu vizinho Victor, no dia 06/06/2019, lhe ameaçou de informar o motivo para sua ausência no trabalho. No momento, este indivíduo chegou em casa e falou para a vítima que ele estava vindo para casa e que ela deveria ficar em casa e não sair. O fato ocorreu no dia 06/06/2019, às 12h13min, em uma residência localizada na Rua [REDACTED], nº [REDACTED], bairro [REDACTED], cidade de [REDACTED], Santa Catarina. O fato ocorreu no dia 06/06/2019, às 12h13min, em uma residência localizada na Rua [REDACTED], nº [REDACTED], bairro [REDACTED], cidade de [REDACTED], Santa Catarina.

IMP BOLETIM DE OCORRÊNCIA:  
Prezado(a) Cidadão(a):  
Informamos que por 99 (noventa e nove) dias, a partir desta data, o seu Boletim de Ocorrência será o mesmo que o seu Boletim de Ocorrência noturno. Cada vez que você entrar em contato com a Polícia Militar de Santa Catarina, através do site [REDACTED] ou pelo telefone [REDACTED], o sistema de comunicação de ocorrência PMSC, para imprimi-lo, será necessário informar o protocolo de Imprensa 1565185781497 e o código de validação 834541365.

Polícia Militar de Santa Catarina  
Segurança. Por pessoas do bem,  
para o bem das pessoas.

6. ASSINATURA DO ENVOLVIDO:  
[REDACTED]

Fonte: Martin Erod

A casa, em que estávamos, era ligeiramente encostada à casa do vizinho que o agrediu e, durante nossa entrevista, o vizinho apareceu por diversas vezes como se quisesse ouvir nossa conversa. Dessa situação, pudemos compreender que existe um processo de racismo, por parte do seu vizinho, não existindo, portanto, outra razão que

pudesse, de certa forma, motivar a violência por parte dele, a não ser pelo fato de Erod ser negro e imigrante.

Segundo Erod, seu vizinho não gosta dele por ser de pele negra, e o agrediu única e, exclusivamente, pelo fato de ele [Erod] ser negro e haitiano. Ainda, quanto ao depoente, o vizinho já o agrediu, na cabeça, em outra ocasião, e possui alguns revólveres, embaixo da casa: “Falou que ia matar eu, ele tem revólver.” (Erod, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei, novembro de 2019).

Assim, nosso entendimento é que o motivo da violência, sofrida por Erod, foi a sua própria condição de imigrante. Uma vez que, conforme Ferreira (2005), existe um processo natural e histórico de criminalização dos imigrantes, bem como dos processos migratórios. Para o autor, esse processo de criminalização foi acirrado, após o 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Analisando a fala de Erod, o Boletim de Ocorrência registrado e, o entendimento de Ferreira (2005), entendemos que o processo de criminalização dos imigrantes busca, incessantemente, encontrar, entre os imigrantes, o suspeito ou o culpado por qualquer possível desordem pública e, procura uma criminalização da própria condição de imigrante, que possa servir de embasamento, para uma legalização de medidas arbitrárias.

Apesar de registrar o Boletim de ocorrência, Erod não representou contra seu vizinho, dentro do tempo estabelecido para isso e, tampouco, mudou-se para outro local. Quando perguntado se ele pensava em se mudar, respondeu: “Não tenho dinheiro para sair em outro local. Eu vou arrumando a casa e vejo, ele guarda lá embaixo, eu vi. Tem dois revólveres, um grande e outro pequenino.” (Erod, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei, novembro de 2019).

A entrevista com Erod nos chamou atenção. Primeiro, pelo nervosismo com o qual ele se portou, durante toda a entrevista e, depois, pelo medo que aparenta ter em relação à ameaça proferida pelo seu vizinho. Ficou nítido, também, que há um desejo de fixar moradia em outro local, porém não há dinheiro para isso.

Venel, 36 anos, ensino médio, solteiro, 2 filhas (1 menino e 1 menina). Chegou ao Brasil, no ano de 2014, entrando pela fronteira com o Acre. Após, seguiu até São Paulo onde ficou, durante quatro dias, até fazer seu Cadastro de Pessoa Física. Já

conseguiu trazer ao Brasil, dois irmãos e a namorada, com quem vai se casar em breve. Mas, ainda sonha em trazer seus pais para morar com ele.

Com a documentação, em mãos, ele e mais 39 haitianos foram contratados pela BRF S.A., para trabalhar na empresa e trazidos até Concórdia:

[...] tinha bastante empresas de diversos lugares do Brasil que vem buscar haitianos para trabalhar. Por exemplo, a BRF S.A. Eu estava lá em São Paulo e a BRF chegou lá e disse que precisava de quarenta pessoas para trabalhar. Como nós vem aqui para trabalhar, para melhorar nossa vida nós conseguimos vir trabalhar aqui. (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019).

Quando perguntando o porquê de ter escolhido o Brasil para migrar, Venel respondeu que a escolha não foi dele, mas de seus pais. Segundo ele, os pais venderam uma casa que possuíam para conseguir dinheiro e enviá-lo para cá: “porque aconteceu terremoto lá e quebrou tudo. Daí eles precisam que um de nós saia, trabalhe e ajude eles. Por isso eu vim até aqui” (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019).

Notadamente, tínhamos ciência de que o transporte ilegal e a travessia indocumentada, do Haiti ao Brasil, necessitavam de uma altíssima quantia em dinheiro, geralmente em dólares e algumas informações desconhecidas nos davam conta de que alguns coites chegavam a cobrar uma quantia em torno de 1 a 2 mil dólares por pessoa. Essa situação nos condicionou a imaginar que, por se tratar de uma elevada quantia, quem conseguia pagar por ela eram apenas os que possuíam uma vida econômica mais tranquila no Haiti, uma vez que seria muito difícil o acúmulo de uma soma tão alta por parte de uma pessoa que, malmente, conseguiria um valor para se alimentar. No entanto, ao analisarmos a fala de nosso depoente, conseguimos perceber que ele não faz parte de uma família rica, no Haiti, e que sua questão econômica, naquele país, não o aproximou ou facilitou sua vinda. Assim, ficou nítido, que não se trata, portanto, de um esforço individual, mas, sim, de um esforço coletivo e familiar pautado em uma decisão consciente.

Deste modo, a motivação para migrar é, antes de tudo, fruto de uma espécie de acordo familiar entre o membro da família escolhido para migrar [geralmente o mais velho] e os demais que irão fazer algum sacrifício financeiro, para possibilitar a viagem dele até o Brasil. Aqui, cabe a ele trabalhar, mandar algum valor mensal para eles e, também, tentar trazer mais membros de sua família ao Brasil.

Os envios de remessas ao Haiti são mensais e os valores variam de mês a mês, podendo aumentar se alguém da família precisar: “Eu mandei cem e às vezes, se tem doença, como minha mãe sofre de depressão, quando ela precisa de medicamentos eu mando duzentos, duzentos dólares. Valem até seiscentos e poucos reais” (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019).

Segundo Venel, “Mandar dinheiro para família é obrigatório” (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019), mas não uma imposição, está mais para um dever moral para com os pais, que ele diz serem sua vida, e que o ajudaram a sair do Haiti e buscar uma vida melhor. Ainda, durante a entrevista, nosso depoente citou que gosta de morar em Concórdia e não pensa em sair da cidade. No entanto, relatou que sofre com problemas de preconceito racial: “Nós haitianos mesmo sofre bastante, brasileiros também que são negros aqui em Concórdia sofrem também” (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019).

Chamou-nos atenção a chamada que o depoente faz, em nome dos negros brasileiros, que residem em Concórdia, e, segundo ele, também sofrem com preconceito. Para Venel, os haitianos sofrem, tanto por serem imigrantes e estarem, de alguma forma, tirando vagas de emprego dos brasileiros, quanto por serem negros.

Eles não falam com nós, por exemplo, os alemães e italianos não falam com nós. E se eu fico ali sentado eles não vêm sentar perto de mim, até agora. No trabalho o preconceito é maior. O trabalho que nós fazemos é mais pesado e quando fazemos o rodízio, no lugar que ele colocou um haitiano ele coloca dois brasileiros. Isso é um preconceito, também. (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019)

Nesta etapa da entrevista, pudemos verificar que os brasileiros, a quem ele [assim como o depoente Bornot] preferiu chamar de alemães e italianos, criaram uma espécie de isolamento, separando e deixando, à parte, os imigrantes haitianos que trabalham com eles nas empresas.

Ainda, nesse sentido, outra situação nos chamou atenção. Segundo o Professor Cleuder da Escola Walter Fontana, a escola possui, aproximadamente, 42 alunos haitianos matriculados, alguns, desde 2015. Para o professor, atualmente, os alunos haitianos têm passado a criar grupos, entre eles mesmos, e passado a ignorar os brasileiros.

Esse ano, principalmente no período matutino, a gente já andou percebendo que eles estão criando grupos e ignorando os demais alunos. Foi uma situação que nós andamos percebendo e estamos tentando interferir e está começando na escola ter que observar se isso vai se tornar um impacto, talvez negativo, da convivência. (Cleuder, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em setembro de 2019).

O afastamento e, conseqüentemente, a criação de grupos só de haitianos, teria alguma ligação com o isolamento criado pelos brasileiros dentro das empresas? Seria este um reflexo da forma de (re)organização social da cidade?

Tais situações permanecem sem respostas. Para Venel, o afastamento e a criação de grupos só de brasileiros dentro das empresas não são orquestrados pelos seus gestores ou enquanto empresa. Mas sim, pelos colaboradores da empresa. Porém, no entender dele, a empresa também é culpada por não controlar ou buscar uma solução para esse problema que ocorre dentro do espaço de trabalho. Ou seja, dentro da empresa e em horário de trabalho. Venel destacou que considera isso uma forma de preconceito e que a empresa é culpada, por omissão.

Destacou ainda, o depoente, que vem sofrendo com preconceito racial, todos os dias, na empresa, na rua e no deslocamento para casa.

Já aconteceu aqui, já aconteceu, todo dia. Eu tenho uma história: Um dia eu sai do serviço, na BRF, uma menina de doze ou treze anos por ai me viu assim na calçada, para passar do meu lado, dai ela correu e atravessou a rua. Dai eu fiquei pensando, se na hora que ela correu e atravessou a rua um carro batesse nela a culpa seria minha ou foi dela? (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019)

Ao analisarmos a fala de Venel, pelo menos duas situações nos chamaram atenção:

I – A idade da criança que teria se assustado com a presença de Venel na mesma calçada que ela; e

II – A forma como Venel construiu, seu próprio discurso, ao se questionar acerca de um possível atropelamento da menina, que se assustou e, correu dele, atravessando a rua.

Ora, naturalmente, evidencia-se uma não existência de idade mínima, para o surgimento do preconceito. E, quando ele se demonstra impregnado ao cotidiano, de forma institucional e estrutural, acaba por assumir um perfil de violência que pode não ser apenas física, mas também, psicológica.

Essa forma de preconceito acaba por criar, na própria vítima, uma condição de culpabilidade e cuidado redobrado, como se os papéis fossem invertidos, sendo o agressor, transformado em vítima e a vítima, em agressora.

No caso específico dessa menina, parece-nos que o único fator predominante, para que ocorresse uma mudança de percurso, abrupta e sem atentar a sua própria segurança, foi o fator cor/raça. E o discurso de culpa, assumido pelo depoente, só pode estar ligado à violência psicológica que o condiciona a se ver culpado e, jamais vítima.

No entanto, sabidamente, ninguém nasce racista ou preconceituoso e isso é fato. De onde o preconceito vem então? Como ele aflora? É criado no seio familiar? A escola contribui para isso?

Retornando à Almeida (2008), verificamos que o racismo transcende o individual e se pilariza nas relações sociais, de âmbito coletivo. Assim, segundo o autor, não há racismo sem a constituição e manutenção de um poder institucional que privilegia alguém, em detrimento de outro alguém, o poder de uma raça sobre outra raça e de um grupo sobre outro grupo.

Deste modo, tal qual as instituições se organizam com regras e estruturas sociais bem definidas e, delimitadas em seus sentidos de atuação e estrutura social, o racismo também passa a ser institucional, quando defendido ou omitido por essa instituição. Ao passo que assume padrão estrutural, quando parte das estruturas sociais e raciais, que tal instituição defende ou representa. Em outras palavras “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (Almeida, 2008, p. 36).

Venel, quando perguntado sobre suas expectativas quanto ao futuro, em Concórdia, respondeu-nos:

Nós queremos mudar as coisas aqui. Ano que vem vou fazer seis anos só aqui em Concórdia e nunca incomodei ninguém. Eu fico na minha porque racismo é todos os países que estão sofrendo, branco e negro. Eu sou negro e daí fico na minha, eu estou trabalhando saio do trabalho e vou para casa, se tem um amigo meu que vem conversar comigo para passar as horas e amanhã volto a trabalhar. Não tem nada, nada de atividade aqui para nós. A única atividade que tem é só a NIARA, quando tem atividade da NIARA os haitianos são convidados para ir e só. Aqui tem piscinas mas quando precisamos alugar para se divertir um pouco por causa do calor eles não alugam, eles não alugam. (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019)



Para ele, é evidente que faltam espaços de socialização aos haitianos, em Concórdia. A cidade possui alguns espaços, porém, não aceitam a entrada de haitianos. Venel diz não entender o motivo dessa negativa, uma vez que, ao viajar para outras cidades, nunca foi barrado de entrar em nenhum lugar e nem teve problemas que costuma ter em Concórdia. Ao final de nossa conversa, ele nos lançou a seguinte interrogação: “Por que aqui em Concórdia não é assim?” (Venel. entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em outubro de 2019).

Ary Barreiros, 60 anos, casado, 4 filhos (3 meninas e 1 menino), Professor Universitário, Mestre em Direito Internacional e Presidente da Niara, Organização Negra de Concórdia. O professor Ary Barreiros constitui peça importante para a compreensão da causa negra de Concórdia. Primeiramente, por estar bastante ligado aos imigrantes através da Niara, mas também, pela sua condição de defensor dos direitos e da causa negra do município que, ele mesmo, nos disse fazer parte.

Durante a pesquisa, o professor Ary demonstrou, acima de tudo, ser uma pessoa bastante atenciosa e prestativa. Afinal, foram diversos contatos com ele pelas redes sociais e empréstimos de materiais que nos auxiliaram a compreender o contexto histórico e político-social de Concórdia. Além do exposto, foi através da Niara e do professor Ary que tivemos acesso aos imigrantes e suas histórias.

Mas, afinal o que é a Niara?

Segundo seu Presidente, a Niara<sup>20</sup> surge como proposta à defesa dos negros e da causa negra de Concórdia. O nome Niara teria sido uma sugestão do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC) e significa: justo, direito e correto no idioma africano.

Relata o professor que a Niara já trabalhava em prol da causa negra de Concórdia, antes da chegada dos haitianos, e que naquela época, os negros de Concórdia, já sofriam com o preconceito racial.

[...] quando os haitianos começaram a chegar na cidade a gente procurou essa aproximação, já ciente dos problemas que a cidade traz pela colonização ítalo-germânica, pela questão cultural e uma série de aspectos que nós já imaginávamos que fosse acontecer e não foi diferente. (Ary Barreiros, Professor Mestre em Direito Internacional e Presidente da NIARA -

---

<sup>20</sup> Anteriormente chamada de *Ventre Livre*, teve seu nome alterado através de uma alteração de estatuto porque o antigo nome homenageava uma lei opressora.

Organização Negra de Concórdia. Entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 06 de novembro de 2019)

Assim, conseguimos verificar pela fala do depoente que, quando os primeiros imigrantes haitianos começaram a chegar, já se presumia a forma como eles seriam tratados por uma parte da população de Concórdia: “nós como brasileiros já sofremos o preconceito racial aqui na cidade e os haitianos sofrem isso de uma maneira dupla: por serem estrangeiros e por serem negros.” (Ary Barreiros, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019).

Eu lembro que quando eles chegaram em Concórdia a cidade se armou. Até alguns comentários que nós ouvíamos era de que agora nós vamos ter muito estupro, violência sexual, roubos, furtos. E passados aí seis anos, sete anos que eles estão na cidade as pessoas tiveram que retroceder nesses comentários porque eles são extremamente civilizados. Eles são extremamente educados. Eles são extremamente respeitadores. Infelizmente a coletividade não vê isso como virtude e o preconceito está acima dessas virtudes, infelizmente. (Ary Barreiros, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019)

Segundo Ary Barreiros, atualmente, essa condição só tem piorado, por conta do aumento da comunidade haitiana que reside na cidade. Destacou o professor que Concórdia possui entre mil e mil e duzentos haitianos, residindo e trabalhando na cidade e, eles acreditaram, durante muito tempo, que os brasileiros eram preconceituosos por conta da condição de imigrantes, mas, somente, há pouco tempo, é que eles se deram conta de que o preconceito que eles vêm enfrentando se deve mais à questão cor/raça do que a condição de imigração. Para ele, o preconceito racial, que muitos munícipes apresentam, é fruto de um racismo estrutural que sempre existiu na cidade, e que só ganhou maior dimensão, após a chegada dos haitianos (imagem 3).

Imagem 3 – Chegada dos primeiros haitianos em Concórdia em junho de 2014



Fonte: Portal Concórdia

Assim, podemos perceber que o racismo existente, em Concórdia, sustenta-se em pelo menos dois pilares: a cor da pele e a condição de imigrante. Ou seja, a cor da pele dos negros haitianos é muito diferenciada do tom de pele dos negros brasileiros, por exemplo. Diferenciada, no sentido de ser uma pele mais negra, do que a pigmentação da pele dos afro-brasileiros. Desse modo, ao caminharmos pelas ruas de Concórdia podemos diferenciar, com certa facilidade, os afro-brasileiros dos negros haitianos.

Olha, com a vinda dos haitianos esses problemas só ganharam maior dimensão. A questão do racismo. A gente debate muito a questão do racismo estrutural, Concórdia sempre teve esse problema, sempre teve e ficou muito mais visível a partir de agora com esse maior número de haitianos. (Ary Barreiros, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019)

Além do exposto, o professor chamou atenção para a condição de afastamento da negritude apresentada pelos negros daquele município: “a gente percebe que os negros de Concórdia, e a gente tem falado bastante isso que vou externar para você, os negros de Concórdia parece que não assumem a sua negritude.” (Ary Barreiros, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019). Ou seja, os negros [e aqui não se referia apenas aos negros imigrantes haitianos, mas, também, aos afro-brasileiros] deixam de frequentar alguns espaços públicos ou privados da cidade porque não querem ser olhados de forma diferente ou para evitar constrangimentos a eles e a seus familiares:

É muito clara para nós [enquanto Niara] essa condição, então houve uma espécie de aceitação desses negros da cidade, talvez alguns não gostem, mas é a nossa constatação, à aceitação dessa condição. Em alguns casos até de submissão, de se submeterem à grande maioria e esquecem que essa submissão se dá numa condição onde eles estão amparados por direitos e garantias constitucionais. Todos têm os mesmos direitos, mas me parece que eles se recolhem. (Ary Barreiros, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019)

Ainda, segundo o professor Ary, a Universidade Federal da Fronteira Sul tem sido grande parceira da causa negra de Concórdia. Porque abriu um diálogo e um debate com a comunidade negra de Concórdia e, ao fazer isso, conseguiu ampliar o debate e trazer para Concórdia, experiências que surtiram resultados positivos na cidade de Chapecó, a qual também possui uma grande comunidade de imigrantes haitianos.

Foi o professor Ary quem nos informou sobre a existência de um ponto de ônibus e placas pichadas com frases ofensivas à comunidade negra haitiana, de Concórdia, em algumas rodovias de entrada e saída da cidade de Concórdia.

Imagem 4 - Ponto de ônibus em Concórdia, pichado com ofensas à comunidade haitiana



Foto cedida por Ari Barreiros.

Na imagem 4, o nome descrito, na parte superior da parada de ônibus, comprova-nos que, de fato, trata-se de uma parada de ônibus da cidade de Concórdia. Em uma das paredes internas da parada de ônibus, podemos verificar a seguinte frase, pichada, em letras brancas: ‘FORA gorilas haitianos de concord’.

A gente tomou conhecimento por meio de uma emissora de rádio, inclusive é uma nota de um jornal ai da cidade com uma foto de um ponto de ônibus onde estavam frases escritas. Vamos dizer aqui o que era o teor: fora gorilas haitianos. Isso foi colocado, houve uma investigação, muito difícil de chegar aos responsáveis. Passado algum tempo, e essa eu pude ver, pude verificar *in loco*, apareceu aqui em um acesso à cidade os mesmos dizeres numa outra placa de sinalização. E segundo alguns colegas no sentido ao Rio Grande do Sul existe ou existia mais uma numa rodovia federal que eu não pude comprovar”. (Ary Barreiros, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em novembro de 2019)

Além da frase, podemos verificar, ainda, no canto superior direito da imagem, que existe o desenho de uma suástica.



Imagem 5 – Suástica pichada em parada de ônibus



Fonte: Recorte da imagem original cedida por Ari Barreiros.

E, ao observamos a imagem da suástica, pichada na parada de ônibus de Concórdia, chama-nos atenção os braços no sentido anti-horário. Notadamente, sabemos que existem diversos estilos de suásticas e, cada estilo carrega suas próprias significações. A suástica teve diversas significações pelo mundo ao longo de pelo menos cinco mil anos.

Assim, a suástica observada na imagem do ponto de ônibus em Concórdia seria uma referência ao Terceiro Reich de Hitler? Uma homenagem ao racismo?

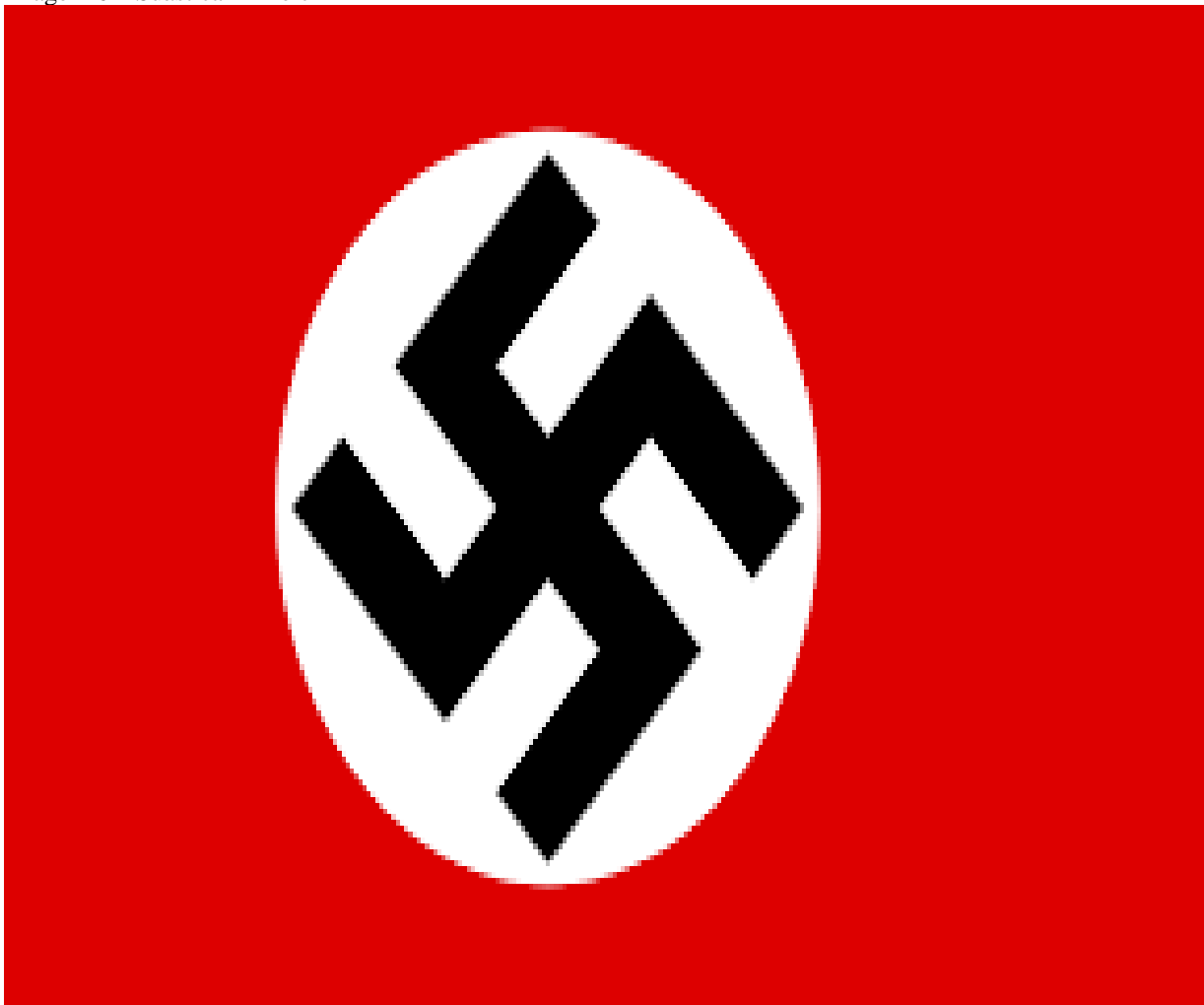
Conforme o site *United States Holocaust Memorial Museum*, antes da suástica se tornar símbolo da identidade ariana e do orgulho nacional alemão, ela já era utilizada em diversas partes do mundo, sempre com seus significados bem definidos.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> A palavra suástica vem do sânscrito *svtika*, que significa “boa sorte” ou “bem-estar”. O desenho (uma cruz gamada) parece ter sido utilizado pela primeira vez na Eurásia, há cerca de 7.000 anos, talvez como uma representação do movimento do Sol no céu. Até hoje, é um símbolo sagrado no hinduísmo, no budismo, no jainismo e no odinismo. É comum encontrá-la em templos ou residências na Índia e na Indonésia. As suásticas também têm uma história antiga na Europa, aparecendo em artefatos de culturas

Sabidamente, a suástica, adotada por Hitler, está associada ao extermínio de judeus, ao racismo e ao xenofobismo e destaca-se, por ter seus braços inclinados à direita, com fonte preta sobre um círculo branco.

Imagem 6 – Suástica III Reich



Imagens: Google

No entanto, se colocarmos, lado a lado, a suástica de Hitler<sup>22</sup> e a suástica pichada na parada de ônibus de Concórdia, podemos verificar algumas diferenças. É possível notar que a suástica de Hitler possui seu braço vertical, terminando no sentido horário, ao mesmo tempo em que seu braço horizontal termina voltado para cima.

---

européias pré-cristãs. (Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/history-of-the-swastika>>. Último acesso em 17 10:07 fevereiro 2020)

<sup>22</sup> Acerca da utilização da suástica Adolf Hitler escreveu em seu livro *Mein Kampf*: Enquanto isso, eu mesmo, depois de inúmeras tentativas, havia chegado a uma forma final; uma bandeira com fundo vermelho, um disco branco e uma suástica preta no meio. Após longas experimentações, também cheguei a uma proporção definida entre o tamanho da bandeira e o tamanho do disco branco, bem como entre a forma e a espessura da suástica. (*United States Holocaust Memorial Museum*. Disponível em <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/history-of-the-swastika>>. Último acesso em 17 10:30 fevereiro 2020)

Situação totalmente inversa da apresentada pela suástica encontrada no ponto de ônibus em Concórdia.

Imagem 7 – Recorte de imagem original



Fonte: Acervo Pessoal.

Notadamente, não se pode esperar que a suástica, pichada no ponto de ônibus de Concórdia, acompanhada pela frase ofensiva “FORA gorilas haitianos de concord” tenha sido, ali representada, com a intenção de demonstrar o lado positivo do símbolo. Nitidamente, o objetivo foi outro e a intenção foi representar a suástica de Hitler e elogiar o racismo propagado pelos nazistas, representado pela simbologia nazista. Assim, entendemos que quem a pichou, cometeu um erro, por desconhecimento das variações do símbolo.

Porém, outra possibilidade se apresenta. A de que o símbolo tenha sido representado com os braços, ao contrário da suástica de Hitler, para que ela tenha, de fato, a aproximação com os significados adotados pelas significações religiosas. Ou

seja, para que ela represente o seu significado, conforme a crença de algumas religiões que já a adotavam, há pelo menos cinco mil anos: aquilo que traz sorte ou bem-estar.

No entanto, se esse fosse o caso, a intenção da(s) pessoa(s) que pichou/picharam a suástica continuaria sendo a mesma. Ou seja, demonstrar sua insatisfação com a presença dos imigrantes haitianos em Concórdia. No entanto o sentido da frase “FORA gorilas haitianos de concord”, pichada na parada de ônibus, acompanhada pelo símbolo, assumiria, agora, o significado de, aquilo que traz sorte ou bem-estar, e apresentara, pelo menos, duas novas conotações:

I - Poderia representar que a saída dos imigrantes haitianos da cidade traria sorte à cidade de Concórdia; e

II - Poderia sugerir que a comunidade haitiana é quem teria sorte, se deixasse a cidade de Concórdia.

No entanto, se observarmos que o símbolo é precedido por uma frase ofensiva, certamente a primeira opção nos parece mais cabível.

Algum tempo, após o surgimento da primeira imagem, tomamos conhecimento de novas pichações que davam conta de frases ofensivas à comunidade haitiana de Concórdia e, desta vez, em placas de sinalização das rodovias que cortam a cidade. Então passamos a investigar o(s) local(is) em que se encontravam para que pudéssemos registrar neste trabalho. Todavia, recebemos diversas informações descontraídas por parte dos próprios imigrantes haitianos de Concórdia. Alguns nos disseram que era apenas uma placa, outros disseram que eram duas e, outros, ainda, nos disseram que eram mais de três placas pichadas na cidade.

Notadamente, esse fator atrapalhou um pouco as nossas buscas, e, logo entendemos que as informações que ora nos chegavam, com tamanha rapidez, também era a mesma informação e rapidez com que chegava aos demais haitianos da cidade, os quais nos mandavam possíveis localizações e demais informações. Ficou nítido que as informações relacionadas a eles [haitianos] seguem por meio de uma grande rede de contatos e, desta forma, assume a rapidez que presenciamos.



Imagem 8 – Placa de sinalização com ofensas à comunidade haitiana de Concórdia



Fonte: Imagem cedida por Ary Barreiros.

Não demorou muito para que uma nova imagem [destacada acima] chegasse até nós. A imagem apresentava uma pichação com a seguinte frase: “Fora gorilas haitiano de”. Ao analisarmos a imagem em questão, pelo menos duas situações nos chamaram atenção:

I - a mesma forma de escrita. O que nos indica que pode ter sido a mesma pessoa ou o mesmo grupo que pichou a parada de ônibus; e

II - o fato de estar pichada sob as madeiras de sustentação da mesma.

Enquanto analisávamos a primeira pichação, com mensagens ofensivas à comunidade haitiana de Concórdia, fomos informados da existência de pelo menos mais duas placas com mensagens parecidas em pichações. Iniciamos, então, uma busca às placas. Primeiramente, pelos próprios imigrantes e, depois, novamente, pela ONG Niara de Concórdia.

Não as encontramos nos locais em que estavam, mas recebemos informações de que canais de notícias da cidade haviam veiculado informações e denúncias do ocorrido. Após muita procura, enfim encontramos fotografias de ambas em um site de notícias do município de Concórdia: Radio 96 – FM, Concórdia (imagens 9 e 10).

Imagem 9 – Nova placa com mensagens ofensivas – Contorno Viário Norte, Concórdia



Fonte – Rádio 96 FM, Concórdia

Segundo o site de notícias, as duas fotos se encontravam no “Contorno Viário Norte”(<http://www.96fm.fm.br/noticias/23497-placas-pichadas-com-manifestacoes-racistas-no-contorno>, acesso em 21 set 2020), rodovias de acesso e saída do município de Concórdia.

Imagem 10 - Nova placa com mensagens ofensivas – Contorno Viário Norte, Concórdia



Fonte: Rádio 96 FM, Concórdia

Assim, com acesso as duas novas imagens, pudemos perceber que existe uma semelhança na escrita de todas as placas. A primeira opção nos dá conta de que a mesma pessoa ou o mesmo grupo que pichou a parada de ônibus, também foi/foram o responsável/responsáveis pelo pichamento das 3 novas placas, na rodovia. E, ao compararmos as letras F, g e H das imagens do ponto de ônibus pichado e das três placas na rodovia, verificamos que existe um padrão na forma da escrita.

Na primeira imagem, observamos a seguinte frase “FORA gorilas de concord”; na segunda, a expressão “FORA gorilas haitiano de”; na terceira, “FORA gorilas Haitiano de” e, na quarta e última imagem, “FORA Negros Do Haiti”. Assim, podemos verificar que além do padrão estabelecido na forma de escrita e no formato das letras, existe também outro padrão: nas três primeiras pichações, a escrita não foi finalizada.



Imagem 11 – Imagens de comparação



nte: Recortes das imagens originais.

Desse modo, entendemos que, todas as frases e em diferentes locais, podem sim, terem sido escritas pela mesma pessoa ou até pelo mesmo grupo de pessoas. No entanto, ainda podemos verificar que, nas imagens das placas de rodovias pichadas, não existem a suástica que foi verificada na primeira imagem, o ponto de ônibus.

Levando em consideração, apenas a imagem 7, primeira imagem que chegou até nós, versando sobre placas de sinalização, em rodovias, com mensagens ofensivas ao público imigrante haitiano, passamos a refletir acerca de onde, quando ou como essa placa foi pichada e, notamos que, em diversos pontos, a placa apresenta uma possibilidade de ter sido pichada, antes mesmo, de ter sido montada e enviada à rodovia.

No recorte abaixo, fica evidente que as letras F, O, R e A que compõem a palavra FORA, estão sob a madeira de sustentação da placa.

Imagem 12 – Recorte de imagem original



Fonte: Ary Barreiros

Em outra configuração, apresentada abaixo, a letra A, que compõe a palavra haitiAño, na imagem original, apresenta a mesma condição. Ou seja, também está sob a madeira de sustentação da placa.

Imagem 13 – Recorte de imagem original



Segundo o professor Ary Barreiros, foram solicitadas explicações à empresa em relação à placa e às ofensas proferidas à comunidade haitiana de Concórdia. Mas, a placa foi retirada da rodovia e as explicações nunca apareceram. Porém, buscamos novas formas de comprovar que a escrita da primeira placa, realmente, estava atrás das madeiras de sustentação da placa e, isso, se comprovou no momento em que tivemos acesso as novas imagens de placas pichadas em rodovias de acesso à cidade.

Imagem 14 – Recorte de imagens originais



Fonte: Recorte das imagens originais

De posse de todas as imagens e, estas, expostas de forma comparativa, podemos verificar que, no primeiro recorte, as escritas estão realmente sob a madeira de sustentação das placas. Fato comprovado, se analisarmos as duas novas imagens em que

a escrita, em momentos, passa por cima da madeira de sustentação e não por baixo dela, como no primeiro recorte.

Mas, afinal o que isso poderia significar?

Segundo nosso entendimento, o fato de as pichações estarem sob a estrutura de madeira nos traz pelo menos três possíveis interpretações:

I – Que a placa foi pichada dentro do pátio de obras da prefeitura ou da empresa responsável pelo trecho ou pela rodovia;

II – Que foi pichada por alguém de dentro da empresa; e

III – Que não foi pichada por alguém de dentro da empresa, mas que existe omissão por parte dela ao verificar a existência de uma frase ofensiva à comunidade haitiana, e, mesmo assim, montar a placa e acondicioná-la na rodovia.

Deste modo, podemos compreender que as relações conflitantes entre concordienses e imigrantes haitianos têm se intensificado e, esse fato está gerando um afastamento não só das relações sociais entre brasileiros e haitianos, mas, também, no cenário geográfico. Uma vez que os haitianos estão preferindo [ou estão sendo obrigados] a morar em regiões mais distantes do centro da cidade, geralmente, em regiões mais próximas do local de trabalho.

Sendo assim, compreendemos que existe uma relação de racismo estruturalizado que move as relações sociais da cidade. E tal fenômeno está contribuindo para o afastamento social e geográfico entre sociedade de Concórdia e imigrantes haitianos.

No próximo capítulo, abordaremos os problemas sociais, vivenciados pela comunidade haitiana de Concórdia, e como o racismo se apresenta, mobiliza, interfere e age, direta e indiretamente, nas relações sociais entre brasileiros e imigrantes haitianos, e condiciona o cotidiano imigrante, através do trabalho, da saúde e da moradia.



### Capítulo III

A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 3º, prevê a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Também determina que a prática de racismo constitua crime inafiançável e imprescritível (artigo 5º, inciso XLII), e estabelece a “proibição de diferença de salários, exercício de funções e critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (artigo 7º, inciso XXX).

No entanto, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), existe um mito da democracia racial, no Brasil, sustentado pelo racismo institucional e estruturalizado na sociedade brasileira que, ainda, nega a existência do racismo (Geledês, 2015). O objetivo desta prática é romper com as noções de igualdade por raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica e anular reconhecimentos, condições de igualdade e liberdades fundamentais (ONU/1966). A mesma organização destaca que as relações conflituosas vão muito além da relação social, e podem se concentrar, inclusive, nas relações de trabalho, saúde e moradia.

Deste modo, entendemos ser de suma importância abordar, neste trabalho, os aspectos sociais, econômicos e de saúde pública que nos possibilitem compreender como surgem as relações conflituosas entre brasileiros e imigrantes haitianos e como são as estruturas trabalhistas, de saúde e de moradias disponibilizadas a esses imigrantes no município de Concórdia-SC.

#### **3.1 – Relatos de problemas sociais nos locais de trabalho**

Durante as entrevistas que realizamos com os imigrantes haitianos, muitos deles nos relataram que, nos locais de trabalho, existem diferenças de tratamento entre brasileiros e haitianos que desempenham a mesma função. E que, por vezes, eles, haitianos, são humilhados ou agredidos, verbalmente, dentro do local de trabalho.

Neste sentido, na maioria dos casos, constatamos uma enorme dificuldade que esses imigrantes têm em guardar ou produzir provas que pudessem, de fato, dar sustentação a uma denúncia ou eventual medida judicial. Em contrapartida, muitos haitianos possuem provas materiais, que poderiam sustentar uma denúncia, mas alegam medo de ameaças ou perseguições veladas, e acabam não dando sequência à participação, neste trabalho de pesquisa. Deste modo, muitos que quiseram ter o seu

nome atrelado a este trabalho, mas alguns nos cederam informações e pediram anonimato, pelas condições já destacadas anteriormente.

A ONG Niara apresentou o imigrante haitiano, Wilner Paul, 25 anos, solteiro, ensino superior incompleto, ex-funcionário da BRF Concórdia [local onde atuou também como interprete, facilitando a comunicação entre empresa e demais imigrantes haitianos], atualmente, recupera-se de uma cirurgia na mão esquerda e está desempregado. Após o primeiro contato com o depoente, ele demonstrou-se feliz e interessado em contribuir com nossa pesquisa, e marcamos a entrevista para uma data futura.<sup>23</sup>

Na data previamente combinada para nossa conversa, entramos em contato com o depoente, inicialmente, por meio de sua rede social e, depois, pelo aplicativo Whatsapp.

Segundo Wilner, atualmente, não existem muitas vagas de emprego em Concórdia, e as poucas que existem pedem certa qualificação dos interessados, razão pela qual ele se mantém estudando. Ele cursa administração em uma universidade da cidade, e abriu uma loja de conserto de aparelhos eletrônicos, em Concórdia. Disse-nos que trabalhou, durante quatro anos, na empresa BRF em Concórdia e que já atuou como segurança, para conseguir algum valor que o ajudasse em suas despesas.

Ao ser perguntado, acerca do seu cotidiano em Concórdia, disse que: “desde sua chegada ao Brasil convive com o preconceito racial nos lugares por onde tenha andado” (Wilner, entrevista cedida a Leanderson Cristiano Voznei em maio de 2020), e salientou que enfrentou esse problema até mesmo no local de trabalho. Relatou, ainda, que trabalhou, por volta de quatro anos, na BRF/Concórdia, no setor de evisceração de suínos, e que passou por várias situações em que teria sido tratado de forma desigual e ofendido dentro da empresa. Quando perguntado sobre quais seriam tais situações, ele disse que, na maioria das vezes, a forma como ele e outros haitianos eram tratados “não era certa” (Wilner, entrevista cedida a Leanderson Cristiano Voznei em maio de 2020).

Wilner nos informou que, no ano de 2019, ele se machucou dentro da empresa BRF/Concórdia por conta de movimentos repetitivos:

---

<sup>23</sup> No entanto, fomos surpreendidos com a pandemia de Coronavírus que impossibilitou uma conversa pessoalmente com o imigrante e que nos fez repensar a forma como se dariam as próximas entrevistas que compõem esta parte do trabalho. Deste modo, acabamos optando por utilizar as redes sociais como forma de auxílio e de suporte à pesquisa.

Mas claro que sim que eu machuquei lá dentro porque é repetitivo sabe? Os dedo gatilho fica travando porque a gente só acordar e fazer o mesmo serviço entende, de 3 ou 4 ano e daí o dedo fica fechado e tem que fazer cirurgia pra liberar o tendão e daí acabei de fazer a cirurgia depois que eu voltei lá na BRF ele me mandaram embora, porque eu não vou conseguir puxar na linha mais. (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em maio de 2020)

Segundo ele, após ter se machucado, a empresa não quis registrar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT), e só conseguiu fazer o documento através do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Concórdia (SINTRIAL), após muitas tentativas. Comentou, também, que, após retornar da cirurgia, a empresa o dispensou de suas atividades por ele ter perdido a força na mão e que, esse fato, o impediria de continuar trabalhando na empresa. Wilner nos entregou a CAT e disse que procurou médicos fora da cidade de Concórdia, por não ter encontrado, na cidade, alguém que o quisesse atender. Os médicos atestaram que sua incapacidade seria decorrente de movimentos repetitivos:

Porque eu não trabalhei mais em nenhum lugar e daí eu até trabalho em outro lugar, com carteira assinada não, com computador, essas coisas. O médico falou que é em decorrência do uso excessivo de força e pra mim melhorar tem que parar de trabalhar com força, fazer cirurgia. Daí eu fui para outro estado né, atrás de solução e acho que foi por isso que eles me mandou embora eu não devia ir lá no outro estado e tal, tudo isso aqui , aqui é assim mesmo né. (Wilner, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 03 de agosto de 2020).

Na CAT, consta CID 10 – M65.3 – Dedos em Gatilho – E em seu item nº 42, consta:

Descrição da situação geradora do acidente ou doença – Após quatro meses trabalhando no setor de suínos, os movimentos com pernil fizeram sentir fortes dores na mão esquerda. Depois do fato, foi transferido para o setor de evisceração de suínos onde o trabalho mais veloz e repetitivo ampliaram as dores, evoluindo para dedos em gatilho. A cirurgia foi feita no dia 12 de junho de 2019.

Wilner destacou que começou a sentir dores, quando “limpava carnes” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020) e, por estar em constante contato com o gelo, foi transferido para a evisceração de suínos, novo setor, não mexia mais com peças congeladas, mas usava muita força e o serviço era mais veloz: “tinha que usar muita força nas puxadas e daí os dedos acabo danificando e daí fui no médico mas ele não quis fazer nada. Foram 3 anos de sofrimento até a cirurgia (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020).

Agora, cara, minha mão esquerda não consegui abrir igual direita, abrir não sei se um dia vai abrir, mas não por enquanto. Os dedo não consigo esticar bem, entendeu? E ai, que é defeito porque eu não posso nem trabalhar numa empresa assim porque o médico me disse que eu não posso nem levar mais do que cinco quilos, uma coisa assim que pesa mais ou menos dois ou três quilos, para eu segurar com mão esquerda eu vou sofrer muito, entendeu? (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020)

Imagem 15 - Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)

PREVIDÊNCIA SOCIAL INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL		1. Emitente <input checked="" type="checkbox"/> 2	
3. Razão Social/Nome SADIA S/A		1. Empregador 2. Sindicato 3. Médico 4. Segurado ou dependente 5. Autoridade pública	
6. Endereço Rua/Av./Nº/Comp. R. SENADOR ATTILIO FONTANA - 86		2. Tipo de CAT <input checked="" type="checkbox"/> 1	
10. Nome WILNER PAUL		1. Início 2. Reabertura 3. Comunicação de óbito em ____/____/____	
11. Nome da mãe MARICOISE AZOR		4. Tipo <input checked="" type="checkbox"/> 1	
12. Data de nasc. 30/03/94		1. CNPJ 2. CEI 3. CPF 4. NIT	
13. Sexo <input checked="" type="checkbox"/> 1		5. CNAE	
14. Estado civil <input checked="" type="checkbox"/> 1		7. Município CENTRO	
15. CTPS A01		8. UF SC	
16. UI MS		9. Telefone (48) 3301-300	
17. Carteira de identidade G20805M		18. UF SC	
19. PIS/PASEP		20. Remuneração mensal R\$ 1.427,00	
21. Endereço Rua/Av./Nº/Comp. SANTA CRUZ		23. UF SC	
22. CBO Operador de Produção		24. Telefone 4 <sup>o</sup>	
25. Nome da ocupação		25. UF SC	
26. CBO 848520		26. Aposentado? <input checked="" type="checkbox"/> 2	
27. Filiação à Previdência Social 1. Empregado 2. Trab. Avulso 7. Seg. especial 8. Médico resid.		27. Área <input checked="" type="checkbox"/> 1	
28. Aposentado?		28. Último dia trabalhado 11/06/2019	
29. Área		30. Data acidente 08/07/2018	
30. Data acidente		31. Hora acidente	
31. Hora acidente		32. Após quantas horas de trabalho?	
32. Após quantas horas de trabalho?		33. Houve afastamento? <input checked="" type="checkbox"/> 1	
33. Houve afastamento?		34. Último dia trabalhado	
34. Último dia trabalhado		35. Local do acidente SADIA S/A	
35. Local do acidente		36. CNPJ	
36. CNPJ		37. Município do local do acidente Concórdia	
37. Município do local do acidente		38. UF SC	
38. UF		39. Especif. do local do acidente SETOR DE TRABALHO	
39. Especif. do local do acidente		40. Parte(s) do corpo atingida(s) mão esquerda	
40. Parte(s) do corpo atingida(s)		41. Agente causador REPETITIVIDADE	
41. Agente causador		42. Descrição da situação geradora do acidente ou doença Após quatro meses trabalhando no setor de suínos, os movimentos com pernil, fizeram sentir fortes dores na mão esquerda. Depois do fato, foi transferido para o setor de evisceração de suínos, onde o trabalho mais veloz e repetitivo ampliaram as dores, evoluindo para dedos em gatilho e cirurgia feita no dia 12/06/2019.	
42. Descrição da situação geradora do acidente ou doença		43. Houve registro policial? <input checked="" type="checkbox"/> 2	
43. Houve registro policial?		44. Houve morte? <input checked="" type="checkbox"/> 2	
44. Houve morte?		45. Nome	
45. Nome		46. Endereço Rua/Av./Nº/Comp.	
46. Endereço		47. Município	
47. Município		48. UF	
48. UF		49. Telefone ( )	
49. Telefone		50. Endereço Rua/Av./Nº/Comp.	
50. Endereço		51. Município	
51. Município		52. UF	
52. UF		53. Telefone ( )	
53. Telefone		54. Data 28/08/19	
54. Data		55. Hora 14h	
55. Hora		56. Houve internação <input checked="" type="checkbox"/> 1	
56. Houve internação		57. Duração provável do tratamento 60 dias	
57. Duração provável do tratamento		58. Deverá o acidentado afastar-se do trabalho durante o tratamento? <input checked="" type="checkbox"/> 1	
58. Deverá o acidentado afastar-se do trabalho durante o tratamento?		59. Descrição e natureza da lesão - lesão em Joelho em 22 e 30 Quilômetros (Q)	
59. Descrição e natureza da lesão		60. Diagnóstico provável - Dedos em Joelho	
60. Diagnóstico provável		61. CID - 10 - M65.3	
61. CID - 10		62. Observações Depois 22/06/2019	
62. Observações		Assinatura e Carimbo do médico com CRM Dr. Paulo André Harzeira CRM 12710	
63. Recebida Em ____/____/____		64. Código da Unidade	
64. Código da Unidade		65. Número do acidente	
65. Número do acidente		66. Notas: 1 - A realização das declarações desta comunicação implicará as sanções previstas nos arts. 171 e 206 do Código Penal. 2 - A comunicação de acidente do trabalho deverá ser feita até o 1º dia útil do acidente, sob pena de multa. 3 - A comunicação do acidente de trabalho rege-se pelo art. 134 do Decreto nº 2.172/97. 4 - Os conceitos de acidente do trabalho e doença ocupacional estão definidos nos arts. 131 e 133 do Decreto nº 2.172/97. 5 - A caracterização do acidente rege-se pelo art. 135 do Decreto nº 2.172/97.	
66. Notas		67. Tipo <input checked="" type="checkbox"/> 1	
67. Tipo		68. Matricula do servidor	
68. Matricula do servidor		69. Assinatura do servidor	

Fonte: Wilner Paul - Depoente

Wilner nos entregou a CAT e autorizou que tirássemos uma foto dela para utilizar nesta pesquisa e, nos disse que, durante o período de recuperação, após a cirurgia, “o meu salário foi menor, tive que fazer uns bico” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020) e, logo depois, “fui mandado embora pela BRF” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020).

Com a demissão e sem acesso ao auxílio, o depoente relatou que, ingressou com uma ação judicial contra a BRF/Concórdia porque, segundo ele, não consegue mais utilizar a mão esquerda o que inviabiliza um possível novo emprego com carteira assinada.

Em um desses trabalhos, informais, que passou a realizar, ele nos falou que teve um problema, envolvendo prática de injúria racial, e que registrou Boletim de Ocorrência: “eu tava na portaria do Clube Associação dos Motoristas em Concórdia, quando uma pessoa [a quem ele chamou de Valdecir] tentou passar pela portaria sem o ingresso, sendo barrado, nisso ele me olhou e disse: “só podia ser negro mesmo” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020). Depois disso, a mulher que estava com o agressor também o teria ofendido, verbalmente, inclusive, na presença dos policiais, dizendo: “preto sujo” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020), razão pela qual a Polícia Militar, foi acionada, e um Boletim de Ocorrência como ‘Injúria praticada pelo preconceito’ foi registrado (Registro Policial nº 0639630/2019-BOCOP-02460.2019.0003051).

Na Comunicação de Ocorrência Policial, registrada sob o número 0639630/2019-BOCOP-02460.2019.0003051, consta:

Relato individual da vítima - Relata que trabalhava de segurança na portaria do Clube Associação dos Motoristas, momento que ao tentar adentrar no recinto o Sr. VALDECIR acabou barrado na portaria, onde que falou para o segurança relatante "só podia ser preto", diante dos fatos, por se sentir injuriado, acionou a PM para registrar o fato, porém se negou a representar no momento. Já do lado de fora, a Sra. CARLA, companheira do Sr. VALDECIR também começou a injuriar o relatante, com palavras como "preto sujo". (Comunicação de Ocorrência Policial, número 0639630/2019-BOCOP-02460.2019.0003051).

Imagem 16 – Comunicação de Ocorrência Policial (COP)

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA 4ªRPM/20ªBPM - CONCÓRDIA Rua João Suzin Marini, 1030, Saleté - CONCÓRDIA/SC 49- 3441.3719	
<b>COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL</b>	
REGISTRO 0639630/2019-BOCOP-02460.2019.0003051	
DATA E HORA DO REGISTRO: 06/10/2019 23h55min	
UNIDADE RESPONSÁVEL: PC - DELEGACIA DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE CONCÓRDIA	
<b>FATO</b>	
DATA DO FATO: 06/10/2019 HORA DO FATO: 23:50	
LOCAL DO FATO: (Via pública/Sem classificação para via pública) Rua Oreste Farina, nº 215, Centro, CONCÓRDIA/SC/BR   CEP: 89700071   Coordenadas: -27.2312217991104, -52.0291393453712	
FATOS COMUNICADOS: Injúria qualificada pelo preconceito	
<b>ENVOLVIDOS</b>	
<b>VALDECIR</b>   Autor: Injúria qualificada pelo preconceito	
Mãe: _____	
Pai: 1 _____	
Data de Nascimento: 18/12/1970	
Naturalidade: CONCÓRDIA/SC/BRASIL	
RG: _____ SC - Emissão: Não informado	
<u>Relato Individual:</u> Informa que pagou o ingresso e foi chamar a amiga, que jamais ofendi o segurança.	
<b>WILNER PAUL (25 anos)</b>   Víctima: Injúria qualificada pelo preconceito	
Mãe: MARICOISE AZOR	
Pai: MARCEL PAUL	
Data de Nascimento: 30/03/1994	
Naturalidade: NÃO INFORMADO/ZY/HAITI	
<u>Relato Individual:</u> Relata que trabalhava de segurança na portaria do Clube Associação dos Motoristas, momento que ao tentar adentrar no recinto o Sr. VALDECIR acabou barrado na portaria, onde que falou para o segurança relatante "só podia ser preto", diante dos fatos, por se sentir injuriado, acionou a PM para registrar o fato, porém se negou a representar no momento. Já do lado de fora, a Sra. CARLA, companheira do Sr. VALDECIR também começou a injuriar o relatante, com palavras como "preto sujo".	
<b>CARLA ADRIANA PEREIRA DE SOUZA (36 anos)</b>   Autor: Injúria qualificada pelo preconceito	
Mãe: _____	
Pai: U _____	
Data de Nascimento: 22/08/1983	
Naturalidade: ALEGRETE/RS/BRASIL	
RG: _____ SC - Emissão: Não informado	
<u>Relato Individual:</u> Que chamou o segurança de preto sujo.	
<b>ATENDENTES</b>	
<b>PAULO SOMAVILLA JUNIOR (SOLDADO 2ª CLASSE)</b>	
<u>Relato Policial:</u> Trata-se de ocorrência de injúria racial. A GUPM foi acionada via Copom para atendimento de ocorrência na Rua Orestes Farina, no Clube da Associação dos Motoristas, Centro, Concórdia SC. No local foi localizado o Sr. WILNER PAUL, ao qual declarou ser segurança do local, relatando que ao barrar a entrada do Sr. VALDECIR ANTÔNIO PEREIRA acabou sendo injuriado por este, com palavras como "só podia ser preto", diante disso acionou a polícia militar para registrar o ocorrido, não bastando, a companheira do Sr. VALDECIR ANTÔNIO PEREIRA, a Sra. CARLA ADRIANA PEREIRA DE SOUZA também chamou o Sr. WILNER PAUL com palavras ofensivas na presença dos policiais, como "preto sujo", situação que confirmou em seu relato. Frente a situação, a GUPM lavrou a ocorrência, dando ciência ao fato. O Sr. WILNER PAUL não manifestou interesse na representação no momento, sendo orientado de seus direitos e do prazo prescricional. Ocorrência encerrada sem alteração.	
REGISTRO 0639630/2019-BOCOP-02460.2019.0003051	
02/09/2020 14:21:56	Página: 1 de 2
Protocolo nº: 1570418764014 - Código de validação: 6153066961	
<b>ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA 4ªRPM/20ªBPM - CONCÓRDIA Rua João Suzin Marini, 1030, Saleté - CONCÓRDIA/SC 49- 3441.3719</b>	
<b>JOSEMAR ODAIR KRUEZMANN (SOLDADO 1ª CLASSE)</b>	
<b>PROVIDÊNCIAS</b>	
O local do fato não foi fotografado.	
A Polícia Civil não foi acionada e não esteve no local.	
A Perícia não esteve no local.	
A Polícia Militar foi acionada e esteve no local.	
Via impressa pela internet	
Documento assinado digitalmente. Certificação de validade pelo site <a href="http://www.pm.sc.gov.br">http://www.pm.sc.gov.br</a> , no link "Boletins de Ocorrência PMSC"	
Protocolo nº: 1570418764014 - Código de validação: 6153066961	

Fonte: Acesso Online – Delegacia de Polícia de Fronteira de Concórdia

Na COP, ainda é possível observar o relato individual do policial que atendeu a ocorrência:

Relato Policial: Trata-se de ocorrência de injúria racial. A GUPM foi acionada via Copom para atendimento de ocorrência na Rua Orestes Farina, no Clube da Associação dos Motoristas, Centro, Concórdia SC. No local foi

localizado o Sr. WILNER PAUL, ao qual declarou ser segurança do local, relatando que ao barrar a entrada do Sr. VALDECIR ANTÔNIO PEREIRA acabou sendo injuriado por este, com palavras como "só podia ser preto", diante disso acionou a polícia militar para registrar o ocorrido, não bastando, a companheira do Sr. VALDECIR ANTÔNIO PEREIRA, a Sra. CARLA ADRIANA PEREIRA DE SOUZA também chamou o Sr. WILNER PAUL **com palavras ofensivas na presença dos policiais, como "preto sujo"**, situação que confirmou em seu relato. Frente a situação, a GUPM lavrou a ocorrência, dando ciência ao fato. O Sr. WILNER PAUL não manifestou interesse na representação no momento, sendo orientado de seus direitos e do prazo prescricional. Ocorrência encerrada sem alteração. (Comunicação de Ocorrência Policial, número 0639630/2019-BOCOP-02460.2019.0003051, grifo nosso)

Segundo Wilner, ele não manifestou interesse em representar contra os agressores porque teve medo e também porque “não quis se incomodar” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020), uma vez que o casal, que o ofendeu verbalmente, eram clientes e frequentavam o clube com certa frequência.

De igual modo, chegamos até outro imigrante haitiano [através do imigrante Wilner Paul] que aceitou participar desta pesquisa. Ele, também nos disse, ter enfrentado problemas, envolvendo práticas racistas, em Concórdia, e diferenças de tratamento no local de trabalho, em virtude da sua cor e raça.

Guitho, 26 anos, casado, chegou ao Brasil em 2013, ensino médio completo, atualmente trabalha no frigorífico Aurora em Chapecó, Santa Catarina.

Guitho informou que trabalhou, na empresa BRF/Concórdia, durante 5 anos, e que sempre teve problemas, envolvendo diferença de tratamento dentro da empresa. Mas, fez questão de relatar que os problemas, na maioria das vezes, não eram da empresa em si, “mas da supervisora do setor” (Guitho Saint Clair, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em julho de 2020). Comentou, ainda, que, no início do ano de 2020, ele teve alguns problemas e desentendimentos com outro colaborador da empresa e que este, sempre o ofendia, inclusive, na presença de outros colaboradores. Ainda segundo Guitho, esse colaborador, passou a ofendê-lo com maior frequência até que as ofensas, viraram em discussão e, a discussão, virou uma agressão física. Ele foi agredido, dentro da empresa BRF, em Concórdia e durante o seu horário de expediente. A agressão foi registrada em um Boletim de Ocorrência que Guitho nos entregou, permitiu que tirássemos cópia e que utilizássemos nesta pesquisa.



## Imagem 17 – Boletim de Ocorrência 2



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL  
Delegacia de Polícia Virtual de Santa Catarina  
Adolfo Schiavini, 121, Saleté - CONCÓRDIA/SC 48-3665.8386

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA**

REGISTRO 0319236/2020-BO-00620.2020.0001225

DATA E HORA DO REGISTRO: 09/05/2020 18h18min

UNIDADE RESPONSÁVEL: PC - DELEGACIA DE POLÍCIA DE FRONTEIRA DE CONCÓRDIA

**FATO**

DATA DO FATO: 06/03/2020

HORA DO FATO: 14:30

LOCAL DO FATO: (Interior do ambiente/Comércio) RUA SENADOR ATTILIO FRANCISCO XAVIER FONTANA, nº 86, CENTRO, CONCÓRDIA/SC/BR | CEP: 89700907 | Coordenadas: -27.2303488,-52.0305053

FATOS COMUNICADOS: Ameaça; Injúria qualificada pelo preconceito

**ENVOLVIDOS**

GUITHO SAINT CLAIR (26 anos) | Comunicante: Ameaça | Comunicante: Injúria qualificada pelo preconceito | Vítima: Ameaça | Vítima: Injúria qualificada pelo preconceito

Mãe: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: 04/02/1994

Naturalidade: NÃO INFORMADO/ZY/HAITI

CNH: \_\_\_\_\_

Relato Individual: EU ESTAVA TRABALHANDO JUNTO COM ESAI ELE ,ELE PEGOU UMA CABEÇA DO PORCO ,PADE NA MINHA CABEÇA, NA HORA EU CAIO DISMAEI ,QUANDO EU LEVANTEI ELE JA TINHA FUGIDO DO SETOR. DEPOIS O SUPERVISOR ME CHAMOU ME MANDA PRA CASA ATÉ A EMPRESA TOMAR A DECISÃO,BELEZA FOI DEPOIS ALGUNS DIAS ELE MANDO O RECADO PRA MIM PASSA NA RH, FOI ELE ME DEU JUSTA CAUSA MAS O OFENSOR FICOU TRABALHANDO NO OUTRO SETOR OUTRA HORA.

Outras Informações: • O comunicante assume inteira responsabilidade pelas informações prestadas no relato deste registro e declara estar ciente de que a falsidade no transcrito acima implicará nas penalidade cabíveis, previstas no Art. 299 do Código Penal. • Deseja Exercer o direito de representação ou queixa contra o autor.

PESSOA FÍSICA SEM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA | ESAI | Autor: Ameaça | Testemunha: Ameaça | Testemunha: Injúria qualificada pelo preconceito

Sexo: Masculino

Descrição da Aparência: eu estava trabalhando no empresa brf na mesma mesa com ele ,ele pegou uma cabeça do porco ele me deu na minha cabeça eu caiu na mesma hora ,quanto eu levantei ele ja fugiu escondido . agora eu fiquei sabendo que o supervisor me manda justa causa mas ele ficou trabalhando no outro setor eu recebi justa causa

Condições físicas apresentadas: Não informada

**ATENDENTES**

ANDREZZA LAZZAROTTI (AGENTE DE POLÍCIA CIVIL)

Via impressa pela internet

Documento assinado digitalmente. Certificação de validade pelo site <https://delegaciavirtual2.sc.gov.br/impressaoboletimnovo.aspx>

Protocolo nº: 2020050776626 - Código de validação: 83818280

10/06/2020 13:01:06

REGISTRO 0319236/2020-BO-00620.2020.0001225

DISQUE DENÚNCIA 181 - ATENDIMENTO 24 HORAS - SIGILO

Página: 1 de 1

Protocolo nº: 2020050776626 - Código de validação: 83818280

Fonte: Guitho Saint Clair

Conforme Guitho, ele estava trabalhando, no setor de evisceração de suínos, dentro da empresa BRF/Concórdia, quando outro trabalhador do mesmo setor teria gritado com ele, agredindo-o, verbalmente, com palavras de cunho racista, e



fisicamente, se utilizando de uma cabeça de porco: “na hora eu cai e desmaiei” (Guitho Saint Clair, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em setembro de 2020).

Eu trabalhei lá na evisceração de suínos, lá na abate, e tem outra pessoa que trabalhar junto comigo ele pegou a cabeça e jogou e em mim, eu não vi, com uma cabeça de porco, na hora eu desmaiei. Depois outro haitiano viu ele [brasileiro] chamar a supervisora e a supervisora não veio, depois outra supervisora veio pegar eu, levantar eu, vai lá fora, tá? Depois o brasileiro que me jogou a cabeça saiu, ele saiu, não fala nada comigo, não fala nada. Depois de uns cinco dias a supervisora chama eu, chama o outro haitiano e manda eu e o outro haitiano embora e pegou o brasileiro que me agrediu e mandou para outro setor. (Guitho Saint Clair, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em setembro de 2020).

Após o ocorrido, Guitho foi dispensado de suas funções na empresa BRF e, o colaborador que o agrediu, foi trocado de setor. Para Guitho, ele foi punido com a demissão, após ter sido agredido verbal e fisicamente, dentro do local de trabalho, enquanto quem o agrediu somente trocou de setor, mas continuou trabalhando na empresa.

O fato que ocorreu com este imigrante trouxe à tona outro problema que existe em Concórdia e, até o momento não havíamos percebido: “depois que fui demitido tive que mudar pra Chapecó porque não tem mais emprego pra mim em Concórdia” (Guitho Saint Clair, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em setembro de 2020). Pelo relato de Guitho, ratificado por outros depoentes, observamos que, após um haitiano ser demitido da BRF Concórdia, ou de qualquer outra empresa da cidade, fica muito mais difícil ele ser recontratado por outra empresa da mesma cidade. Talvez, isto ocorra por conta da referência que é dada à última empresa que o demitiu, provavelmente, por conta de contatos telefônicos entre a última e a empresa que deseja contratar, ou, até mesmo, por conta da falta de emprego, devido à alta procura.

No entanto, o que se sabe é que muitos, ao serem demitidos, permanecem muitos meses sem um novo emprego [o que gera um problema de ordem social para o município que deve atuar com assistencialismo] ou precisam mudar de município, na tentativa de conquistar uma nova vaga de trabalho. Esta última opção, parece ter sido mais viável para o depoente Guitho.

Guitho, após a demissão, na BRF, não encontrou mais emprego na cidade e precisou mudar para Chapecó [município catarinense a 80 km de Concórdia], onde conseguiu emprego na empresa Aurora Alimentos. No entanto, ele nos disse ele que sua

esposa trabalha na BRF/Concórdia, e que eles só conseguem se ver nos finais de semana:

Eu trabalho em Chapecó, ela trabalha na BRF/Concórdia porque ela pediu para a supervisora para mandar transferência para ela porque ela trabalha na BRF Concórdia e tem uma BRF aqui em Chapecó. Então precisa de uma transferência e a supervisora falou pra ela que não aceita. Seria bom se ela vem pra Chapecó porque eu tô aqui sozinho e ela tá lá em Concórdia com meu filho e aqui na BRF de Chapecó tem vaga pra ela mas eles não querem transferir ela. (Guitho, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020)

O fato de sua esposa estar trabalhando em um município e ele em outro, trouxe vários problemas, principalmente, o aumento dos gastos com o aluguel de 2 casas, passagens de ida e volta, todo final de semana, e, alimentação, “mas por que supervisora não fazer transferência pra ela se tem vaga na outra BRF?” (Guitho Saint Clair, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em agosto de 2020).

Este fato nos fez refletir acerca da responsabilidade, ou não, de algumas empresas da cidade de Concórdia, que foram até outros municípios e estados brasileiros, buscar haitianos, como mão de obra, para atuar nas empresas da cidade e, após algum tempo, os demitiram, deixando ao município o ônus da assistência social e das críticas por parte da sociedade.

### **3.2 – Haitianos desempregados em Concórdia: a gênese dos conflitos sociais**

Conforme citado anteriormente, as demissões de haitianos, em Concórdia, têm gerado problemas de ordem social, uma vez que, por ficarem meses desempregados [pela dificuldade de conseguir um novo emprego na cidade], muitos desses imigrantes acabam necessitando de atendimento por parte da assistência social do município. Esse fato fez reascender, na cidade, uma discussão que remonta aos primeiros meses, pós-chegada dos haitianos na cidade:

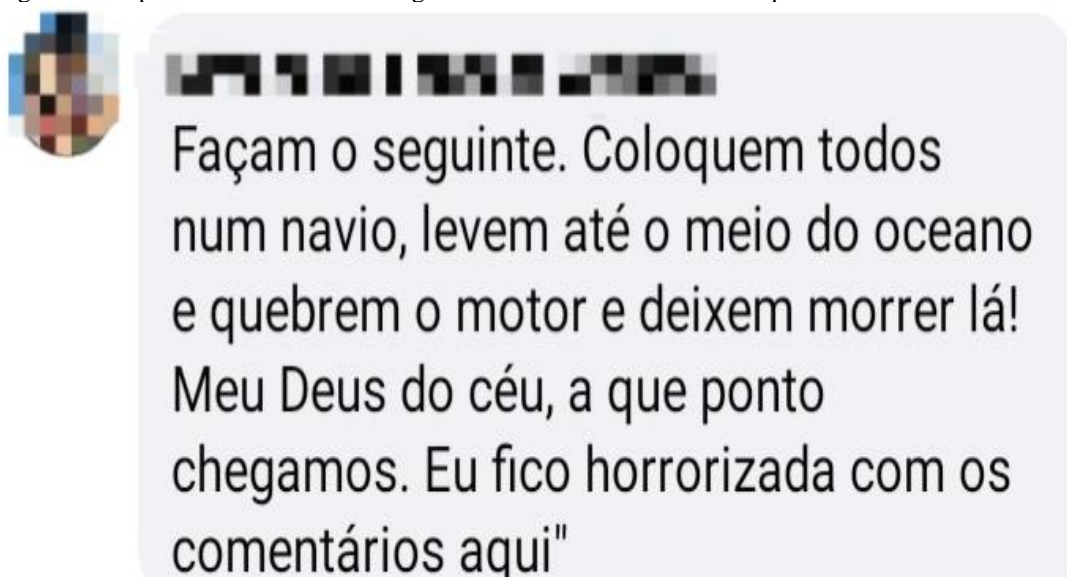
[...] quando os haitianos começaram a chegar na cidade a gente procurou essa aproximação, já ciente dos problemas que a cidade traz pela colonização ítalo-germânica, pela questão cultural e uma série de aspectos que nós já imaginávamos que fosse acontecer e não foi diferente. Nós como brasileiros já sofremos o preconceito racial aqui na cidade e os haitianos sofrem isso de uma maneira dupla: por serem estrangeiros e por serem negros. (Ary Barreiros, Professor Mestre em Direito Internacional e Presidente da NIARA - Organização Negra de Concórdia. Entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 06 de novembro de 2019).

Assim, por meio dos relatos de haitianos e de comentários de concordienses, em redes sociais e canais de notícias do município, pudemos perceber que pessoas de Concórdia<sup>24</sup> entendem que o fato de esses haitianos terem sido demitidos, revela uma condição de não serem bons trabalhadores, pois, caso o fossem estariam, ainda, trabalhando na mesma empresa que os empregou: “Manda eles de volta não deveriam nem ter saído de lá, se fossem bom como falavam estavam ainda com a sua vaga na brf” (Comentário extraído de rede social do município de Concórdia).

Para outros, o fato de a demissão e de eles [haitianos] não se colocarem novamente e rapidamente no mercado de trabalho reflete uma condição de não interesse pela busca a um novo serviço, e em um gasto de impostos com estrangeiros em detrimento dos brasileiros: “pagamos impostos para eles serem beneficiados” (Comentário de rede social, canal de notícias de Concórdia).

Muitos comentários foram apagados pela página ou pelo usuário, após a repercussão negativa. Todavia, observamos que alguns concordienses fizeram duras críticas ao preconceito escancarado por alguns, nas redes sociais:

Imagem 18 - Opinião de concordiense registrada em rede social do município



Fonte: comentário extraído de rede social de Concórdia

Pelo texto entende-se que um haitiano ou haitiana ao ser demitido(a) do seu emprego, não encontra um novo emprego, na cidade, com tanta rapidez e, em alguns casos, o imigrante precisa tentar a sorte em outros municípios ou até mesmo acaba

<sup>24</sup> No plural porque uma pessoa escreveu o comentário, porém, outras pessoas curtiram ou ratificaram o comentário.

necessitando, por algum tempo, da assistência social para se manter por um período. Este fato acaba gerando revolta e, comentários pejorativos, a esse público, conforme observamos em redes sociais e em alguns canais de notícia, veiculados à internet, na cidade de Concórdia.

Neste sentido, passamos a rastrear redes sociais e canais de notícias, a fim de verificar como se deram os comentários de brasileiros, residentes em Concórdia, em notícias ou compartilhamentos, que tinham como destaque as práticas de assistencialismo social, por parte da Prefeitura de Concórdia ao público imigrante haitiano.

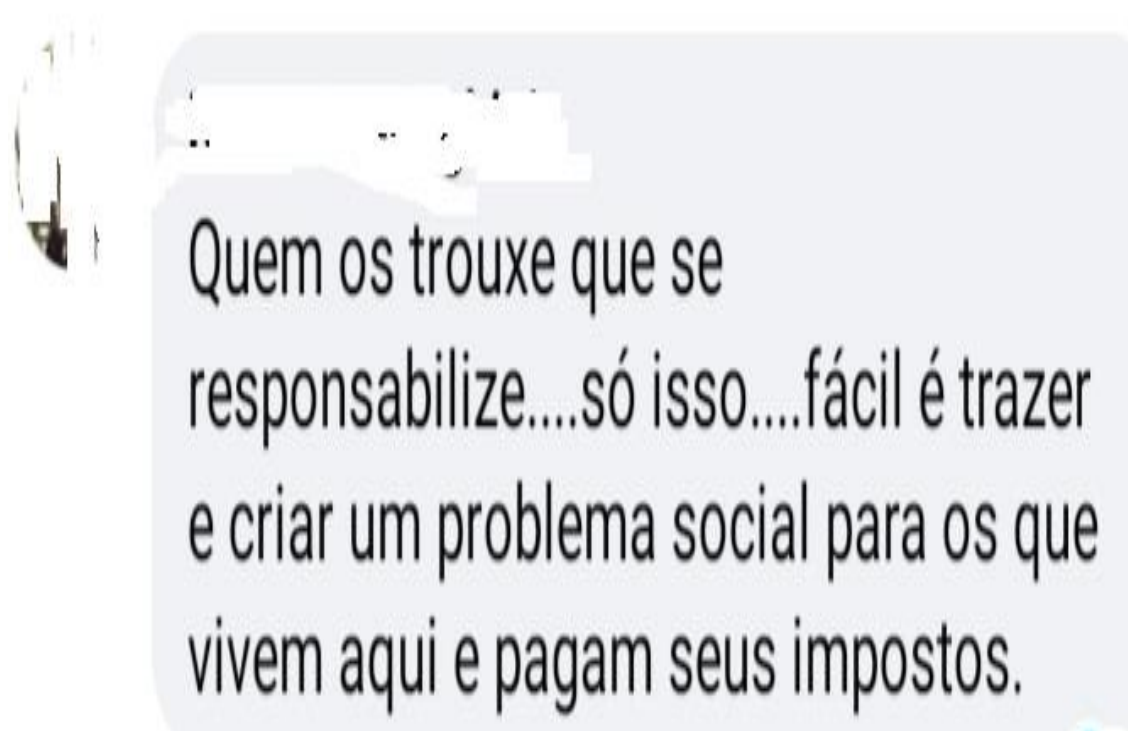
Imagem 19 – Levantamento de ONG sobre as dificuldades de haitianos em Concórdia



Canal de Notícia Rádio Rural AM – 840 Concórdia

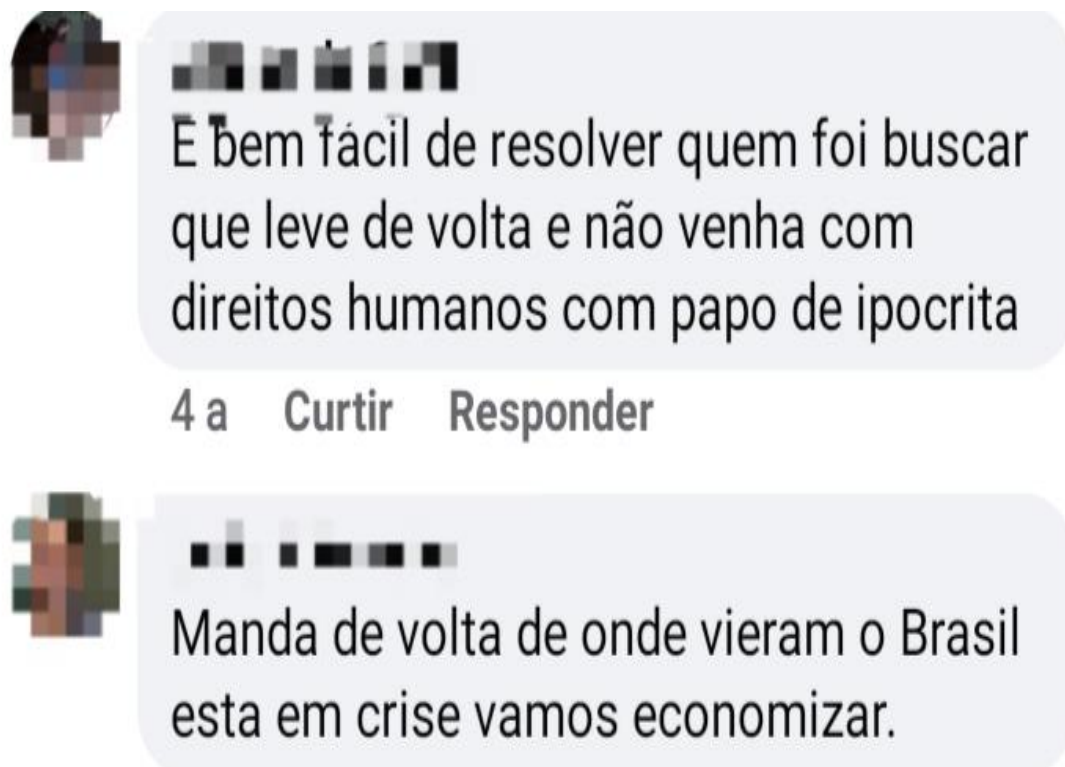
Percebemos, com isso, que as opiniões de moradores de Concórdia, em redes sociais, seguiam um certo padrão, e os comentários se dividiam entre quem achava melhor mandar que haitianos demitidos voltassem “pela mesma estrada que vieram” (Comentário extraído de rede social em canais de notícia de Concórdia), e entre quem preferia responsabilizar as empresas que foram buscar os haitianos e os demitiram:

Imagem 20 - Opinião de concordiense registrada em rede social do município



Fonte: comentário extraído de rede social de Concórdia

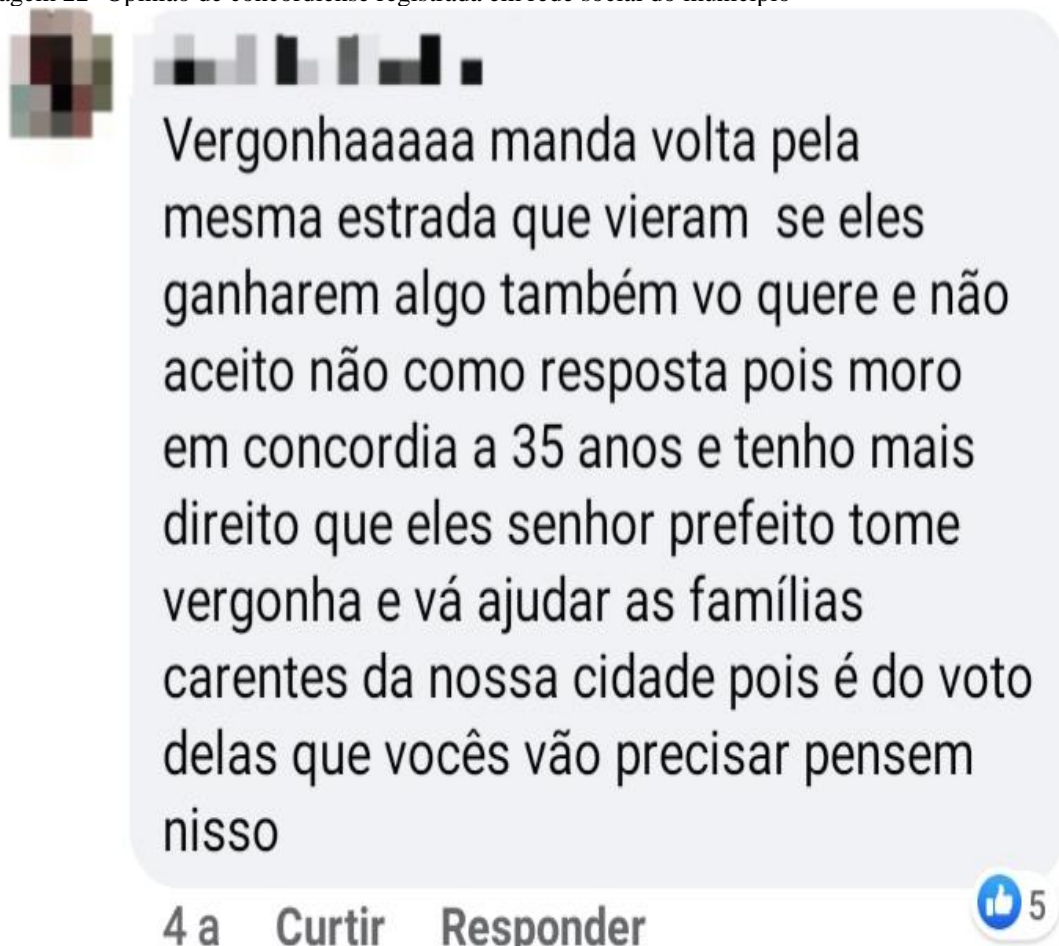
Imagem 21 - Opinião de concordiense registrada em rede social do município



Fonte: comentário extraído de rede social de Concórdia

Outros, ainda, não aceitam de forma alguma que algo seja dado ou doado pela prefeitura do município aos haitianos, sem que ele/ela também fosse contemplado(a), motivado(a), puramente por ser brasileiro(a), pagador(a) de impostos, e por residir há muitos anos na cidade:

Imagem 22- Opinião de concordiense registrada em rede social do município



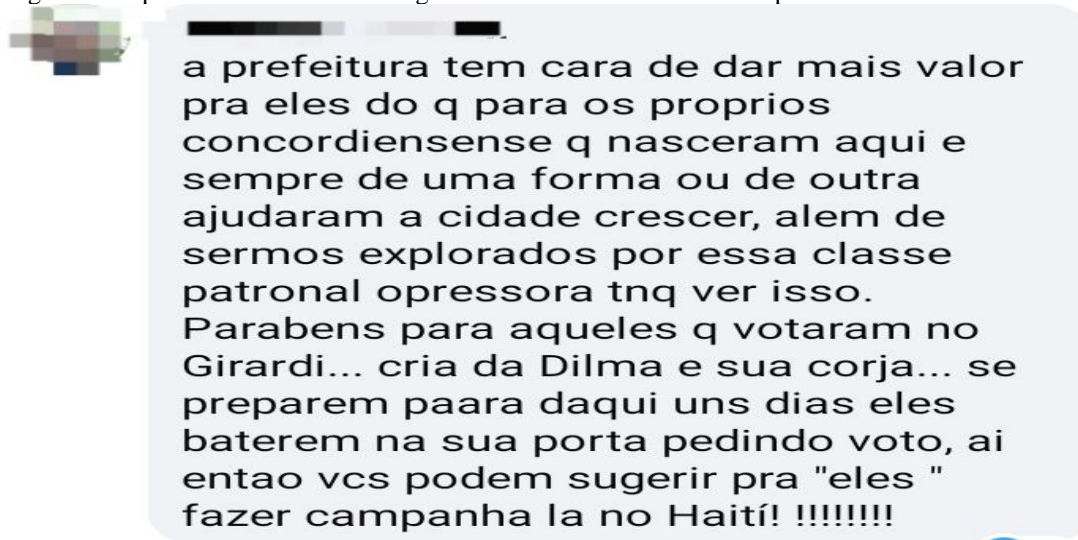
Comentário retirado de rede social

Também pelo levantamento que realizamos, em redes sociais, encontramos diversos comentários de cunho preconceituoso, a maioria dessas insinuações teve como motivação o trabalho e o assistencialismo municipal, atuando em favor dos imigrantes haitianos. Em vários momentos, a discussão girou em torno dos concordienses [brasileiros] serem merecedores ou terem mais direito ao trabalho e ao assistencialismo por serem brasileiros natos.

Neste sentido, a xenofobia norteou o entendimento de algumas pessoas que se posicionaram nas redes sociais, acerca do auxílio e do assistencialismo social aos imigrantes haitianos, por parte da prefeitura do município de Concórdia:



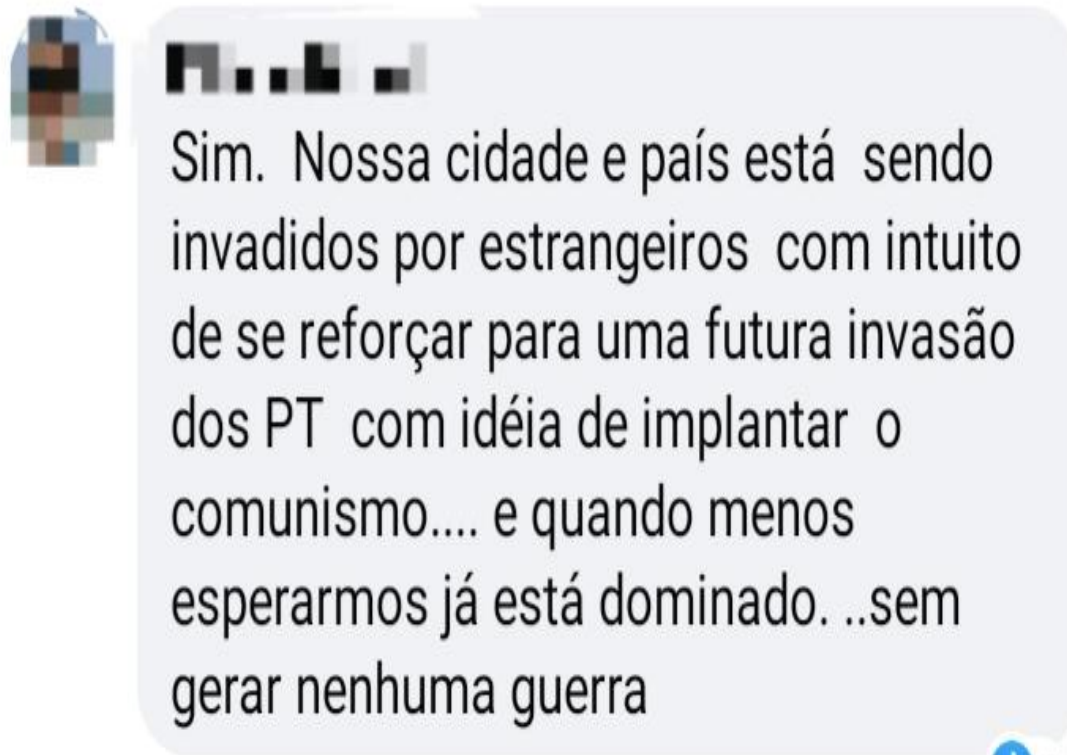
Imagem 23- Opinião de concordiense registrada em rede social do município



Fonte: Comentário extraído de redes sociais da cidade de Concórdia.

Noutros momentos, a condição de trabalho e assistencialismo se mistura com a questão eleitoral. Para alguns<sup>25</sup>, a chegada dos primeiros haitianos, no país, e em Concórdia, através da facilitação da entrada dos imigrantes haitianos pelo Governo de Dilma Rouseff (PT), foi uma estratégia do governo para um possível golpe comunista:

Imagem 24- Opinião de concordiense registrada em rede social do município



Fonte: Comentário extraído de redes sociais da cidade de Concórdia.

<sup>25</sup> Os comentários colhidos não são todos da mesma data, mas todos seguem o mesmo enfoque e a mesma motivação: trabalho e a falta dele, necessidade de assistencialismo e as questões políticas.

Percebemos que, em muitos casos, o preconceito não é abertamente declarado, nos comentários, mas existe uma tentativa [mesmo que velada] de buscar uma exclusão do outro, utilizando-se de mecanismos preconceituosos e se revestindo de um nacionalismo extremo que exclui e culpa tudo e todos que não pertencem ao sistema: nós e os outros.

Por isso, chegamos até o imigrante haitiano, Gandhi Joseph, que se ofereceu para contribuir com esta pesquisa, vindo até nós: Gandhi, 24 anos, ensino médio completo, professor de línguas na Fisk Concórdia, postou um vídeo, em sua rede social, em que ele denuncia a forma desigual de tratamento entre haitianos e brasileiros, residentes em Concórdia, no momento de buscar uma vaga de emprego. Em seu vídeo intitulado ‘Sofri Racismo – Até para ser motorista de aplicativo precisa ser branco’ ele e sua esposa Sulamita denunciaram a forma de tratamento desigual, adotada por uma empresa de motoristas de aplicativo da cidade, entre ele [haitiano] e um brasileiro, seu amigo que o ajudou nesse experimento.

Gandhi destacou que sofreu “um preconceito com um aplicativo de motoristas que tem aqui na cidade [de Concórdia] que se chama Guri, é um aplicativo que nem o Uber, que nem o Garupa” (Gandhi Joseph, vídeo disponibilizado no youtube e no canal ‘Sulamita e Gandhi’ no aplicativo facebook). Disse-nos, ainda, que buscava conseguir uma renda extra, uma vez que atua como professor de línguas, na cidade de Concórdia, e tem um tempo vago, em que poderia trabalhar como motorista de aplicativo:

[...] então eu chamei o pessoal do Guri porque eles tinham postado e tem o número deles lá na página do face para entrar em contato daí eu entrei em contato falando bom dia [...] falei bom dia, tudo bem? Ele me respondeu bom dia, então eu falei que queria ser motorista e perguntei o que precisa para ser motorista de Guri? Ele me respondeu responsabilidade, cordialidade, respeito e um bom carro. Então eu respondi que tenho tudo isso. (Gandhi, Joseph, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 08 de setembro de 2020).

Após isso, Gandhi relatou ter perguntado sobre quais documentos eram necessários, mas que a pessoa não respondeu a sua pergunta e quis saber qual o carro que ele tinha: “eu disse que tenho um Nissan Tiida 2012 e mandei a foto do meu carro também. Talvez ele não soubesse que tipo de carro que era por isso eu mandei a foto. Novamente ele quis saber qual o ano do meu carro, mas eu já tinha falado” (Gandhi,



Joseph, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 08 de setembro de 2020). Após ter repetido o ano do seu carro foi perguntado sobre o seu nome

[...] e após eu ter falado o meu nome ele me falou hoje estou trabalhando com frota mais nova, com carro mais novo, então eu perguntei qual o ano que vocês trabalham, ele me respondeu 2018 acima. Eu achei isso muito absurdo porque até o Uber que é internacional não trabalha com carros de 2018, eles trabalham com carros novos, mas também com carros mais velhos, por isso tem a classificação. (Gandhi Joseph, vídeo disponibilizado no youtube e no canal ‘Sulamita e Gandhi’ no aplicativo facebook).

Gandhi acredita que foi, nesse momento, que começaram as formas desiguais de tratamento e preconceito por conta da pessoa, provavelmente, por ter associado o seu nome ao público negro haitiano, uma vez que ele diz já ter visto vários carros mais velhos, trabalhando para a Empresa Guri, na cidade de Concórdia.

Para ver bem certinho o que ele quis dizer eu falei, ah tudo bem, meu pai tem uma Honda Civic 2018 eu trabalharei com ele e perguntei tem como? Mas ele leu e não respondeu. Então eu falei uma resposta, por favor? Ele leu e não deu bola para a minha mensagem. Neste dia eu fiquei tão triste, tão chateado com isso porque já deu para ver que não era o carro que ele não queria, mas ele não queria a pessoa. (Gandhi Joseph, vídeo disponibilizado no youtube e no canal ‘Sulamita e Gandhi’ no aplicativo facebook).

Após o ocorrido, comentou ter ficado muito triste, mas resolveu fazer um teste para ver se a pessoa agiu por preconceito ou má fé. Por isso, resolveu chamar novamente com outro número, utilizando a foto de um amigo seu, que é brasileiro, e utilizando o nome fictício de Ramon. Segundo Gandhi a diferença de tratamento foi enorme, o que o faz pensar que o nome e a foto do perfil de uma pessoa branca foram os responsáveis pela mudança de tratamento, uma vez que a pessoa sequer pediu o ano do carro que ele, [Ramon] tinha:

Então ele falou me dá uns dias, você será o meu próximo da lista. Para ver se ele agiu com preconceito comigo a gente falou, o carro pode ser de qualquer cor? O meu é um Oxix prata, ano 2013. Ele me respondeu: não ah problema. Então eu falei que bom e que ia ficar no aguardo e agradei a consideração. (Gandhi Joseph, vídeo disponibilizado no youtube e no canal ‘Sulamita e Gandhi’ no aplicativo facebook).

Gandhi e sua esposa, Sulamita, ainda buscaram fazer um novo teste, na intenção de realmente comprovar que sofreram preconceito racial, movido pela condição da cor de pele e por serem imigrantes haitianos. Para isso, convidaram o irmão de Sulamita, que também é haitiano, para que ele chamasse a empresa Guri, na intenção de buscar uma vaga de trabalho:

Para confirmar, para terminar, para a gente ver que ele realmente agiu de preconceito e que não foi por um acaso e que ele realmente agiu de preconceito e não tem outra palavra, é racismo mesmo, racismo, a gente que meu irmão, outro negro, para chamar ele [empresa Guri], mas ele também deu um passa fora e falou que não podia falando que a equipe já tava completa. (Sulamita e Gandhi, vídeo disponibilizado no youtube e no canal ‘Sulamita e Gandhi’ no aplicativo facebook)

Imagem 25 – Troca de mensagens entre Gandhi e a empresa Guri de Concórdia



Fonte: Gandhi Joseph

Na imagem 25, observamos duas conversas: na primeira, uma troca de conversas entre o depoente Gandhi Joseph e a empresa Guri de Concórdia e, na segunda imagem, uma conversa entre o brasileiro [branco], amigo de Gandhi, e a empresa Guri de Concórdia. É nítido que existe diferença de tratamento, nas conversas, uma vez que, enquanto, na primeira conversa, com o imigrante haitiano, a empresa, após perguntar o nome diz trabalhar apenas com frotas, de 2018 acima, na segunda conversa, com o brasileiro, a empresa diz não existir problema no fato de o carro ser do ano de 2013.

Para Gandhi e sua esposa, não existe outra explicação e não há outra palavra, ele [Gandhi] sofreu uma prática de racismo por parte da empresa Guri de Concórdia, tendo como única motivação a cor de sua pele e a questão de ele ser um imigrante haitiano, que vive em uma cidade “com muitas pessoas boas, com muitas pessoas legais, mas é uma cidade em que 80%, para não dizer 90%, da população é preconceituosa, são racistas.” (Gandhi, Joseph, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 08 de setembro de 2020).

### 3.3 – “Eu moro em um porão, há 5 anos” – Moradias de haitianos em Concórdia

Durante as entrevistas com os imigrantes haitianos, residentes no município de Concórdia, observamos que muitos deles, em vários momentos, relataram dificuldades de encontrar boas casas para morar, com um aluguel justo, e que pudessem, de alguma forma, ter algum conforto ou privacidade em família.

Deste modo, observamos que uma parcela muito grande deles residem em casas sem qualquer tipo de conforto, em porões de casas de brasileiros, dividem o aluguel de uma casa pequena com muitas pessoas [seis, às vezes sete pessoas] e, na maioria das vezes, o espaço geográfico da cidade, destinado a esse público, são os morros da cidade ou bairros industriais.

Imagem 26 – Vista do Bairro das Nações em Concórdia/SC



Foto tirada por Leanderson Cristiano Voznei em 20 de fevereiro de 2020.

Ao analisarmos o cenário, em que alguns haitianos residem, podemos perceber que existe um contraste entre a riqueza [ou a representação dela] com prédios, casas maiores com dois andares, e, do outro lado, vemos a pobreza, pequenas casas e

residências sem conforto, quase sempre em madeira e nos locais mais altos da cidade: morros.

Imagem 27 – Vista do Bairro das Nações em Concórdia/SC



Foto tirada por Leanderson Cristiano Voznei em 20 de fevereiro de 2020.

Citando os contrastes e falando, especificamente, do Bairro das Nações, verificamos que o bairro, em si, é muito bonito, possui comércios e um jornal escrito, localizado em um dos acessos ao bairro. No entanto, existe uma área do bairro mais elevada, sendo, nesta região, um morro da cidade e, em uma casa de madeira, que malmente se vê o telhado [por conta de ser uma casa mais baixa que o nível da rua] que reside o depoente Erod.

Durante a conversa com ele, notamos que estava muito desconfortável com o local em que residia e com o seu vizinho [brasileiro], que, segundo ele, o teria agredido e até o ameaçado com uma arma de fogo. Na ocasião, Erod nos disse que registrou um boletim de ocorrência:

Relata que seu vizinho Victor, no dia de hoje, lhe ameaçou de morte, que o mesmo não soube informar o motivo para tal ameaça. Que em outro momento este mesmo vizinho lhe agrediu e falou que se o relatante chamasse a polícia ele ia morrer. (Boletim de Ocorrência – PM-SC, Protocolo 4885899 de 06 de agosto de 2019).



Dessa maneira, constatamos que a casa, em que Erod reside [e que ele divide com mais duas pessoas], fica muito próxima à casa do seu vizinho brasileiro, que o teria agredido. E, não há delimitação entre os terrenos, algo que poderia diminuir ou até mesmo evitar maiores atritos. Erod nos disse não saber o porquê das agressões que sofreu de seu vizinho, mas que ele [vizinho] não gosta de Erod por conta de ele ser negro e haitiano.

Imagem 28 – Fotografia da parte externa da residência de haitiano em Concórdia/SC



Fonte: Fotografia enviada pelo imigrante haitiano Erod

Notadamente, podemos perceber que a casa, em que Erod reside, também está bem abaixo do nível da rua e, como mencionado anteriormente, bastante próxima às demais casas dos vizinhos, não contando com uma delimitação entre os terrenos. Deste modo, no dia em que realizávamos a entrevista, ele pediu para que falássemos mais baixo porque o vizinho, que o agrediu, estava em casa e armado: “Ele tem, ele tem” (Erod, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei, novembro de 2019), reforçou Erod, fazendo sinal de arma com a mão.

Diante do exposto, perguntamos a ele se pensava em se mudar, residir em outro lugar, outro bairro, ele nos respondeu: “Não tenho dinheiro para sair em outro local. Eu vou arrumando a casa e vejo, ele guarda lá embaixo, eu vi. Tem dois revólveres, um grande e outro pequenino” (Erod, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei, novembro de 2019).

Encontramos situação similar, ao falar com o imigrante haitiano, Wilner, acerca do cotidiano dele na cidade, e das moradias disponibilizadas aos haitianos. Wilner revelou que a maioria dos haitianos, que residem em Concórdia, e com quem ele teve contato [por conta de ter atuado durante muito tempo como tradutor da BRF/Concórdia], “residem em casas ruins” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 11 de agosto de 2020).

Segundo Wilner, as melhores casas da cidade, e que estão para alugar, só são alugadas por imobiliárias: “aqui em Concórdia, filho, funciona assim, para você conseguir uma casa boa você precisa de avalista, entendeu? Todas as casas está em imobiliária. A minha casa é um porão.” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 02 de julho de 2020). Disse que reside em um porão, no Bairro industrial de Concórdia e, apesar da proximidade com o seu antigo local de trabalho, não procurou morar nesse local por ser próximo ao seu emprego, mas, sim, por não ter conseguido encontrar uma casa melhor para morar, porque as melhores casas só são alugadas por meio de imobiliárias da cidade e estas pedem um fiador/avalista brasileiro para que assinem por eles.

Disse-nos, ainda, que as poucas casas boas da cidade, que não estão em imobiliárias, não são alugadas para haitianos: “se eles disser que a casa custa tanto e eu disser que tenho o dinheiro eles aumenta o valor ou criam uma nova desculpa” (Wilner Paul, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 19 de agosto de 2020).

A situação destacada pelo imigrante Wilner, também foi corroborada pelo imigrante Venel, que informou residir em um porão, no Bairro Industrial de Concórdia, há pelo menos cinco anos. Segundo ele, por não ter encontrado ainda um lugar melhor. Sua residência [que ele divide com sua esposa e dois filhos] é um porão de casa no bairro industrial de Concórdia: “Eu moro em um porão, não tenho liberdade como vocês ai tem liberdade, alugou uma casa pode fazer tudo o que você quiser, entendeu?” (Venel Sauveur, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 21 de agosto de 2020).

Imagem 29 – Porão em que reside haitiano em Concórdia/SC



Fonte: Fotografia enviada por Wilner Paul.

Eu moro em um porão. Casa boa eles não facilita pra nós alugar, entendeu? Porque eles colocam um valor muito alto, entendeu? Eles pensa que você não vai conseguir alugar, sabe? E se você disser que tem o valor que eles pedem então eles dizem, ah então vai precisar de um brasileiro avalista para assinar por você (Wilner, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 19 de agosto de 2020).

No porão, em que Wilner reside com sua esposa e filhos, um espaço bastante pequeno, existe um espaço que está ocupado com materiais e ferramentas do dono da casa, o qual reside na parte de cima do porão: “o dono da casa mora em cima e lá dentro desse porão têm as coisas do dono da casa daí faz tempo que eu peço pra ele tirar, mas não quer, não quer tirar e se não tiver bom, vai embora, entendeu?” (Venel Sauveur, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 21 de agosto de 2020).



Venel expôs que já solicitou ao dono da casa que retirasse os seus materiais, para que pudesse utilizar todo o espaço do porão que ele alugou, e paga, mensalmente. No entanto, o dono teria se recusado e dito a Venel que se ele não gostasse poderia ir embora e retirar suas coisas do porão.

Venel nos disse que procurou saber quem morava neste porão antes dele, e descobriu que era um brasileiro: “quando era um brasileiro não tinha as coisas do dono lá dentro, ai quando é eu, ai tem” (Venel Sauveur, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 21 de agosto de 2020). Ainda, segundo Venel, ele enfrenta vários problemas na casa em que reside, principalmente, porque como o dono tem várias coisas dentro do porão em que ele reside, quando ele sai trabalhar, o dono entra em sua casa: “quando eu sai pra trabalhar, o dono da casa tem a chave reserva e entra dentro da minha casa. O vizinho vê e fala pra mim. Todo dia, todo dia. Sai o dono da casa sempre entra lá dentro da casa” (Venel Sauveur, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 21 de agosto de 2020).

Imagem 30 – Porão em que reside imigrante haitiano em Concórdia-SC



Fonte: Fotografia enviada por imigrante haitiano.



Venel ainda nos disse que o porão é de madeira e que paga aluguel, luz e água, mas enfrenta problemas, na casa em que mora, porque a esposa do dono da casa não deixa ele sequer utilizar a mangueira, que ele comprou, para lavar a calçada, e que existem várias regras que definem o que ele pode e o que não pode fazer:

[...] um dia no aniversário do meu filho eu lavei a casa, deixei bem bonitinho e convidei os amigos para vim participar da festa do meu filho que tem dois anos e nasceu aqui em Concórdia, comprei o produto para lavar dentro do porão, nisso o dono da casa desceu e falou que o cheiro do produto é ruim, joga fora isso aí, joga fora, eu não quero sentir esse cheiro mais. (VenelSauveur, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 21 de agosto de 2020).

Afirmou que não tem liberdade dentro da própria casa, que não pode sequer limpar sua casa com o produto de limpeza, que ele gosta, porque o dono não deixa. Também não pode ter intimidade, pois o dono sempre está dentro de sua casa. Não pode falar com sua esposa porque o dono escuta, “ouvir som dentro da casa e baixinho, nem pensar, é madeira, entendeu? Ele desce, abre a porta sem autorização e entra, pede para abaixar volumes do computador ou falar baixo” (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 21 de agosto de 2020).

Venel é Presidente da Associação dos Haitianos (ACHACOP) e nos informou que não é só ele que passa por esses problemas, em Concórdia. Segundo ele, existem muitos haitianos que residem em porões de casas, e, que a maioria deles aprenderam a conviver com os problemas por terem medo de reclamar e serem mandados embora da casa em que residem, sem conseguir encontrar outra moradia:

Não é só eu que mora no porão de casa aqui em Concórdia, tem bastante haitiano que ta sofrendo com isso também, mas o que é que eu vou fazer? Nada. Porque não tem parente aqui, não tenho família aqui, não tenho casa aqui e se ele [dono] me mandar embora, me mandar sair da casa agora aonde que eu vou morar? Não conheço ninguém daí é problema, né? Bem difícil, então eu fico quieto, tranquilo, como um escravo, entendeu? Como um escravo! (Venel, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 21 de agosto de 2020).

Venel finalizou dizendo que ele e outros haitianos sempre estão à procura de uma nova casa, mas que existem pelo menos dois grandes problemas que todo haitiano enfrenta, quando quer alugar casa em Concórdia: preconceito do brasileiro em não querer alugar para um haitiano e a impossibilidade de alugar boas casas por estas estarem em imobiliárias e necessitarem da assinatura de um brasileiro como fiador/avalista.

A situação elencada pelo imigrante haitiano Venel, foi corroborada pelo imigrante haitiano Dieumira Honorat, de 38 anos, ensino fundamental completo, marceneiro. Segundo ele, existem vários problemas em Concórdia, mas “os piores são racismo, dificuldade de conseguir emprego e de conseguir uma casa boa” (Dieumira, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 14 de setembro de 2020). Dieumira reside em um porão, no Bairro Itaíba, em Concórdia/SC, com mais 07 pessoas: “eu tem irmão, tenho dois filhos aqui, tem outro, dois primos mais dois amigos que moram todos juntos aqui em casa” (Dieumira, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 14 de setembro de 2020).

Imagem 31 – Porão em que reside imigrante haitiano em Concórdia-SC



Fonte: Fotografia enviada por DieumiraHonorat

Segundo ele é muito difícil residir em um porão tão pequeno e com tanta gente, mas eles não têm outra possibilidade, uma vez que dos oito que residem com ele “apenas dois trabalham e as casas maiores são mais caras ou eles não alugam para nós” (Dieumira, entrevista concedida a Leanderson Cristiano Voznei em 14 de setembro de 2020). É possível verificar que o local é bastante pequeno, com dificuldade de acesso e que na entrada do porão foi improvisado varais para secagem de roupas ao sol (imagem

31). Isto se deve ao fato de o porão ser bastante escuro e sem ventilação o que maximiza o surgimento de doenças e dificulta a manutenção e higienização do local.

Ainda, neste sentido, vale lembrar que vivemos uma pandemia de coronavírus, e que as autoridades sanitárias pedem atenção à saúde coletiva e afastamento social. Verificamos, com isso, que muitos haitianos foram dispensados para ficar em casa, em isolamento social ou em tratamento, por terem contraído o vírus COVID-19. No entanto, seria possível se afastar socialmente de outras pessoas e, ao mesmo tempo, viver e conviver com até oito pessoas em um mesmo porão? Seria possível não se contaminar ou não contaminar alguém por estar trabalhando em um frigorífico que virou polo de contaminação e disseminação da COVID-19?

A resposta nos parece óbvia. Sem os mínimos cuidados, é impossível manter a saúde individual e, muito menos, a saúde coletiva. E, ainda, acerca da questão saúde haitiana, pudemos perceber que o Ministério Público do Trabalho (MPT) já abriu Inquérito Civil (IC), nas unidades da BRF de Capizal e de Herval D'Oeste, ambas em Santa Catarina, para investigar descasos com a saúde de trabalhadores haitianos, diferenças de tratamento e, até mesmo, desentendimentos e agressões físicas entre brasileiros e haitianos. E, no caso específico de Concórdia, existe um Inquérito Civil (IC), para investigar um surto e disseminação de COVID-19<sup>26</sup>, na BRF.

### **3.4 - Haitianos em Concórdia: a saúde imigrante em plena pandemia**

Conforme destacado anteriormente, muitos haitianos nos relataram que residem em porões de casas de brasileiros ou em casas de madeira, em locais distantes da cidade ou mais próximos aos seus respectivos locais de trabalho. Muitos ainda nos relataram que trabalham ou alguém da família trabalha na BRF/Concórdia. Deste modo, conseguimos compreender que existe uma relação muito forte entre o trabalho, a

---

<sup>26</sup> COVID-19 - Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, a maioria (cerca de 80%) dos pacientes com COVID-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (poucos sintomas), e aproximadamente 20% dos casos detectados requer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória, dos quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório. Fonte: Ministério da Saúde.

moradia e a saúde e que, na maioria das vezes, o cotidiano dos imigrantes haitianos, em Concórdia, são recheados, quase que em sua totalidade, por esta tríplice relação.

No tocante à saúde imigrante, em plena pandemia de coronavírus, novamente a tríplice relação [emprego, saúde e moradia] tem ocupado papel principal, tanto no cenário individual e coletivo imigrante quanto no cenário dos órgãos de saúde e de fiscalização da saúde e do trabalho. Assim, com a crescente contaminação de coronavírus, na Unidade da BRF de Concórdia, o Ministério Público do Trabalho (MPT) de Santa Catarina, por meio da Portaria 61/2020, abriu Inquérito Civil (IC), para investigar o surto de coronavírus, no frigorífico da BRF, em Concórdia.

No despacho, encaminhado pelo MPT, os procuradores registraram que existe um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado com a BRF, em âmbito nacional, e, nesse cenário, não houve avanços nas negociações, além disso, também registraram “que os casos de COVID-19 na planta industrial da empresa BRF em Concórdia têm aumentado muito” (Despacho de Notícia Fato, Ministério Público do Trabalho – PTM de Joaçaba), razão pela qual o devido IC foi instaurado:

OBJETO: TEMAS: 01.01.07. - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho, 10.01. - COVID-19 (Coronavírus) FATOS A SEREM INVESTIGADOS: Surto de COVID-19 na unidade industrial da empresa BRF no Município de Concórdia. (Portaria 61/2020 do Ministério Público do Trabalho – PTM de Joaçaba/SC).

Em 11 de maio de 2020, aconteceu a primeira reunião, remota, entre o MPT e os representantes da BRF/Concórdia. A empresa disse ao MPT que o “cenário é catastrófico” (Ata de videoconferência no âmbito da IC 000456.2020.12.000/0 e do IC 000095.2020.12.004/2) e que testa os trabalhadores sintomáticos, e sugeriu reduzir a produção para 40% de sua capacidade na unidade de Concórdia. A resposta do MPT foi “que a unidade de Concórdia é a que mais preocupa o MPT; que a proposta é tímida” (Ata de videoconferência no âmbito da IC 000456.2020.12.000/0 e do IC 000095.2020.12.004/2) e pediu efetividade da empresa, além da confecção de um controle epidemiológico.

Em 13 de maio de 2020, a BRF/Concórdia informou ao MPT que a empresa possui 5674 colaboradores, 1800 vinculados ao setor de abate e processamento de aves, 1084 colaboradores, no setor de abate e processamento de suínos, 1400 colaboradores,

no setor de processamento de industrializados, sendo que destes, 89 positivaram, para COVID-19, e 41 já estão recuperados (Ata de Audiência IC n.º 000095.2020.12.004/2)

Atualmente a unidade conta com 309 empregados afastados por enquadramento no grupo de risco, sendo 100 maiores de 60 anos, 105 trabalhadores com comorbidades e 104 gestantes. Entretanto, a empresa afirma que possui em torno de 630 trabalhadores afastados, no total, considerando trabalhadores afastados por síndrome gripal, suspeitos, confirmados e afastados na busca ativa (Ata de Audiência IC n.º 000095.2020.12.004/2)

A empresa firmou novo acordo com o MPT para adoção de medidas de prevenção e de contenção da COVID-19, na unidade de Concórdia, dentre as adoções, orientadas pelo MPT, estão as de implantação imediatas e as de implantação permanente. As adoções que se referem às implantações imediatas, dizem respeito à higienização e sanitização completa do ambiente; à realização de testagem sorológica (IGG/IGM), associada ao teste molecular RT-PCR, conforme o caso, em todos os colaboradores; ao afastamento de colaboradores que testarem positivo ou que sejam sintomáticos e à redução do quantitativo de trabalhadores para 40% pelo prazo de 14 dias.

Já as adoções relativas a implantações permanentes, durante a pandemia, no âmbito da Unidade BRF de Concórdia, referem-se à confecção de anteparos físicos entre os postos de trabalho, do fornecimento de máscaras e equipamentos de proteção individual, da realização de busca ativa na empresa, a fim de rastrear possíveis colaboradores assintomáticos, da divulgação e comunicação aos colaboradores sobre as formas de prevenção e de cuidados com o novo coronavírus etc.

No dia 18 de maio de 2020, o MPT, juntamente com representantes do governo municipal de Concórdia, do Ministério Público do Estado e com representantes da BRF/Concórdia, tiveram uma nova reunião e, desta reunião, ficou acertado que, por determinação da Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, a empresa BRF/Concórdia deveria realizar testagem de todos os trabalhadores da unidade. Tal decisão se sustentou no entendimento de que a empresa estava com 144 casos confirmados de Coronavírus naquela data (Despacho do Procurador do Trabalho - PTM de JOAÇABA/SC, IC 000095.2020.12.004/2 de 18 de maio de 2020).

Já no dia 24 de maio de 2020, em nova reunião, desta vez presencial e, em Concórdia, “Foram apresentados pela Vigilância Sanitária os resultados das testagens rápidas, promovidas entre os dias 21 e 24/05/2020 - 341 positivos” (Despacho do Procurador do Trabalho - PTM de JOAÇABA/SC, IC 000095.2020.12.004/2 de 24 de maio de 2020). Um aumento de 136% no número de positivados com o novo coronavírus em menos de uma semana.

Buscamos contato com a BRF/Concórdia, para que pudéssemos verificar com exatidão o número correto de haitianos, colaboradores da BRF/Concórdia, que foram diagnosticados com a COVID-19, mas por conta da pandemia fomos limitados aos contatos telefônicos. Após muita insistência, conseguimos contato telefônico com uma pessoa que se identificou como Patrícia e pediu que enviássemos as perguntas via e-mail garantindo que as interrogações realizadas seriam todas respondidas. Após várias tentativas, via e-mail, a atendente (Patrícia) nos informou da negativa por parte da empresa. Segundo ela o setor de Recursos Humanos (RH) da empresa não obteve “autorização para divulgação das informações solicitadas, pela criticidade e teor sigiloso de alguns dados” (E-mail recebido do RH da empresa BRF/Concórdia em 07 de agosto de 2020). Após a negativa, tentamos novos contatos com a BRF/Concórdia, mas a empresa não retornou nossos e-mails e contatos.

De igual modo, buscamos comunicação com a Secretária de Saúde do Município de Concórdia, por meio do senhor Giovani Bedin, Secretário de Saúde do Município. Ele solicitou que oficializássemos o pedido, via e-mail, mas, após ter recebido o nosso e-mail, fomos informados, também, via e-mail, que não seria possível atender ao nosso pedido, tendo em vista o atual “cenário de pandemia, e as demandas existentes” (E-mail recebido da Secretária de Saúde de Concórdia em 04 de agosto de 2020). Ainda, nesse e-mail, fomos orientados a entrar em contato com a Assistência Social do Município de Concórdia.

Em contato com a Assistência Social do Município de Concórdia, a Assistente Social Simone Dalbello, informou-nos que não existe, na cidade, um projeto que atue, especificamente, na causa imigrante, mas que o município tem conhecimento da necessidade de implementar projetos que atuem na causa imigrante. Simone relatou que, no tocante aos imigrantes, todos têm acesso ao assistencialismo social, porém, cada um deles precisa vir ao encontro da assistência social, para que as soluções possam ser

pensadas e postas em prática. Quanto à saúde imigrante, disse-nos Simone que a assistência social do município não atende essas demandas, sendo, portanto, de caráter único e exclusivo da Secretaria de Saúde do Município.

Deste modo, não encontramos dos órgãos competentes o apoio e o respeito à pesquisa acadêmica e, sendo assim, não poderemos considerar, com exatidão, o número correto de imigrantes haitianos que foram contaminados com o novo coronavírus. Uma vez que, após muita insistência, recebemos um e-mail da Secretaria de Saúde do Município, divulgando apenas o número total de infectados do município: 2882 infectados e 21 óbitos. No entanto, notadamente, neste altíssimo número também existem brasileiros, não sendo, portanto, possível precisar qual o número correto de haitianos infectados. Sabemos, todavia, que existe um surto relevante de coronavírus, na indústria BRF de Concórdia, e que muitos colaboradores [brasileiros e haitianos] foram contaminados ou disseminaram o vírus dentro da empresa. Por esses motivos, a empresa foi autuada pela Vigilância Sanitária de Santa Catarina e orientada a implementar mudanças e trabalhar com eficiência, na busca ativa por colaboradores positivados.

Ainda, acerca dos fatos que envolvem a saúde dos imigrantes, bem como as necessidades básicas de moradia digna, trabalho decente, e sem diferenciações entre brasileiros e imigrantes, existe o Projeto de Lei – PL nº 0464.7/2019 - do Deputado Estadual de Santa Catarina, Fabiano da Luz, em tramitação, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), que visa instituir a Política Estadual para a População Migrante em todo o território catarinense.

O citado PL, destaca como princípios básicos da Política Estadual para a População Migrante o “Combate e prevenção à xenofobia, ao racismo, ao preconceito e a quaisquer formas de discriminação” (Inciso V, art 2º do PL 0464.7/2019), da mesma forma o “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e serviços sociais, bens públicos, serviços bancários, trabalho, à educação, assistência jurídica integral pública, moradia e seguridade social” (Inciso IX, art 2º do PL 0464.7/2019), e destaca a garantia e o direito à assistência social e o acesso à saúde como “ações prioritárias” (Inciso I e II do art 7º do PL 0464.7/2019).

Assim, por meio da representação política do estado de Santa Catarina, encontramos não só a comprovação, mas uma corroboração às informações levantadas e

destacadas neste trabalho: existe sim, em Santa Catarina e, por sua vez, em Concórdia, práticas preconceituosas, racistas e xenofóbicas, para com a população imigrante. Mas, existe, também, a necessidade de implementação de melhorias para a população imigrante, em áreas como trabalho, saúde, moradia, educação e assistencialismo social.



#### IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos o processo de recolonização da região oeste de Santa Catarina e neste contexto o processo de fundação e recolonização da região, hoje conhecida, como Concórdia. Aqui, citamos recolonização, porque entendemos que, nessas terras, existiam povos nativos, que já se utilizavam, inclusive da agricultura, há muito antes da chegada dos primeiros colonos descendentes de europeus. Atualmente, esses últimos são lembrados, na história e em nomes de ruas, como os únicos ou os desbravadores do sertão catarinense. Para nós, é necessário que se diga a que custo e como os recolonizadores abriram caminho ao progresso: “A ferro e fogo, o Alto Uruguai Catarinense ficou “limpo” para os imigrantes” (Ferreira, 1992, p. 80).

Com a extirpação dos povos nativos e, conseqüentemente, com o afastamento dos caboclos<sup>27</sup> brasileiros, em virtude, da Guerra do Contestado (1912-1916), abriu-se caminho para que as terras da região oeste catarinense fossem negociadas por grandes companhias colonizadoras, e recolonizadas, por povos colonos com descendência europeia. A paisagem se alterou, os trens passaram a cortar o oeste catarinense, o distrito de Concórdia foi fundado, no ano de 1927, mas algumas coisas insistem em se manter intactas e, o local e o espaço dispensado ao negro, certamente é uma dessas coisas.

Em Concórdia, pudemos verificar que o negro brasileiro ou afro-brasileiro já vive e convive, há muito tempo, com o racismo e o preconceito racial, dispensados por parte de uma parcela da população. E esse racismo, apenas se aflorou, ainda mais, após a chegada dos primeiros haitianos ao município, no ano de 2014<sup>28</sup>. Acreditamos que esse afloramento do racismo também se deve, não só a pigmentação da cor da pele do haitiano, que em muito se diferencia do próprio afro-brasileiro, por exemplo, mas sobretudo, pela própria condição de ser um imigrante, em um espaço e território que não é seu, e que causa estranhamento, constrangimento e reação, com base na xenofobia, consciente ou inconsciente, e se institucionaliza, nas bases culturais e legais hierarquizadas, ao longo do tempo.

---

<sup>27</sup> Assim chamado quando em comparação com o branco europeu.

<sup>28</sup> Há relatos que os primeiros haitianos passaram por Concórdia anos antes de 2014, mas não encontramos imigrantes que tivessem chegado ao município antes de 2014. Isto se deve a alta mobilidade que é característica desses imigrantes e, claro, às demandas de emprego em outras regiões.

Atualmente, existem cerca de mil e duzentos haitianos<sup>29</sup> que escolheram o município catarinense de Concórdia para viver, trabalhar, sonhar, estudar e constituir famílias. No entanto, pudemos verificar, pelos depoimentos dos imigrantes e, também, dos líderes e representantes de ONGs da cidade, que esses imigrantes enfrentam vários problemas no município, mas, que o racismo aliado à falta de apoio e assistencialismo social, por parte do governo municipal, são os seus maiores problemas.

Notadamente, não podemos deixar de citar que a empresa BRF S.A buscou haitianos, em outros estados e cidades brasileiras, para servirem de mão de obra na cidade de Concórdia, e que muitos desses haitianos foram dispensados de suas funções, após poucos meses de emprego na empresa. Há quem diga que existe um grande problema social, na cidade de Concórdia, criado pela própria empresa BRF S.A, quando do contrato e, posterior, dispensa dos haitianos o que ocasionou um aumento significativo do assistencialismo social do município.

Isto não deixa de ser verdade, mas também é verdadeiro o fato de que os primeiros haitianos chegaram ao município, há mais de 2 anos, e não nos parece pouco tempo, para que apenas entidades, não ligadas ao governo, como a ONG Niara e demais associações, atuem em prol da comunidade imigrante. Concluimos que faltam projetos, por parte do governo, com vistas ao público imigrante, e sobram problemas. Afinal, algo ficou bastante claro, o racismo que Concórdia ora evidencia é fruto dos resquícios do passado histórico do município e dos recolonizadores, que naturalizaram o discurso de segregação ao diferente, além é claro, do próprio sistema brasileiro que deu vez, voz e ação aos colonos descendentes de europeus, em detrimento aos pobres e afro-brasileiros.

Nós entendemos que foi pela omissão [inconsciente ou não] que o racismo se institucionalizou e se estruturou em uma parcela da sociedade concordiense que considerou chamar de caboclo, o próprio nacional brasileiro, de colonizador e desbravador, o branco europeizado e de gorila, o negro do Haiti. Aliás, neste sentido, a própria história de Concórdia nos mostra que o negro do passado e do presente tinha [e ainda tem] o seu espaço bem definido e, deste modo, as práticas racistas se apresentam,

---

<sup>29</sup> Não existe uma definição quanto ao número correto, primeiro por conta da alta mobilidade e segundo por conta da inexistência de projetos sociais por parte do governo municipal que contemplem este público.

sustentam-se e delimitam espaços sociais, econômicos e laborais. Assim sendo, compreendemos que o racismo e as práticas racistas, que verificamos ser estruturalizadas nas instituições de Concórdia, são, antes de tudo, parte de uma estrutura social que assume e multiplica o espaço reprodutor do complexo esquema de subordinação dos negros, antes mesmo da chegada dos primeiros haitianos.

Esta condição acaba por impactar não só no cenário moral ou físico do imigrante, mas também impacta o cenário social e moral, uma vez que o preconceito por ser estruturalizado se sustenta e se manifesta em várias áreas que atingem, direta ou indiretamente, o cotidiano do imigrante: o trabalho, a saúde e a moradia.

Na variante, trabalho, pudemos verificar que existem muitas reclamações de imigrantes haitianos, acerca da diferença de tratamento e salarial entre brasileiros e haitianos, que trabalham em uma mesma empresa e desempenham a mesma função. No entanto, existe uma grande dificuldade, por parte deles, [imigrantes], em fazer valer o seu direito ou colher e recolher provas que pudessem, de alguma forma, sustentar uma denúncia ou eventual ação ao Ministério Público. Entretanto, entendemos que essa dificuldade está atrelada à condição de subordinação dos negros como um todo, mas que se evidencia, com maior facilidade, no público haitiano, pela questão de desconhecimento dos seus direitos, receio de perseguição ou, até mesmo, por medo de adoecer, perder o seu emprego e não conseguir mais se alimentar, pagar aluguel e enviar remessas aos seus parentes, no Haiti. Assim, a subordinação acaba sendo o caminho mais viável e mais aceito ao público haitiano de Concórdia. É a história do passado e do presente de Concórdia se encontrando em pleno século XXI.

Por fim, acreditamos que, por meio deste trabalho de pesquisa, conseguimos atingir os objetivos propostos, e entendemos, também, que esta pesquisa não resolverá o problema do preconceito e do racismo tão impregnado em pessoas e instituições de Concórdia, mas, certamente, servirá de alento e de bases para a compreensão dos problemas, aqui expostos, e de novos que possam surgir, além, é claro, de possibilitar que os sujeitos anônimos da história (Portelli, 2016) pudessem ter vez e voz, diante desta escrita.

**V – FONTES**

**Ary Barreiros** - Entrevista concedida em novembro de 2019. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Bornot**, Entrevista concedida em novembro de 2019. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Bornot**, Entrevista concedida em dezembro de 2019. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Cleuder** - Entrevista concedida em setembro de 2019. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Dieumira** - Entrevista concedida em agosto de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Dieumira**- Entrevista concedida em setembro de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Erod** – Entrevista concedida em novembro de 2019. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Gandhi** - Entrevista concedida em agosto de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Gandhi** - Entrevista concedida em setembro de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Guitho**- Entrevista concedida em abril de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Guitho**- Entrevista concedida em setembro de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Millien** - Entrevista concedida em junho de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Millien** - Entrevista concedida em agosto de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Venel**- Entrevista concedida em outubro de 2019. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Thierry** - Entrevista concedida em outubro de 2019. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Wilner** - Entrevista concedida em maio de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

**Wilner** - Entrevista concedida em agosto de 2020. Entrevistador Leanderson Cristiano Voznei.

## VI – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. História. A arte de inventar o passado: ensaios de teoria da história. Bauru, Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.

Almeida, Silvio. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte, Letramento, 2018.

BORDIGNON, Sandra de Avila Farias; LANGOSKI, DeisemaraTuratti. GEIROSC – Grupo de estudos sobre imigrações para a região oeste de Santa Catarina: apoio e atendimento ao migrante. Seminário Internacional, Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, 2017, p. 1-18.

BORGES, Maria Eliza Linhares. História & Fotografia. 2 Ed., 1 Reimp – Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. Belo Horizonte, UFMG, CEDEPLAR, 2011.

BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos *Annales* 1929-1989 / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CAMPOS, Luiz Augusto. Racismo em três dimensões uma abordagem realista-crítica. RBCS, v. 32, n° 95, 2017.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Narrativas de imigrantes do passado e do presente: questões para pesquisa. In Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica, Salvador, v. 03, n. 07, p. 45-66, jan./abr. 2018

FERREIRA, Antenor Geraldo Zanetti. Concórdia: O rastro de sua história. Concórdia, FMC, 1992.

GELEDÊS, Instituto da Mulher Negra. ONU: racismo no Brasil é estrutural e institucionalizado. 2015. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/onu-racismo-no-brasil-e-estrutural-e-institucionalizado/>>. Acesso em 01 de abril de 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

JACCOUD, Luciana. A construção de uma política de promoção da igualdade racial: uma análise dos últimos 20 anos; Brasília, Ipea, 2009.

\_\_\_\_\_. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. THEODORO, Mário (Org), Brasília, Ipea, 2008.

JOSEPH, Handerson. A historicidade da (e)migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório. In Dossiê: Imigração Haitiana no Brasil: Estado das Artes, Periplos Revista de Investigación sobre Migraciones, Volume 01, Número 01, 2017.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

MACHADO, Cristina Buratto Gross. Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. *Geografia, Londrina*, v. 26. n. 1. p. 158 – 172, jan/jun, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Philco/Downloads/30070-137898-1-PB.pdf>. Acessado pela última vez em 25 18:00 novembro 2019.

\_\_\_\_\_ Rupturas e permanências de uma população tradicional no pós-guerra: o caboclo do Contestado. *Londrina*, v. 26. n. 1. p. 158 – 172, jan/jun, 2017.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana. Imigração haitiana no estado de Santa Catarina: fases do fluxo e contradições da inserção laboral. *Belo Horizonte - Edição Especial - Dossiê Migrações*, [2015?], p. 100-111.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 1996.

MARANDOLLA JÚNIOR, Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori. *Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração*.

MAUAD, Ana Maria de S. A. Essus. *Fotografia e história: possibilidades de análise*. In: CIAVATTA, M.; ALVES, Nilda (Org.). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 19-36.

MONTEIRO, Charles. *A pesquisa em história e fotografia no Brasil: notas bibliográficas*. *Porto Alegre*, v. 15, n. 28, p. 151 -168, dez, 2008.

NODARI, Eunice Sueli. *Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras*, 2002.

ONU, Brasil. *Guia de Orientação das Nações Unidas no Brasil para Denúncias de Discriminação Étnico-Racial*. Brasília, Unicef, 2011.

PATARRA, Neide Lopes. *Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais*. *Estudos Avançados* 20 (57), 2006.

PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo, Letra e voz 2016.

RENK, Arlene. *A colonização do oeste catarinense: as representações dos brasileiros*. *Cadernos do CEOM - Ano 19, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina*, 1991. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2100/1190>>. Acesso pela última vez em 25 17:06 novembro 2019.

RIBEIRO, Isabela Trivino. Racismo estrutural: um olhar sobre a justiça criminal e as políticas de drogas após a abolição. Rio de Janeiro, UFRJ, 2018.

SALES, Eliete da Silva. Haitianos em Concórdia – relatos de vida em mobilidade. UFSC, Florianópolis, 2016, 61 p.

SCHÖRNER, Ancelmo. A pedra, o migrante e o morro: feridas narcísicas no coração de Jaraguá do Sul – 1980 / 2000. Florianópolis, 2006.

Secretaria de Saúde do Estado da Bahia. Programa de Combate ao Racismo Institucional: Fortalecendo o princípio da equidade no sistema único de saúde. Salvador, 2014.

SIMMEL, George. Sociabilidade: um exemplo da sociologia pura ou formal. In: Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: ática, 1993.

TCU, Política Brasileira de Imigração, 2016. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=12543466&codPapelTramitavel=57152448>>. Acesso em 31 de março de 2020.



Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati (PR), 22 de dezembro de 2020.

  
LEANDERSON CRISTIANO VOZNEI